

UNIVERSIDADE ABERTA



DEPARTAMENTO

DE

CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

DISSERTAÇÃO

INTEGRA A IPSS NO SEU PROJECTO

A COMPONENTE DE CIDADANIA AMBIENTAL:

UM ESTUDO DE CASO

Jorge Ramiro da Cruz Ramalho

Lisboa, Julho de 2011

UNIVERSIDADE ABERTA

DEPARTAMENTO
DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

DISSERTAÇÃO

INTEGRA A IPSS NO SEU PROJECTO
A COMPONENTE DE CIDADANIA AMBIENTAL:
UM ESTUDO DE CASO

Jorge Ramiro da Cruz Ramalho

Dissertação apresentada à Universidade Aberta de Lisboa
para obtenção do Grau de Mestre em Cidadania Ambiental e Participação

Orientação:

Prof. Doutor Fernando José Pires Caetano

Prof.^a Doutora Maria Filomena Madeira Ferreira Amador

Lisboa, Julho de 2011

UNIVERSIDADE ABERTA

DEPARTAMENTO
DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

INTEGRA A IPSS NO SEU PROJECTO A COMPONENTE DE CIDADANIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO

Jorge Ramiro da Cruz Ramalho
(Licenciado)

Orientação:

Prof. Doutor Fernando José Pires Caetano
Prof.^a Doutora Maria Filomena Madeira Ferreira Amador

Lisboa, Julho de 2011

Se cada um fizer a sua parte, conseguiremos! A mudança começa em cada um de nós; “Seja a mudança que quer ver no Mundo.”

(Mahtma Ghandi)

AGRADECIMENTOS

Não teria conseguido realizar esta dissertação sem a colaboração, amizade e apoio incondicional da minha família esposa e filhas, que me têm acompanhado nessa viagem e se aqui consegui chegar a elas o devo. Obrigado pelo estímulo e por acreditarem sempre em mim.

Não obstante, gostaria de agradecer de forma especial aos Professores Doutores Fernando José Pires Caetano e Maria Filomena Madeira Ferreira Amador, os meus orientadores desta dissertação de mestrado, por me orientarem desde as primeiras informações e por terem acreditado e confiado em mim como orientando, quero expressar-lhes o meu profundo reconhecimento pela disponibilidade, pelas sugestões, críticas e elevado rigor e dedicação com que acompanharam esta investigação. Devo aqui acrescentar que as vossas recomendações sempre foram incentivos para continuar na busca do melhor caminho para superar as dificuldades que ao longo do percurso foram surgindo. Sem a vossa mestria, suporte e determinação, não teria sido possível realizar esta pesquisa.

Quero também agradecer ao Sr. Padre Armando Azevedo, Presidente da Direcção, à Direcção técnica, técnicos, funcionários e alunos do Centro Social e Comunitário de Santo André pela hospitalidade, disponibilidade, colaboração e amizade com que me receberam na instituição durante o período da recolha de dados, e por partilharem comigo a vossa experiência e conhecimentos. Para essas pessoas amigas, o meu muito obrigado e estima.

Aos meus colegas e amigos que de alguma forma contribuíram com a sua generosidade e que se disponibilizaram para ajudar sempre que foi necessário com as suas ideias, discussões e críticas positivas, agradeço a constante manifestação de amizade e apoio, a todos, aquele abraço.

Por fim, gostaria de agradecer a todos aqueles que ao longo deste percurso se fizeram presentes e que me brindaram com a sua motivação. Bem hajam todos.

Jorge Ramalho

RESUMO

O desenvolvimento deste estudo, de natureza qualitativa, tem como principal objectivo tentar perceber e responder à questão “Integra a IPSS, no (s) seu (s) Projecto (s), a componente de cidadania ambiental?” de modo a compreender melhor as suas limitações e a vislumbrar as suas potencialidades.

A instituição a que se refere este estudo é o Centro Social e Comunitário de Santo André, uma das mais destacadas Instituições Particulares de Solidariedade Social no concelho do Barreiro, especializada na prestação de acção social, com competências em matérias sociais e educativas e entidade de acolhimento em Lar de Infância e Juventude (LIJ), jovens do sexo masculino em regime de internato e jovens externos em regime aberto ou de semi-internato, que desempenha um papel muito relevante ao responder às dificuldades por que passam as famílias barreirenses, bem como a ajuda que presta à Segurança Social ou ao Estado, nos casos a que estes não conseguem, muitas vezes, chegar.

A instituição é composta por várias unidades ou valências e, nas suas respostas sociais aos utentes, oferece serviços diversificados, sendo que cada valência dispõe de competências técnicas próprias, com equipas multidisciplinares que colaboram em termos de actividades laborais. Como exemplo de competências diversificadas, a IPSS ainda engloba valências como a creche, jardim-de-infância, actividades de tempos livres (ATL), centro de dia e apoio domiciliário. O centro comunitário conta ainda com um gabinete de Psicologia e com instalações apetrechadas para administrar formação profissional.

Efectuou-se a caracterização da instituição e destacou-se a colaboração das parcerias locais e regionais, nomeadamente com escolas do ensino regular, centros de saúde e hospital do Barreiro, casas comerciais, etc., só para enumerar algumas. Para a concretização dos objectivos, procurou-se definir os principais conceitos associados a temas como IPSS, cidadania ambiental, educação para a cidadania e educação ambiental.

O estudo baseou-se em dados recolhidos através de observação não participante e de entrevistas semi-estruturadas, realizadas a três técnicos e dois jovens, um deles interno e outro semi-interno. Seguiu-se, portanto, uma linha metodológica que adoptou, como

estratégia geral, o estudo de caso. A iniciativa de realização deste estudo deve-se à constatação de que este tema social é ainda pouco conhecido e debatido, o que lhe atribui uma pertinência cada vez maior na sociedade actual.

Em termos gerais, e como principal conclusão deste trabalho, salienta-se que a cidadania ambiental está sempre presente nos discursos cívicos efetuados nas manifestações culturais e no quotidiano das pessoas da instituição, e que a sua prática se vem consolidando como uma das principais medidas de socialização interna e de defesa do ambiente. Contudo, ainda há muita coisa a melhorar.

Palavras-Chave: IPSS; Cidadania ambiental; Educação para a Cidadania; Educação Ambiental.

ABSTRACT

The development of this study, of a qualitative nature, has as main objective to try to understand and answer the question "Does IPSS, in their Project(s), includes the component of environmental citizenship?" in order to better understand the limitations and envision its potential.

The institution referred to in this study is the Social and Community Center of St. Andrew, one of the leading Private Institutions of Social Solidarity in the Municipality of Barreiro, specialized in providing social services, with expertise in social and educational subjects and host organization in Home of Children and Youth (LIJ) of young males in internal boarding and external young people in an open or semi-boarding which plays a major role in responding to the difficulties experienced by the families from Barreiro, as well as helping the Social Security or the State in cases where they cannot reach.

The institution is composed of several units or valances, and in their social responses to users, provides diversified services, where each valence has its own technical skills, with multidisciplinary teams to collaborate in terms of work activities. As an example of diversified skills, IPSS also includes valences such as nursery, kindergarten, leisure activities (ATL), day care and home support. The community center has also a Psychology office and it is equipped with facilities to manage training.

The characterization of the institution and the highlight of the local and regional partnerships collaboration was done, particularly with mainstream schools, health centers and the hospital from Barreiro, shops, etc., just to mention a few. To accomplish these objectives, we sought to define the main concepts associated to subjects like IPSS, environmental citizenship, citizenship education and environmental education.

The study was based on data collected through non-participant observation and semi-structured interviews, done to three technicians and two young boys, one in internal boarding and another in semi-boarding. It followed, therefore, a methodological approach that adopted, as a general strategy, the study case. The initiative for this study

is due to the fact that this social issue is still little known and discussed, giving it an increasing relevance in today's society.

In general terms, and as the main conclusion of this work, it is pointed out that environmental citizenship is always present in civil discourse done in the cultural demonstrations and daily life of the people of the institution, and that its practice has been consolidated as one of principal internal measures of socialization and environmental protection. There is, however, much to improve.

Key-words: IPSS; Environmental Citizenship; Citizenship Education; Environmental Education.

SIGLAS E ABREVIATURAS

- A.P.A. - Agência Portuguesa do Ambiente.
- A.T.L. - Actividades de Tempos Livres.
- C.A. - Cidadania Ambiental.
- C.M.B. - Câmara Municipal do Barreiro.
- C.A.T. - Centro de Acolhimento Temporário.
- C.R.P. - Constituição da República Portuguesa.
- C.R.S.S. - Centro Regional da Segurança Social.
- C.R.S.S.L.V.T. - Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo
- C.S.P.S.A. - Centro Social e Paroquial de Santo André.
- C.U.F. - Companhia União Fabril.
- D.G.I.D.C. - Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.
- D.G.S.S. - Direcção-Geral da Segurança Social.
- E.A. - Educação Ambiental.
- E.p.C. - Educação para a Cidadania.
- F.P.L.A. - Federação Portuguesa de Lutas Amadoras.
- I.F.A.S. - Instituto da Família e Assistência Social
- I.P.A. – Instituições Particulares de Assistência.
- I.P.S.S. – Instituições Particulares de Solidariedade Social.
- L.I.J. - Lar de Infância e Juventude.
- M.T.S.S. - Ministério do Trabalho e da Segurança Social
- O.A.U. - Óleo Alimentar Usado.
- O.M.S. - Organização Mundial de Saúde.
- O.N.G. - Organizações Não Governamentais.
- O.N.G.A. - Organizações Não Governamentais de Ambiente.
- O.N.U. - Organização das Nações Unidas.
- QCA II - Quadro Comunitário de Apoio II
- S.G.Q. - Sistema de Gestão da Qualidade.
- U.E. - União Europeia.
- U.T.I. - Universidade de Terceira Idade.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	VII
RESUMO	VIII
ABSTRACT	X
SIGLAS E ABREVIATURAS	XIII
ÍNDICE DE TABELAS	XVIII
ÍNDICE DE TABELAS (ANEXOS)	XVIII
ÍNDICE DE FIGURAS	XVII
ÍNDICE DE FIGURAS (ANEXOS)	XVII
INTRODUÇÃO	1
1. DESENHO DA PESQUISA	
1.1. Delimitação do Tema.....	9
1.2. Questão de Partida/Problematização	9
1.2.1. IPSS – Centro Social e Comunitário de Santo André.....	11
1.2.1.1. História das IPSS's em Portugal.....	16
1.2.1.2. Novo quadro legal do sistema de Segurança Social	17
1.2.2. Conceito de Cidadania	19
1.2.2.1. Cidadania Ambiental	24
1.2.3. Educação para a cidadania	28
1.2.4. Educação Ambiental.....	32
1.2.5. Objecto Empírico da Pesquisa.....	34
1.2.6. Objectivo Geral	35
1.2.6.1. Objectivos Específicos.....	36
1.2.7. Âmbito da Pesquisa	36

2.	CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTO ANDRÉ	
2.1.	Breve introdução à história da instituição.....	38
2.2.	Caracterização de “Casa dos Rapazes”.....	43
2.3.	Centro Comunitário de Santo André.....	45
2.4.	Recursos Humanos.....	48
2.5.	Recursos Materiais.....	51
2.6.	Recursos Financeiros.....	52
2.7.	Parcerias.....	53
3.	METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	
3.1.	Fundamentação do tipo de investigação.....	57
3.2.	Observação não participante como técnica de estudo.....	59
4.	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS	
4.1.	Observação não participante.....	69
4.1.1.	Grelha de Observação.....	70
4.1.2.	Análise e interpretação das observações.....	88
4.2.	Entrevista semi-estruturada.....	91
4.2.1.	Descrição das entrevistas.....	93
	Primeira entrevista: Directora Técnica da IPSS.....	94
	Segunda entrevista: Coordenadora dos Serviços.....	98
	Terceira entrevista: Psicólogo Educacional.....	103
	Quarta entrevista: Jovem de 15 anos, Semi-interno.....	106
	Quinta entrevista: Jovem de 14 anos, Interno.....	109
4.2.2.	Conversa com os jovens.....	112

4.2.3. Análise de Conteúdo das Entrevistas.....	113
Análise de 1ª Entrevista:.....	115
Análise da 2ª entrevista:.....	117
Análise da 3.ª Entrevista:.....	120
Análise da 4.ª Entrevista:.....	122
Análise da 5ª Entrevista:.....	124
4.2.4. Tratamento de dados.....	129
Interpretação dos resultados obtidos	145
Resumo de agrupamento de perguntas das entrevistas.....	149
4.2.5. Relatório de pesquisa.....	150
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160
Legislação:	171
Referências Internet (<i>Sítios</i>):	172
ANEXOS	175
- Anexo I -	176
Guiões de Entrevista:	176
- Anexo II -	177
Guião de Entrevista: Directora e Assistente Social	177
- Anexo III -	178
Guião de Entrevista: Coordenadora Técnica e Serviço Social	178
- Anexo IV -	179
Guião de Entrevista: Psicólogo Educacional.....	179
- Anexo V -	180

Guião de Entrevista: (Jovem 15 anos, semi-interno)	180
- Anexo VI -	181
Guião de Entrevista: (Jovem 14 anos, interno).....	181
- Anexo VII –	182
Guião de entrevista – (Perguntas)	182

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Registo das Observações	70
Tabela 2 - Perfil dos Entrevistados	93
Tabela 3 - Guião das Entrevistas	128
Tabela 4 - Grelha de Tratamento dos Dados das Entrevistas	133

ÍNDICE DE TABELAS (ANEXOS)

- Tabela A1 - Perfil dos entrevistados	184
- Tabela A2 - Tabela de funcionários do Centro Social e Comunitário de Santo André	185
- Tabela A3 - Idade dos funcionários do Centro Social e Comunitário de Santo André	187
- Tabela A4 - Habilitações dos funcionários do Centro Social e Comunitário de Santo André	188
- Tabelas A5 e A6 - Poupança de Energia	189

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma do Centro Social e Paroquial de Santo André	49
Figura 2 - Utilização conjunta de métodos de recolha de dados	62
Figura 3 - Fotografia do Centro Social e Paroquial de Santo André	182

ÍNDICE DE FIGURAS - (ANEXOS)

- Figura A1 - Funções dos funcionários do Centro Social e Comunitário de Santo André	186
- Figura A2 - Idade dos funcionários do Centro Social e Comunitário de Santo André	187

- Figura A3 - Habilitações dos funcionários do Centro Social e Comunitário de Santo André	188
- Figura A4 - Poupança da água	190

INTRODUÇÃO

Este trabalho, realizado no âmbito de Dissertação de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação da Universidade Aberta, procura enfatizar o tema de investigação desenvolvido mediante a realização de uma observação não participante nas instituições geminadas que compõem o Centro Comunitário de Santo André, respectivamente o Centro Social e Paroquial de Santo André e a Casa dos Rapazes - Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), em que se interroga **“Integra a IPSS no seu Projecto a componente de Cidadania Ambiental”?**

Isso no momento em que o país e as instâncias comunitárias da União Europeia (UE) ‘promovem a aplicação da Cidadania Ambiental (CA), como forma de exercício de boas práticas, através da participação pública (individual e colectiva)’, e se evidenciam as questões de educação e da defesa do ambiente, um dos grandes desafios actuais colocados à sociedade moderna, cujas preocupações dos cidadãos são crescentes pela gravidade das consequências na qualidade de vida, constituindo assim um desafio também para as autoridades locais (APA).

Com esta análise, deseja-se entender mais profundamente de que modo esta IPSS assume nas suas actividades diárias uma preocupação com a cidadania, numa perspectiva ligada à educação para o ambiente, aspecto que parece ser sempre da responsabilidade de outros, mas que afinal diz respeito a todos nós. Na persecução desse objectivo, almeja-se também aprofundar os conhecimentos académicos adquiridos ao longo da formação científica e, em simultaneidade, interiorizar e aplicar os conhecimentos assimilados pela experiência proporcionada pela investigação.

Assim, a escolha dos instrumentos de recolha de dados para esta pesquisa, resultou da própria natureza do objecto de análise, pelo que se optou pela técnica de observação não participante e pela realização de entrevistas com a direcção técnica da instituição, dois técnicos e dois jovens, um em regime de internato e outro em regime semi-interno que frequenta a instituição. Para esse efeito construíram-se guiões de entrevistas e grelhas de observação, tendo em consideração a dinâmica quotidiana da instituição. Para (Pardal & Correia, 1995: 48), esta técnica permite confrontar o problema inicialmente formulado

com a informação colhida na amostra. Toda a informação recolhida foi alvo de tratamento cuidado e responsável.

A escolha do tema de investigação está vinculada ao gosto pelo assunto que aborda, à centralidade do conteúdo que introduz, à sua novidade e ocasião favorável ao debate, à disponibilidade de material para consulta, para além dos vínculos ligados aos valores académicos e sociais, valorizando a dimensão epistemológica da pesquisa que potencia a inserção da cidadania no conhecimento e a dimensão ambiental das relações sociais consubstanciada pelo cultivo e iniciativas de uma educação para o ambiente baseada numa solidariedade de saberes.

Estas são sem dúvida, algumas das muitas razões epistemológicas que motivaram e que estão na base da escolha da questão que originou este trabalho, não só pelo enfoque voltado para a solução de problemas “enfoque educativo”, mas também pela integração da educação na comunidade e educação permanente voltada para o futuro.

Deste modo, a selecção do tema em estudo teve por base dois motivos fundamentais:

1. A pretensão de aprofundar a problemática que responde à pergunta de partida, a curiosidade pessoal em conhecer a resposta para o tema solicitado, sabendo que as IPSS desenvolvem, sem fins lucrativos, actividades de relevo social em vários pontos do território nacional. Acompanham de perto as carências da população mais desprotegida e colaboram nas estratégias de promoção da participação do voluntariado, no momento em que a União Europeia (UE) declarou oficialmente 2011 “Ano Europeu das Actividades Voluntárias que Promovam uma Cidadania Activa¹”.
2. E o desejo de contribuir para a difusão e dinamização da cidadania ambiental na IPSS, como forma de possibilitar a construção do conhecimento para a cidadania, uma necessidade que se afigura premente no contexto actual em que tanto se fala da falta de consciência ambiental, de défice de práticas comunitárias baseadas numa cultura de direitos e deveres, na participação cívica e no envolvimento dos cidadãos,

¹ União Europeia, Decisão n.º 2010/17/CE, de 27 de Novembro de 2009;
AEV 2011 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2010.

necessários a uma cidadania social centrada na aprendizagem da convivência, numa área onde essa temática é pouco tratada e pouco se conhece.

Esta abordagem temática procura ressaltar a importância cívica fundamental de educação para a cidadania (Oliveira Martins, 1992:41) na divulgação das questões de defesa ambiental que devem ser reflectidas pela IPSS, no intuito de sensibilizarem os seus funcionários a procurarem construir para os utentes, caminhos para a transformação dos espaços de inserção onde vivem. Nesse sentido, o ambiente na **instituição**² deve ser o mais aberto possível, receptivo à adopção de práticas voltadas para a modernidade e para a inovação, para a info-inclusão e para a formação ao longo da vida, combinando a paixão de uma missão social com uma imagem que contribua para tirar vantagem das “acções que possam de certo modo tirar os utentes do entorpecimento, dos silêncios da melancolia e devolver a todos a esperança de uma vida com mais prazer e dignidade” (Andrade, Drummond Carlos, *cit in* Fénix, 2008).

Este é sem dúvidas um dos desafios com que neste momento as IPSS se confrontam e vão no sentido de saber se elas são capazes de protagonizar a mudança que se impõem, isto é, levar os colaboradores a “vestir a camisola” e a lançar mãos das suas capacidades sociais e técnicas, para reforçar positivamente a imagem da mudança interna da instituição diante da opinião pública, e perante as exigências que lhes são colocadas despertar as pessoas para a consciência ambiental e social, valorizando-as, conhecendo de antemão as dificuldades que os dirigentes mais antigos sentem, apesar da sua longa experiência, em relacionar com uma gestão moderna, assente em novas tecnologias e aptas a responder de forma eficiente e eficaz às constantes e complexas situações que surgem no dia-a-dia.

O desafio teve início na Cimeira de Lisboa, realizada em Março de 2000, onde os líderes europeus deliberaram e definiram o objectivo de empreender reformas estruturais para que a Europa alcançasse e ultrapassasse o nível de desenvolvimento económico dos Estados Unidos e do Japão até 2010. Nessa Cimeira ficou assente que à economia social, e em particular às IPSS's, competia contribuir para o aumento da produtividade das suas actividades de acção social.

² O termo "instituição" é genérico, usado para designar as diferentes pessoas jurídicas sem fins económicos, sendo que o mesmo pode-se referir tanto a uma associação como a uma fundação [Dicionário Priberam].

De modo que, os actuais desafios surgem dentro da instituição e entre esta e as outras instituições com as quais se inter-relaciona. Alguns desses desafios estão relacionados com a Qualidade, a gestão da diversidade de Valências, o funcionamento da Rede Social e o QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional.

As actividades humanas são as principais responsáveis pela degradação ambiental, sendo necessária uma mudança de visão que obriga a uma mudança de mentalidades e comportamentos sobre os problemas ambientais que apontam para os processos de degradação que tem vindo a atingir os sistemas naturais de suporte à vida, não só para garantir a vida no presente, mas também para possibilitar a existência das futuras gerações, sendo certo que são as pequenas atitudes e os pequenos gestos que fazem a diferença, nestes novos tempos que exigem uma nova postura de pensamento. Para que haja mudanças é necessário sensibilizar as pessoas, esta mudança é inevitável e urgente.

As atitudes cépticas da gestão frente às mudanças nas instituições interferem negativamente no comportamento das pessoas, acarretam normalmente muita resistência, quer no trabalho, quer na expressão de pontos de vista de oposição à mudança, quer na vida pessoal.

Hoje, as mudanças ocorrem vertiginosamente à nossa volta e ultimamente com o evoluir das novas tecnologias acontecem em número cada vez maior. Porém, apesar de rápidas, as mudanças não são instantâneas. É frequente ouvirmos pessoas a queixarem-se da velocidade das mudanças, outras até desperdiçam tempo e energia a lamentar os factos, em vez de se concentrarem nas modificações, na sua adaptação, ou na sua promoção. Apesar de tudo que se possa dizer acerca das mudanças e da resistência às mudanças, a resistência à mudança pode, afinal, representar uma vantagem, no sentido de que somente as modificações realmente proveitosas, e por isso inevitáveis, serão adoptadas e as pessoas progredirão com elas, principalmente, se forem mudanças ao nível das práticas.

Numa linguagem simples pode-se dizer que o paradigma cultural ainda muito presente na grande maioria das instituições constituem barreiras sólidas que reagem à mudança, como escreve (Singh, 2004) e travam a inovação.

Os recentes desenvolvimentos ao nível da qualidade e das qualificações das equipas de trabalho parecem indicar que estas organizações começam a preocupar-se mais com a sua afirmação, eficiência e eficácia.

A cultura da instituição é a sua identidade, faz com que os indivíduos ajam de modo natural, e essa cria leis (sociais) para que todos vivam em harmonia. É pela cultura que a instituição fixa o seu perfil e orienta o comportamento daqueles que lá trabalham.

A cultura e a conduta ética são valores estratégicos fundamentais, exercem uma influência marcante na vida organizacional de uma instituição, e contribuem para que ela seja dinâmica e complexa, ou seja, transformam-na num organismo vivo.

A cultura institucional, por ser uma actividade conscientemente coordenada, está alinhada com a missão, visão, valores, o que lhe possibilita a capacidade de conquistar a confiança de todos os seus elementos, e do público em geral, ao mesmo tempo que projecta a imagem. A cultura organizacional não é algo pronto e acabado, pode sofrer mudanças ao longo do tempo, como nos diz [Chiavenato, 1999].

A influência que a cultura exerce sobre a conduta organizacional é meio caminho andado para que a ética institucional possa fazer o seu percurso, passando da teoria à prática, isto é, fazer com que qualquer funcionário sinta que tem crédito, que as suas opiniões não são apenas ouvidas, mas também valorizadas e aplicadas sempre que conveniente (Bilhim, 1996). É assim que, se gera a confiabilidade que envolve como um todo, todos os que integram a instituição.

A conduta ética pela sua natureza gera uma visão de perspectiva que provoca um natural desejo de antecipar-se, de ter iniciativas para atender às necessidades da instituição e das pessoas que nela convivem, como fruto da sensibilidade ética, integridade e transparência.

A opção de fazer o estudo no Centro Comunitário de Santo André, ou na Casa dos Rapazes como é vulgarmente conhecida, prende-se essencialmente com o facto de esta instituição deter várias valências, ser credenciada, ter muitos anos de existência, e ser muito respeitada na sociedade Barreirense e reconhecida a nível nacional. É uma instituição que possui uma cultura bastante enraizada em termos de humanização e apoio prestado à população mais carenciada do concelho, sendo esta uma referência pela sua contribuição ao nível da intervenção social, de integração cultural e cívica, uma

vez que é através da sociabilização que os indivíduos desenvolvem a sua personalidade e se ligam à sua cultura e aos “laços de interdependência entre os sujeitos” como nos refere (Sacristán, 2003:135).

O lar de crianças e jovens denominado “Casa dos Rapazes do Barreiro” foi a primeira actividade a ser exercida pela instituição. Foi a partir da década de 60 que esta IPSS começou timidamente a dar os seus primeiros passos. Mas é a partir de 24 de Dezembro de 1966 que se estabeleceu nas instalações actuais. Só alguns anos depois, mais precisamente em 1984 que foi criado o Centro Social e Paroquial de Santo André, que ficou a ser o suporte jurídico desta resposta social. Com o início da construção das novas valências no ano 2000, construiu-se um novo edifício, o “Centro comunitário de Santo André”, uma obra de interesse inquestionável para a cidade.

Desde a década de 60 em que foi criada, esta instituição acolhe, educa e integra na sociedade rapazes com idades compreendidas entre os seis e os 18 anos, que se viram privados de meio familiar normal.

Com esta dissertação de Mestrado pretende-se conhecer se “Integra a IPSS no seu Projecto a componente de Cidadania Ambiental”, uma vez que aspira-se com este trabalho levantar o problema, contribuir para o conhecimento e compreensão dessa realidade social a partir de um enfoque singular que posiciona-se, não raras vezes, em campos teóricos bipolares.

A presente dissertação apresenta-se organizada em cinco pontos:

O **Primeiro Ponto** funciona como um suporte consolidado e consubstanciado, que permite abordar os temas da forma mais eficiente.

Assim, no que se refere à composição estrutural da pesquisa ela irá definir no primeiro ponto, a delimitação do tema, enuncia-se a pergunta de partida/problematização e a abordagem aos temas IPSS, histórias das IPSS em Portugal, o novo quadro legal do sistema de Segurança Social, definir-se-á cidadania e cidadania ambiental, focar-se-á a educação para a cidadania e educação ambiental e finalizará apontando o objecto empírico da pesquisa e respectivos objectivos, designadamente objectivo geral e específicos, e de igual modo o âmbito da pesquisa.

Seguidamente no **Ponto Dois**, narra-se a caracterização do Centro Social e Paroquial de Santo André, com breve introdução à história da instituição, prosseguindo depois à caracterização da “Casa dos Rapazes”, fazendo alusão ao Centro comunitário de Santo André, aos recursos humanos, materiais, financeiros e parcerias.

No **Terceiro Ponto** debruçar-se-á sobre a metodologia da investigação, analisando os aspectos metodológicos, os instrumentos escolhidos e as técnicas adjacentes seleccionadas.

Posteriormente, no **Quarto Ponto** apresentar-se-á a discussão dos dados. Este ponto complementa o anterior, mostra a análise de dados recolhidos assim como os seus significados, confrontando-os e complementando-os com base nas teorias e conclusões de outros autores peritos no tema, e conclui com a caracterização dos entrevistados e os resultados da análise das entrevistas.

O **Quinto Ponto**, encarregar-se-á das considerações finais da presente investigação, e culminará, com as reflexões mais pertinentes e que de alguma forma transparecem e acrescentam algo à investigação desenvolvida ao longo da dissertação, seguindo-se as Referências bibliográficas utilizadas e os Anexos.

A referência bibliográfica apresenta um conjunto de elementos considerados fundamentais numa obra escrita segundo uma ordem específica no que respeita a autores, títulos, dados de publicação, uso de abreviaturas e uso de maiúsculas que permite a sua identificação.

A pesquisa bibliográfica é uma actividade de localização e consulta de fontes diversas, imprescindível para os estudantes e pesquisadores pois é o suporte da pesquisa que se quer fazer e, é parte obrigatória porque envolve toda a parte teórica uma vez que auxilia na escolha de um método mais apropriado e na definição das diversas partes do problema a investigar. Além disso, é por meio dela que se determina os objectivos, as hipóteses são construídas e se encontra respostas para os problemas formulados, sendo que a sua finalidade é colocar o pesquisador em contacto com o conhecimento produzido pelas diferentes contribuições científicas existente.

O material consultado na pesquisa bibliográfica abrange o referencial já tornado público em relação ao tema em discussão e pode ser feito manualmente ou eletronicamente, através de: publicações selectivas em revistas, livros, sites da internet, bem como outras

fontes indicadas pelos orientadores da pesquisa. O material recolhido é um primeiro passo para conhecermos melhor o assunto que nos interessa, e deve ser previamente submetido a uma triagem, a uma avaliação crítica do conteúdo deste material a partir da qual se faz uma leitura atenta e sistemática, muito útil na difícil tarefa de realizar pesquisas. Por fim, em anexo, inclui-se os guiões de entrevistas aplicados aos técnicos e jovens do CSPSA e respectivas sínteses das perguntas colocadas aos entrevistados.

1. DESENHO DA PESQUISA

1.1. Delimitação do Tema

Para a delimitação do tema é essencial que se tenham em conta os critérios espaço e tempo, e o objecto da pesquisa, ou seja, delimitar o *locus* da observação, onde o fenómeno em estudo ocorre, e o tempo que se leva a circunscrevê-lo. A delimitação do tema deve-se limitar à definição do campo de observação.

1.2. Questão de Partida/Problematização

O início da investigação traduz-se numa pergunta que deve ser o reflexo das preocupações do investigador em termos de conhecimento, sendo que implica hesitações, desvios e incertezas, situações que fazem pensar e reflectir sobre a realidade, e esta muitas vezes é de natureza complexa.

(Gay, L.R. 1986) define a investigação sendo baseada fundamentalmente na aplicabilidade dos resultados e no grau em que estes são função do controle da investigação exercido durante a conclusão do estudo, com o objectivo de responder a uma determinada questão (Carmo e Malheiro, 1998).

Considerando que investigar é procurar – “desenvolver esforços para descobrir algo para além do já conhecido” (Quivy, 1998:31) a pergunta de partida constituirá, normalmente, no primeiro meio que nos conduzirá a todos num processo de construção do conhecimento e investigação.

Segundo (Quivy, 1998), a pergunta de partida é fundamental para a definição do problema de pesquisa, orienta a fase seguinte e, é o meio primordial para se pôr em prática uma das dimensões essenciais do processo científico. A ruptura é, portanto, o primeiro acto constitutivo do procedimento científico. Rompe com os preconceitos, as noções prévias e as falsas evidências, e só pode ser efectuada a partir de um sistema conceptual organizado, que deve assentar nos critérios de qualidade, com destaque para a clareza, deve ser precisa, concisa e unívoca; além disso, deve pautar pela exequibilidade (ser realista) e pela pertinência, ser uma verdadeira pergunta.

Assim, a formulação da pergunta deve destacar o papel da cidadania na construção de uma educação e agente activo de mudanças ambiental que descreve uma variedade de “processos e que contempla as necessidades sócio-económicas, culturais, políticas e relacionais que permitem compreender melhor os fenómenos e os acontecimentos observáveis e interpretá-los mais acertadamente” (*Ibidem*, p. 43).

A formulação de hipóteses antecede, e prioriza a explicação e a constatação dos factos em estudo, e servirá como um guia na tarefa de investigação. É precisamente isso “compreender para melhor interpretar”, que levou à aventura de descobrir respostas para a questão de partida “Integra a IPSS no seu projecto a componente de **cidadania ambiental**³?”.

“Problematização é o ponto de partida, é a abordagem ou a perspectiva teórica que decidimos adoptar para tratarmos o problema formulado pela pergunta de partida”(Q & C, 1998:89). O fio condutor da investigação centra-se de forma explícita nas várias ideias alternativas que constituem a questão de partida, a saber: IPSS, cidadania e ambiente, **educação ambiental**⁴. A descrição do facto (fenómeno) a ser investigado numa pesquisa, é de extrema importância, pois possibilita que o assunto seja explicado e explicitado de forma bem clara.

De acordo com cf. (Quivy, 1998:103) explicitar a problemática é descrever o quadro teórico em que se inscreve o investigador, é precisar os conceitos fundamentais, as ligações que existem entre eles, e assim, desenhar a estrutura conceptual em que vão fundar as proposições que se elaborarão em resposta à pergunta de partida.

³ Cidadania ambiental - visa promover o exercício de boas práticas e a participação pública, individual e colectiva para as questões do ambiente e do desenvolvimento sustentável, através da concepção e do desenvolvimento de estratégias de informação e comunicação, assim como de educação e formação, com recurso aos canais e aos meios considerados mais adequados, levando em consideração as exigências da sociedade de informação e da formação ao longo da vida (Agência Portuguesa do Ambiente).

⁴ Educação ambiental - "Um processo contínuo e permanente que busca a transformação de valores e atitudes e posicionamentos pelos quais, a comunidade por intermédio do indivíduo esclarece conceitos voltados para a conservação do ambiente". Prof. Dr. Jorge Orlando Cuéllar Noguera, (Universidade Federal de Santa Maria).

Este estudo está organizado de modo a apresentar de seguida, a identificação e descrição de diferentes abordagens ao tema, encontrando as ligações que existem entre elas cf. (Quivy, 1998:105).

1.2.1. IPSS – Centro Social e Comunitário de Santo André

Enquadramento - A IPSS, Centro Social e Paroquial de Santo André é uma entidade organizada cuja actividade se concentra na prestação de serviços e cuidados de acção social a pessoas, visando a melhoria contínua da sua qualidade de vida. Esta instituição sem fins lucrativos criada na década de 60 do século XX oferece serviços de proximidade diversificados, organizados em diferentes unidades de serviço, designados por "valência". As valências são respostas sociais, que consistem na prestação de um conjunto variado de serviços que contribuem para um maior conforto do utente e proporcionar cuidados para satisfazer as necessidades básicas. Cada valência tem tarefas próprias e desempenha um conjunto de competências específicas de natureza técnica e de gestão de recursos.

Alguns autores enfatizam o papel das IPSS perspectivando-as como um canal no que se refere ao seu papel no processo político, mas também no que se refere ao lugar que ocupam na sociedade, e nos sistemas de bem-estar (Salamon *et al.*, 1998).

A privatização do campo da acção social e da assistência, que providenciam redes de serviços e equipamentos, e onde as instituições privadas são preponderantes na substituição do Estado, adoptam uma postura reguladora, empenham-se na criação de condições legais de garantia da propriedade privada e liberdade de actuação.

No momento em que há uma tentação para o esquecimento das questões solidárias, o papel da IPSS torna-se indispensável no desenvolvimento local. Por isso, a IPSS é a expressão organizada do dever moral de solidariedade e justiça entre as pessoas e, mercê da sua inscrição na realidade local é o instrumento mais atento, válido e eficaz da efectivação dos direitos de cidadania, ao dedicar uma atenção muito especial não só às questões sociais, como ao papel dos parceiros e das parcerias na intervenção social.

Assim, a IPSS tem indubitavelmente um papel a cumprir ao preencher algumas lacunas do Estado, a um custo mais baixo do que o mesmo serviço prestado pelo Estado o que se traduz num grande apoio prestado às comunidades envolventes e, as suas respostas

sociais são melhor adaptadas às necessidades concretas da população, do que as respostas estatais.

As políticas governamentais de intervenção social planeadas têm como finalidade resolver as situações problemáticas no âmbito da protecção aos fenómenos da pobreza, **exclusão social**⁵ e de apoio aos menores em risco, procurado como refere cf., (Hill, 1990) "compensar os efeitos perversos do mercado e corrigir as disfunções sociais do funcionamento da sociedade baseada nas desigualdades dos grupos que a compõem”.

⁵ Exclusão social

O debate político em torno do fenómeno da exclusão social é algo recente em Portugal. Só em finais dos anos 80 do século XX é que o Governo toma consciência da persistência de casos de pobreza em alguns segmentos sociais, apesar do significativo crescimento económico. Até aí, a pobreza e a exclusão social não eram assuntos abordados pelos políticos nem pela media.

A exclusão surge com a agudização das desigualdades sociais que acompanham o crescimento económico.

O exercício pleno da cidadania significa que, como membros de uma sociedade, somos dotados de direitos políticos e civis, mas também temos garantias quanto à satisfação dos direitos inerentes à dignidade e necessidades humanas.

"Produzem-se situações de exclusão social porque a sociedade não oferece a todos os seus membros a possibilidade de todos esses direitos nem de cumprir alguns deveres que lhes estão associados [...]. O resultado é o das pessoas desfavorecidas perderem o estatuto de cidadania plena, quer dizer, se verem impedidos de participar nos padrões de vida tidos por aceitáveis na sociedade em que vivem" (1998, Capucha - "Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades". In VIEGAS, José; COSTA, Firmino (org.). *Portugal, que modernidade?* Oeiras: Celta Editora).

Na definição de exclusão social está implícita a ideia do seu oposto, designado por integração social ou inserção social. O trabalho exerce um papel integrador na sociedade, daí que um emprego, mesmo que precário e mal pago, é preferível ao desemprego, mesmo que a este corresponda um subsídio de desemprego razoável.

A fase extrema da exclusão social é caracterizada, não só pela rutura com o mercado de trabalho, mas por rupturas familiares, afetivas e de amizade.

A pobreza (que consiste numa situação dinâmica de privação, por falta de recursos) apresenta-se como uma forma de exclusão, porventura a mais visível, na medida em que o pobre é excluído de sistemas sociais básicos em relação aos quais se define a exclusão social. Estes sistemas sociais referem-se aos domínios social, económico, institucional e territorial, e às referências simbólicas.

A exclusão social abrange formas de privação não material, ultrapassando a falta de recursos económicos (que caracteriza a pobreza). A falta de recursos sociais, políticos, culturais e psicológicos são considerados pelo conceito de exclusão social e são importantes enquanto dimensões estratégicas de análise. Alfredo da Costa identifica os seguintes tipos de exclusão social: económico, social, cultural, de origem patológica e comportamentos autodestrutivos.

A exclusão configura-se como um fenómeno multidimensional, na medida em que coexistem, dentro da exclusão, fenómenos sociais diferenciados, tais como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza, o estigma, etc.

As sociedades europeias debatem-se, presentemente, com alguns tipos de problemas sociais que têm vindo a preocupar cada vez mais os poderes públicos e os cidadãos em geral. Nomeadamente os respeitantes à pobreza, às minorias culturais, aos idosos, ao desemprego e aos sem-abrigo.

"Ao colocar o problema da "exclusão social" em termos de falta de acesso a sistemas sociais básicos, a definição proposta ajuda a identificar os mecanismos de exclusão que a sociedade comporta, dando indicação do sentido das mudanças sociais necessárias para eliminar (ou reduzir substancialmente) o problema [...]. Torna-se, assim, claro que o combate à exclusão social requer atuações aos mais diversos níveis, desde o individual até ao nacional (ou supranacional)" (1998, Costa, Alfredo B. -*Exclusões sociais - Cadernos Democráticos* 2. Fundação Mário Soares. Lisboa: Gradiva).

Exclusão social. In *Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2011. [Consult. 2011-12-27].*

Disponível na [www](http://www.infopedia.pt/$exclusao-social): <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$exclusao-social](http://www.infopedia.pt/$exclusao-social)>.

O bem-estar social da população mais desfavorecida é assim uma das preocupações do estado que na actualidade tem maior visibilidade, na verdade essa preocupação com as políticas sociais já veem de trás, elas remontam a meados da década de 80. Desse período para cá tem-se implementado progressivas medidas legislativas de caris social, nas áreas de Saúde, Habitação, Família, Justiça, Educação, Trabalho e Segurança social, destinadas a minorar as situações de pobreza e desigualdades entre a população. Contudo, essas políticas sociais necessariamente múltiplas e heterogéneas são frequentemente dispersas, já que não têm o mesmo significado político e jurídico no contexto do exercício dos direitos sociais, o que reflete a instabilidade das políticas assistenciais de base institucional que reproduz um modelo de voluntariado das organizações de caridade, mesmo quando exercidas em instituições estatais.

Hoje a tendência da política social deve envolver uma perspectiva global acerca do bem-estar da sociedade e o bem-estar deve ser da responsabilidade, primordial do Estado como refere cf., (Costa, 1999), e citado por (Carvalho, M.).

Como já foi referenciado, as políticas sociais de bem-estar assumem diferentes modalidades de intervenção e, quando são tratadas sob a égide do conceito de cidadania estas acções definidas pelas actividades estatais são entendidas pelos cidadãos como direitos sociais reconhecidos pela sociedade e indissociavelmente vinculados à noção de participação plena, ao exercício da cidadania plena, que gera um leque de direitos e obrigações cada vez mais amplos e mais justos, conquistados pelas gerações do presente.

A **Cidadania plena** é por conseguinte um processo em construção, mas, não é uma utopia. Ela pressupõe integração e decisão de participar na vida política, de modo a garantir os direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos. Manifesta-se através da tomada de consciência das massas, que exigem cada vez mais dos governantes maior liberdade e responsabilidade na transformação das relações de direitos comuns a todos e para cada um, numa sociedade organizada. No entanto, a progressão constante da cidadania dependem da riqueza criada pelo país e do modo como a distribuição dessa riqueza gerada é feita, assim como, das lutas e conquistas reivindicadas e encetadas pela acção concreta dos indivíduos traduzindo na prática um princípio fundamental da democracia.

Ainda que se admita que as políticas sociais são da competência do poder político, elas não são da responsabilidade exclusiva do Estado. Em termos concretos, é correcto dizer que boa parte dessas medidas sociais são implementadas pela participação autónoma cada vez mais activa da sociedade civil interessada nas questões sociais, através de entidades particulares e de parcerias públicas e privadas da área económica e social estabelecidas ou associadas que cooperam com as organizações sociais, empenhadas em promover uma cultura de direitos por parte da sociedade civil.

O conceito de política social tem um carácter evolutivo e, refere-se principalmente às orientações e intervenções para a manutenção, alteração ou criação de condições de vida, entendidas por (Leal, 1985) como acções prosseguidas com vista à realização do bem-estar social. Cortes nos programas sociais torna esta visão irrealista.

No entanto, isso não impede que as IPSS sejam vistas como instrumentos de uma tentativa de constante desresponsabilização do papel do Estado em relação aos problemas de protecção social, através do incentivo e o apoio concedido a actividades desenvolvidas pelas instituições, que têm contribuído para o crescimento do denominado terceiro sector.

A solidariedade da IPSS constitui-se como uma solidariedade organizada, manifestando alguma especificidade na sua forma. As IPSS «interpenetram no espaço doméstico da produção e da cidadania», porque, como refere (Variz, 1988:30), combinam o espaço público com o privado, o Estado, o mercado e o sector informal.

O exercício da acção social na IPSS procura assegurar a protecção integrada das populações mais necessitadas a fim de dar expressão ao dever moral de solidariedade entre os indivíduos, bem como outras situações de carência económica social, visando sobretudo a reprodução das relações sociais, a igualdade de oportunidades, a promoção da justiça social, a equidade e a eficiência de modo a reduzir as desigualdades.

A acção social da IPSS é dirigida maioritariamente para as áreas sociais, como a saúde, a educação, serviços pessoais – idosos, deficientes e crianças – e habitação social.

Os profissionais de serviço social actuam em três níveis:

- **cognitivo** (do conhecimento), fornecendo informação aos indivíduos, incentivando a sua compreensão para o funcionamento da sociedade e

orientando-os sobre a melhor forma de utilizarem os seus recursos contribuindo, assim, para uma melhoria da qualidade de vida;

- **relacional**, facilitando o desenvolvimento das relações interpessoais e grupais, capacitando os indivíduos para assumirem novos papéis e estimulando novas formas de comunicação e expressão a fim de evitar o isolamento;
- **organizativo**, promovendo a interacção entre cidadãos e organizações, accionando apoios com objectivos sociais e desenvolvendo a participação e a capacidade organizativa dos indivíduos e grupos de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar.

Convém realçar que esse bem-estar provém não só da intervenção do Estado, mas de outras fontes, como do mercado de trabalho, do apoio público, do indivíduo e da sua rede familiar, e da acção voluntária.

Actualmente são mais de cinquenta as respostas sociais reconhecidas pela Direcção-Geral da Segurança Social (DGSS) e praticadas pelas IPSS que assistem diariamente cerca de 500.000 pessoas e onde trabalham aproximadamente vinte mil voluntários e mais de cinquenta mil trabalhadores.

A Segurança Social define as Instituições Particulares de Solidariedade Social como instituições constituídas sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e desde que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico (Segurança Social).

Caracterizam-se ainda por prosseguirem, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços, os seguintes fins:

No âmbito da Segurança Social

- Apoio a crianças e jovens;
- Apoio à família;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

No âmbito da Protecção na Saúde

- Promoção e protecção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação.

No âmbito da Educação

- Educação e formação profissional dos cidadãos.

No âmbito da Habitação

- Resolução dos problemas habitacionais das populações.

1.2.1.1. História das IPSSs em Portugal

As necessidades da população portuguesa em matéria de assistência social, remontam aos primórdios da nacionalidade e originaram variadas iniciativas. A maioria dessas iniciativas era de âmbito local, ligadas não apenas a ordens militares e religiosas (que tiveram um importante papel na reconquista e no repovoamento do território) como também aos municípios e às confrarias de mestres ou a simples particulares (mercadores ricos, etc.); outras, pelo contrário, deveram o seu nascimento à devoção de vários reis, rainhas e demais gente da nobreza e do alto clero (Adic).

No final do século XV existiam quatro tipos de estabelecimentos assistenciais: Albergarias, Hospitais (como hospedarias para os pobres), Gafarias ou Leprosarias e Mercearias (obrigação religiosa de fazer o bem pela alma ou saúde de alguém). Apenas os hospitais, agora com uma função declaradamente de prestação de cuidado de saúde, subsistem hoje em dia. A partir do século XVII a solidariedade começa a desmarcar-se do sentido puramente religioso e da caridade para se assumir como um dever social do Estado e da sociedade civil, “... no transcurso da evolução observada (1700-1830) o que ressalta é o triunfo gradual do modelo filantrópico sobre o velho paradigma da caridade piedosa, entendida, desde a longínqua Idade Média, como tesouro de salvação pessoal.” (Araújo, 1997:449). Apesar de este autor ser citado em várias publicações: teses de mestrado (Jacinto, B. 2010 17:18); (Almeida, A. 2008:71), blogs e jornais online, não foram encontradas bibliografia correspondente do mesmo.

A criação da Casa Pia nos finais do século XVIII pode ser considerada como uma referência para o lançamento da assistência social com origem pública/estatal em Portugal. A Lei 2120 de 19 de Julho de 1963 (artigo nº 63) instituiu as Instituições Particulares de Assistência, que eram consideradas Pessoas Colectivas de Utilidade

Pública Administrativa (PCUPA) e assumiam as formas de Associações de Beneficentes, Institutos de Assistência (religiosos ou não) ou Institutos de Utilidade Local – Fundações. (Jacob, Luís, 2004).

1.2.1.2. Novo quadro legal do sistema de Segurança Social

A Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976 reconhece a existência de instituições particulares que prossigam fins de segurança social, s/fins lucrativos, (artigo n.º 63) tendo sido onde surgiu, pela primeira vez, o termo IPSS. Tornou-se então necessário a revisão do regime legal das Instituições Particulares de Assistência (IPA) passando estas a ser designadas por Instituições Privadas de Solidariedade Social, associadas ao sistema de Segurança Social. A Constituição da República no n.º 3 do seu artigo 63.º prescreve: “A organização do sistema de Segurança Social não prejudicará a existência de instituições privadas de solidariedade social não lucrativas que serão permitidas, regulamentadas por lei e sujeitas à fiscalização do Estado”.

O Estatuto das IPSS (DL 519-G2/79, de 29/12) foi criado em 1979, e regulamenta as IPSS através do seu estatuto que passa a ser aplicado a todas as instituições que se propuserem a realizar serviços ou prestações de segurança social. Assim, de acordo com este decreto-lei, as IPSS foram caracterizadas como instituições sem finalidade lucrativa; “criadas por iniciativa particular; com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos; e com o objectivo de facultar serviços ou prestações de segurança social”.

O Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro – aprova os estatutos das IPSS, e introduz as alterações ao estatuto anteriormente referenciado, alargando-se o âmbito dos objectivos característicos das IPSS, a sua própria designação e o âmbito de tutela do Estado. Após o registo as IPSS adquirem o estatuto de entidade de utilidade pública (artigo 8º do Decreto-Lei) acima citado.

Esta alteração da designação foi introduzida com base na revisão da Lei Constitucional, pela alteração do art. 63º da Constituição da República Portuguesa, revista em 1982, passando assim de Instituições Privadas de Solidariedade Social a serem designadas por Instituições Particulares de Solidariedade Social.

A Lei 28/84, de 24/8 (Lei Orgânica da Segurança Social), integra a assistência no sistema público de protecção social. Posteriormente, o Decreto-lei é sujeito a outras alterações, através dos Decretos-lei nº 89/85, nº 402/85 e 29/86, fazendo com que se verifique uma nova revisão constitucional, em 1989, que vem modificar o nº 3 do artigo 63º, tendo como finalidade substituir a palavra “permitida” por “o direito de constituição de instituições particulares de solidariedade social não lucrativas com vista à prossecução dos objectivos de Segurança Social (...)”. Verificando-se, ainda, o aditamento do nº 5 que se baseia em o Estado apoiar e fiscalizar a actividade e o funcionamento das IPSS.

No que se refere aos Decretos-lei que levaram a esta revisão, é de salientar que com o Decreto-lei nº 89/85, de 1 de Abril, é revogado o artigo 32º do estatuto em que determinadas operações patrimoniais das IPSS eram sujeitas a autorização.

O Decreto-lei nº 402/85, de 11 de Outubro, altera o Estatuto das IPSS, o nº 2 do art. 7º onde se estabelece as matérias onde se deve incidir a regulamentação do registo; e altera o artigo 11º onde se dispensam os estatutos de realizar escritura pública desde que estes estejam registados nos termos da regulamentação prevista.

Enquanto no Decreto-lei 29/86, de 19 de Fevereiro, é alterado o nº 2 do artigo 94º que estabelecia o prazo para se proceder à revisão dos estatutos, passando a ser fixado por portaria.

O Despacho Normativo do MTSS nº75/92 de 20/5 – estabelece as regras da cooperação entre Estado e IPSS;

O Decreto-Lei n.º 152/96, de 30 de Agosto – refere as competências para o reconhecimento das fundações de solidariedade social;

A Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro – estabelece a Lei das Bases Gerais do Sistema de Segurança Social, art.os 31.º e 32.º;

E as Portarias n.º 139/2007, de 29 de Janeiro – o Regulamento do Registo das IPSS do Âmbito da Acção Social do Sistema de Segurança Social; Comparticipações do Estado para as IPSS - Portaria nº 881/2007 de 8 de Agosto (CRP).

O impacto do Estado nas organizações sociais privadas, contribui para a tendência das instituições para se orientarem pelo papel que o Estado lhes confere em detrimento do propósito delineado pelos fundadores, pela Missão.

A missão da IPSS consiste em responder aos desafios sociais, em especial aqueles que envolvem situações particulares de vulnerabilidade dos utentes/clientes, visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas e das suas famílias e contribuindo para uma sociedade mais justa e igual e para um sistema social mais desenvolvido e sustentável.

1.2.2. Conceito de Cidadania

Desde a célebre expressão da alemã Hannah Arendt (2011), teórica política e pensadora da liberdade como ficou conhecida essa escritora alemã de origem hebraica, que se notabilizou o modo como ela entendeu as relações sociais entre os homens, a forma de agir entre o indivíduo e os outros e, a dignidade de acção livre. Este ato humano de agir em público livremente e em pluralidade tem vindo a afrontar toda uma tradição que opôs à necessidade da acção a liberdade da natureza do político, revalorizando a política no relacionamento que simultaneamente estabelece entre o político e o humano, dignificando a existência de mais liberdade no que hoje se denomina de exercício da cidadania.

Hannah Arendt inconformada com a realidade política da época (século XX), criticou de forma contundente o individualismo, salientando a cidadania como conceito plural da condição humana para se impor como cidadão, por meio da inclusão do outro, dos direitos individuais e da família, da liberdade e da igualdade no âmbito político, ao afirmar que, – “a cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência colectiva, que requer o acesso ao espaço público. É este acesso ao espaço público que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos” (Arendt apud Lafer, 1991:22).

A reflexão da Hannah Arendt parte do pressuposto que – a consciência da cidadania e o direito a ter direitos -, explica-se pela questão da vinculação jurídica a uma sociedade, ou seja, todo esse raciocínio vincula o indivíduo às conquistas de uma comunidade organizada ou a um Estado, sendo que este vínculo de pertença tem um significado *sine*

qua non na luta que o sujeito trava pelos seus direitos – os direitos humanos universais e do cidadão, individual e nacional, sem os quais, ele se torna num **apátrida**⁶.

Para (Lafer, 1988:22) a igualdade em dignidade e direito dos seres humanos não são dados, mas construídos no âmbito de uma comunidade política.

A autora no seu referencial histórico (1906-1975) procurou exortar os cidadãos para a necessidade de uma nova forma de “política” como um artifício humano alicerçada em valores onde o verdadeiro detentor do poder o “indivíduo” pudesse exercer uma opinião crítica fundamentada em atos, acção (*práxis*) e palavras, discurso (*lexis*), como forma de dignificar a política, a pessoa humana e o exercício pleno da cidadania.

Podemos assim dizer que Hannah Arendt, nas suas obras resgatou para a modernidade, a temática dos direitos humanos, o relacionamento entre os indivíduos e entre os povos, a comunidade e a sociedade e demonstrou para a contemporaneidade actual a relevância dessa concepção política, fruto de uma reflexão sobre o significado do totalitarismo, do nazismo e do estalinismo, factos que na época esteve na cerne da ruptura que precipitou a dissociação dos direitos humanos dos direitos dos povos como por exemplo o direito à vida e à igualdade social, desumanizando a existência das pessoas com o advento do nazismo, que ia contra os valores da pessoa humana que a Justiça e o Direito reconheciam. Nos seus escritos Arendt alertou para o facto de que a perda de direitos nacionais (a cidadania e a nacionalidade) poderem conduzir à perda dos direitos humanos, sejam eles no campo individual, como no dos grupos minoritários ou comunidade (Arendt apud Lafer, 2011, [1978]).

A cidadania enquanto inserção no espaço público necessariamente deverá privilegiar a efetividade de todos os direitos ao sujeito, como refere (Arendt apud Lafer, 1991).

Uma vez retirada a nacionalidade, torna-se inexequível o exercício da cidadania e colapsa a ideia dos direitos humanos universais (Arendt, H. 1978a).

Assim sendo, deve-se pensar a cidadania como um conceito jurídico e político que liga o cidadão ao seu Estado, aliado à nacionalidade, que depende das leis e de normas que regulam os direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais; a cidadania como estatuto, em que os direitos e deveres estão definidos na Constituição e, a cidadania

⁶ Apátrida - refere-se à condição de um indivíduo que não é considerado como um nacional por nenhum Estado (ACNUR).

como conjunto de valores, atitudes e comportamentos que se espera de qualquer cidadão, e da própria sociedade. Deste modo, as leis ou o estatuto da cidadania gira em torno de pertença dos indivíduos, da participação cívica e da sua capacidade integradora ancorados na liberdade e na democracia.

De modo que, o conceito de cidadania radica no sistema individual de valores que são o cerne da identidade de cada um. Reveste de múltiplas aparências e tem como objectivo levar os cidadãos a refletirem e a propor acções que estimulem uma cidadania activa, partilhada, participada e solidária. Como conceito histórico, a cidadania vai-se alargando ao longo dos tempos consoante as transformações políticas ocorridas, a evolução das sociedades e o papel que os indivíduos assumam na construção das mesmas, como meio de alcançar a igualdade civil e política. A cidadania é também o modo como os cidadãos se afirmam perante o estado e, ela resulta da conquista diária dos direitos e deveres efectivos na construção de sociedades mais justas e democráticas.

O conceito de cidadania não aparece por acaso, nem nos é dado, ele resulta de conquistas alcançadas a partir de intervenções sociais e construída diariamente com a convivência em novas relações, mas também não nos é imposta, pois trata-se de uma maneira de estar na vida; é um sentimento consciente que se deseja crítico, responsável e construtivo e que deve ser cultivado e estimulado em cada cidadão em prol do bem dos outros, do bem comum. Esta é uma das razões por que a cidadania está intimamente relacionada com o desenvolvimento social e político dos países ou dos Estados e um instrumento seguro no combate a todas as formas de discriminação.

Como diz (José Letria, 2000) a cidadania é um bem comum, assente em valores concretos como o respeito pela vida em grupo, e está em permanente construção, através de uma luta contínua e reivindicativa dos cidadãos por mais direitos e garantias, individuais e colectivas, não só dos cidadãos contemporâneos, mas também dos cidadãos do amanhã – as futuras gerações.

O dicionário de língua portuguesa Larousse afirma que cidadania é a “qualidade de cidadão”, “qualidade de uma pessoa que possui, em uma determinada comunidade, política, o conjunto de direitos civis e políticos”.

Estudos sobre o tema indicam que há uma diversidade de opiniões e nenhuma definição que possa contemplar de forma plena o conceito de **cidadania**⁷.

Contudo, o sentido moderno da palavra cidadania exprime uma relação entre o indivíduo e a comunidade política. Outras formas de integração no sistema político existem, mas o cidadão tem deveres e direitos, responsabilidades e privilégios que o não-cidadão não partilha ou partilha em grau menor (*Cidadania in Infopédia*).

Um facto inerente à ideia de cidadania é a participação dos cidadãos, é a forma dele actuar e agir na construção do seu próprio destino. No entanto, esse processo não é linear, tem avanços e recuos, por isso os direitos alcançados têm que ser defendidos e exercidos continuamente. “A cidadania é uma construção social dinâmica que se reporta ao conjunto de direitos e de deveres que um membro de uma comunidade ou sociedade possui enquanto tal” (Pinto, C. 1988:255).

A cidadania é uma noção dinâmica e reivindicadora, que nasce da transformação do súbdito em cidadão, como forma deste responder ao contexto político-cultural em que está inserido. É através da cidadania e dos direitos que confere que os cidadãos ‘lutam’ por maior liberdade e melhores garantias individuais e colectivas. Mas a cidadania, também responsabiliza-os enquanto parte integrante da nação, ou do Estado, para o cumprimento dos seus deveres, todos têm de dar a sua parcela de contribuição para o bem comum da sociedade.

Na Grécia e Roma antiga a cidadania era um tema proeminente - era a cidadania dos deveres - mas que acabou por desaparecer do pensamento feudal e progressivamente reavivado com o republicanismo. Hoje, a cidadania é vista mais como uma questão de direitos do que de deveres (Kymlicka, W. 1995). Assim, a cidadania foi-se criando leis e regras sociais tornando-se num exercício de construção de normas, da conquista desses direitos e do cumprimento dos deveres. Actualmente, a cidadania encontra-se profundamente ligada à multiplicidade de papéis que os indivíduos desempenham na sociedade. No discurso quotidiano, a cidadania é entendida como sinónimo de

⁷ "A cidadania é responsabilidade perante nós e perante os outros, consciência de deveres e de direitos, impulso para a solidariedade e para a participação, é sentido de comunidade e de partilha, é insatisfação perante o que é injusto ou o que está mal, é vontade de aperfeiçoar, de servir, é espírito de inovação, de audácia, de risco, é pensamento que age e acção que se pensa."

Jorge Sampaio, in *Educar para a Cidadania*, Maria de Lourdes L. Paixão, Lisboa Ed.

"nacionalidade", referindo-se ao estatuto legal das pessoas enquanto membro de um país em particular (Kymlicka, W. 1995).

Por conseguinte, o conceito de cidadania é um processo em desenvolvimento que teve a sua origem na Grécia clássica, e indicava a situação política das pessoas. Chegou a confundir-se com a naturalidade. Emerge com o aparecimento do Estado moderno num conceito típico da modernidade, com todas as implicações decorrentes de uma vida em sociedade no período do Renascimento. Assim, 'cidadania é uma responsabilidade individual que não se aprende nos manuais escolares, é antes uma prática que resulta da convivência diária', da experiência e da reflexão crítica (Revista de Educação IA).

Daí decorre que a cidadania seja entendida como uma conquista, um valor construído e participado, que deve ser pensada a várias escalas (universal, europeia e local), como condição fundamental para a existência de uma sociedade democrática.

Como afirma (Paixão, 2000) a Cidadania tem de ser entendida como uma cidadania múltipla⁸, pois esta parece ser a forma de cidadania mais apropriada à pluralidade das sociedades actuais. (Nogueira e Silva, 2001: 97) sugerem o conceito de "cidadania múltipla" para dar conta da pluralidade associada às sociedades modernas e ao crescimento de diferentes tipos de instituições sociais e políticas.

Este novo paradigma de cidadania não tem merecido consenso geral no seio das nações e em alguns casos tem sido considerada indesejável por alguns países e encorajada por outros que tomaram medidas activas para permitir a cidadania múltipla, apesar das

⁸ **Cidadania múltipla** – "o exercício de uma nova cidadania das mulheres, um processo em construção na sua luta pela igualdade e pela participação, poderá trazer novas dimensões à solução dos problemas do mundo, pelo próprio carácter multifacetado que caracteriza essa cidadania e que resulta da própria natureza da identidade e experiência femininas. Por outro lado, na visão de Maria de Lourdes Pintasilgo, será também uma cidadania que se baseia na importância do sujeito, na dignidade da pessoa e num novo contrato social numa comunidade de homens e mulheres igualmente livres.

Assim, para Maria de Lourdes Pintasilgo não parece haver qualquer dúvida que as características próprias da identidade feminina trarão uma nova dimensão à democracia. Um texto fundamental, não obstante o seu carácter inacabado - "*Cidadania feminina e sociedade activa*" - explora esta perspectiva e acentua o carácter existencial da cidadania das mulheres, a que chama «**cidadania múltipla**», dada a sua proximidade e interação com todas as esferas essenciais da vida. Encontrar «novas palavras e novos métodos» é o conselho que vai buscar a Virgínia Woolf para o exercício desta cidadania que, em seu entender, é imperativa e urgente" (Arquivo M.L. Pintasilgo).

complexas regras adoptadas pelo ordenamento jurídico interno e pelas normas de direito, isto porque cada país tem as suas próprias leis, e o modo próprio de as interpretar, tendo por base o respeito pelas pessoas. Não obstante o seu carácter ambíguo e plural, a cidadania múltipla deve ser concebida num contexto de entendimento e intercalado nestas múltiplas pertenças.

A cidadania múltipla surge entre nós no discurso Maria de Lourdes Pintassilgo, que introduziu nela uma (força) atitude inovadora que veio dar mais relevo à ideia da pessoa, ao questionar as referências habituais da política e dando especial ênfase à participação cívico-política das mulheres com o objectivo de alterar, mudar a cultura política patriarcal como (norma) modelo de masculinidade dominante.

1.2.2.1. Cidadania Ambiental

A cidadania ambiental é um acto prático do quotidiano das pessoas, que as vinculam aos recursos naturais e ao desenvolvimento sustentado do planeta. O ser humano faz parte do ambiente e por isso interfere com as suas acções na dinâmica ambiental e, às vezes fá-lo de um modo totalmente negativo, sem a devida preocupação com os outros seres vivos que com ele partilham o mesmo espaço.

Como cidadãos, todos nós temos uma importante responsabilidade ambiental, por isso as pessoas têm direitos e deveres a cumprir para com o ambiente, só desta forma poderão em conjunto com os demais cidadãos de outros países lutar pela defesa da vida com qualidade e bem-estar geral.

O exercício da cidadania ambiental é um instrumento de consolidação democrática quando se tornou num movimento social com espaço importante na política e veículo promotor de discussão das causas e consequências dos fenómenos e desastres ambientais que ocorrem um pouco por todo o planeta, de forma a alertar e prevenir a opinião pública pelos riscos implícitos nesses acontecimentos provocados pelo desequilíbrio ambiental e reflectir sobre novas soluções para o futuro.

Assim, pode-se dizer que a globalização das questões ambientais tem as suas raízes no impacto provocado pelas catástrofes ecológicas, e nas ameaças à desertificação, destruição da camada de ozono, poluição, etc. Os movimentos ambientalistas e os partidos verdes surgiram na década de 80 e defendiam uma nova postura no

relacionamento sociedade-natureza, que tem feito eco das preocupações das populações e que marcaram a sua mundialização, com consequência directa na melhoria da qualidade ambiental.

A cidadania ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e que promova a justiça social em harmonia com a natureza. Com a cidadania ambiental, os direitos que outrora estavam apenas centrados no homem são alargados aos não-humanos e passam a garantir a integridade do “património comum da humanidade”, reconhecendo juridicamente o princípio de responsabilidade para com as gerações futuras (Santos, 2005a).

Hoje, fala-se em cidadania ambiental como ponto de partida da análise devido à necessidade de enfatizar a dimensão ambiental nas relações sociais que contemplam as inter-relações entre o meio natural e o social.

Como se sabe, a cidadania ambiental surgiu recentemente na teoria política e concentra-se nos papéis que os cidadãos têm que desempenhar na vida democrática e na promoção da sustentabilidade. Os indivíduos cientes das suas responsabilidades participam como cidadãos activos, dispostos a cumprir os direitos ambientais que lhes são reconhecidos, e sempre que democraticamente solicitados estão aptos para participarem na tomada de decisões públicas que lhes dizem respeito.

Mas, a cidadania ambiental desempenha outros papéis que visam promover o desenvolvimento sustentável através da prática individual e colectiva. Transmite a ideia de que cada um de nós é parte integrante de um ecossistema maior e que o futuro da humanidade depende de cada um de nós, da decisão de abraçarmos o desafio de agir de forma responsável e positivamente em defesa do meio ambiente. A cidadania ambiental também significa fazer escolhas e mudanças a favor do ambiente, na prática é ser-se cidadãos ambientais durante todo o dia, a cada dia.

Especificamente em questões de ambiente, torna-se fundamental reconhecer que o envolvimento e consciencialização dos cidadãos são um factor determinante para o empenho ambiental; e, antes disso, reconhecer que a rapidez das mudanças ambientais em curso exige que o cidadão esteja informado de modo a participar activamente nas transformações a efectuar (Smith, 2000).

A cidadania ambiental é versátil e desenvolve estratégias de informação e de comunicação, acções que possibilitem a disseminação e troca de informações, permitindo ao cidadão comum acesso aos canais e aos meios considerados mais adequados, levando em consideração as exigências da sociedade actual.

Outro aspecto que se coloca é o das fontes de informação ambiental. Vários estudos têm demonstrado que, face ao défice de cultura ambiental da população portuguesa e às dificuldades no acesso a outras fontes, os meios de comunicação social desempenham um papel crucial relativamente a esta matéria, tanto pela forma abrangente como ocupam o espaço público, como pela forte dependência mediática da própria informação ambiental (Schmidt, 2003: 69).

Dada a sua influência, parece ser hoje indiscutível o papel dos meios de comunicação social na transmissão de informação de cariz ambiental para a população, com a particularidade dos meios de comunicação tradicionais continuarem a ser no nosso país a principal fonte de informação ambiental a que os cidadãos recorrem (Nave *et al.*, 2004: 241). A televisão em particular, porque não se limita a divulgar factos e opiniões, apresenta também imagens e, sobretudo, constrói uma narrativa com uma enorme influência cultural (Smith, 2000).

Quanto aos novos media, a Internet e as redes de comunicações digitais estão a alterar o processo comunicacional no mundo de hoje e, no caso específico da informação ambiental, a transformar o modo como as sociedades lidam com os problemas ambientais, ao colocarem à distância de um clique informação ambiental relevante e a promover a participação dos cidadãos (Scharl, 2004).

Não é fácil definir cidadania ambiental, porquanto esta disciplina é estruturada numa base interdisciplinar que integra uma perspectiva pluridimensional de conhecimentos no relevante campo de estudo das ciências ambientais, que traduzem um conjunto de relações sistémicas convergentes, capaz de garantir um diálogo específico que permitam a compreensão do meio ambiente numa interacção plena com outras áreas do conhecimento dessa complexa realidade multidisciplinar na tentativa de harmonizar a elaboração de uma síntese que defina o conceito.

Por conseguinte, a cidadania ambiental é um tema presente no dia-a-dia das pessoas que liga os indivíduos às diferentes facetas do relacionamento com a natureza como por

exemplo: o dever de a respeitar, o dever de solidariedade, ajuda mútua e de vizinhança, o dever de poupar os recursos naturais, e outros, e é com certeza um dos assuntos mais relevantes da actualidade pois abrange as características civis, política e sócio-ambientais que integram acções e comportamentos relacionados com o ambiente e, com a exigência de novas condições de vida que aumentem a dignidade humana.

Contudo, não é um processo fácil devido à degradação permanente do meio ambiente pela inconsciência e desresponsabilização da população mundial que decorre da desinformação e que agora a todos obrigam a uma maior reflexão sobre os desafios e as ameaças que a humanidade enfrenta no sentido de mudar as formas de pensar e agir numa perspectiva contemporânea para salvaguardar o meio ambiente e resolver os crescentes e complexos problemas ambientais que vão surgindo. Reverter essa situação é sobretudo um trabalho educativo e essencialmente político no que toca ao desenvolvimento económico que não comprometam o ambiente e, que implica a tomada de consciência do papel que cada cidadão desempenha em prol de uma presença mais equilibrada do ser humano na Terra.

A **cidadania ambiental** é assim uma dimensão da cidadania política, um modo consciente de agir e um exercício de práticas compatíveis que exigem uma determinada condutas em relação ao ambiente, tendo como preocupação preservar e assegurar a sobrevivência de todas as espécies, mantendo saudável o equilíbrio ambiental e desta forma evitar a deterioração ambiental do planeta e da sociedade, visando um desenvolvimento sustentável como prioridade emergente da sociedade actual que se quer informada e instruída, elementos determinantes para a generalização das atitudes e práticas de cidadania ambiental, e essenciais na criação duma consciência colectiva, global e na conservação dos recursos naturais.

Este conjunto de condições fazem com que a cidadania ambiental seja exercitada sempre que se promovam mecanismos e instrumentos efectivos de participação activa que permitam aos seres humanos actuar de modo construtivo na defesa da diversidade da natureza viva, do património natural e cultural do planeta, contribuindo assim para a redução da crise ambiental e diminuir o flagelo do aquecimento global.

Para que a Cidadania Ambiental se realize, é necessário que ela tenha por base uma prática democrática assente nos princípios da justiça, da educação e da solidariedade, de modo a proporcionar aos cidadãos o acesso aos meios para uma vida digna e informada,

constituindo desse modo um desafio para as autoridades locais que gerem a melhoria da qualidade de vida e de bem-estar das populações.

Bell e McGillivray, definiram a cidadania ambiental como a noção de que os indivíduos devem assumir a responsabilidade pela sua própria interacção com o ambiente (L. Environment).

A construção de cidadania ambiental requer mudanças culturais, científicas e sociais no pensamento vigente em ruptura com uma larga tradição de indiferença cidadã (Santos, 2005a). Um exemplo prático dessa ruptura começa pela adopção de um estilo de vida que ajuda a proteger o meio ambiente.

1.2.3. Educação para a cidadania

"O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele." Immanuel Kant

A educação é um bem que é da responsabilidade individual, mas que diz respeito a todos, já que se trata da formação das pessoas. Tem um papel e um valor estratégico fundamental que exige da escola uma atitude consequente. Educação é muito mais que um processo de ensinar e aprender (aprendizagem factual e conceptual), acontece que "educar é uma ciência e uma arte; uma arte porque não tem regras fixas, ou seja, cada caso é diferente, cada circunstância é única" (Educativa).

Mas, a educação para a cidadania é um processo ao longo da vida, que surge do diálogo e da reflexão sobre as experiências da vida e, é indissociável do processo de formação pessoal e social. A educação para a cidadania é diferenciada e resulta das preocupações sentidas pelos indivíduos, mas, não deve resumir-se apenas a uma soma de direitos ou deveres - à democracia - visa também desenvolver o conhecimento, a compreensão, as capacidades (têm que ser aprendidas), as atitudes, os valores e a participação activa que ajudam a resolver problemas relevantes da comunidade e da sociedade (Reis, João, 2002).

Embora a educação e cidadania pareçam ser a mesma coisa, são na verdade conceitos verdadeiramente distintos. No entanto, como são termos que se complementam devem permanecer ligados pois são processos indissociáveis na formação pessoal e social dos indivíduos e com uma dimensão preponderante na realização pessoal do ser humano.

Pelo seu carácter intencional, a educação e a cidadania têm implicações fortes no desenvolvimento e na construção da sociedade e contribuem significativamente para dignificar a consciência cívica, o sentido de responsabilidade e o espírito crítico das pessoas.

Estes dois instrumentos, conjuntamente com a igualdade e a liberdade constituem os direitos que definem os cidadãos e que os harmonizam democraticamente de modo a que possam interrelacionar (viver juntos) e progressivamente descobrir a melhor forma de agir uns com os outros nas diversas circunstâncias da vida. Segundo (Delors, 1996) "a educação para a cidadania constitui um conjunto complexo que abraça, ao mesmo tempo, a adesão a valores, a aquisição de conhecimentos e a aprendizagem de práticas na vida pública. Não pode, pois, ser considerada como neutra do ponto de vista ideológico".

A cidadania depende cada vez mais da educação, uma vez que esta tem como função transmitir conhecimentos e saberes, atitudes, valores e normas sociais que ajudam a criar hábitos que humanizam os indivíduos perante a realidade da vida, tornando-os cidadãos da sociedade e do mundo, com a noção/visão clara de que as acções individuais de cada um podem afetar não apenas a eles próprios, mas a vida de todas as comunidades, mesmo aquelas consideradas afastadas do ponto em que se encontram. Mas, para que tal aconteça é preciso muito empenho e dedicação para mudar hábitos antigos, velhos paradigmas que já não se coadunam com o perfil da geração actual que já nascem integrados num mundo globalizado e capazes de lidar com as novas tecnologias digitais, desenvolvendo soluções inovadoras e sustentáveis para responder aos grandes desafios sociais e ambientais impostos pela sociedade moderna.

A cidadania acompanha as mudanças na sociedade e utiliza nas suas manifestações temas actuais, reais que traduzem a preocupação, o compromisso com a formação e a educação integral do ser humano, proporcionando-lhe uma inserção responsável, condições necessárias para que os indivíduos aprendam a desenvolver competências que promovam os saberes e que os mobilizam para o importante papel da construção e transformação da sociedade, adaptando-a às novas necessidades perante um mundo em constante mudança. Como diz (Delors, 1996: 60) "a educação não pode contentar-se em reunir as pessoas, fazendo-as aderir a valores comuns forjados no passado. Deve [...] dar a cada um, ao longo de toda a vida, a capacidade de participar, activamente, num

projecto de sociedade”. Deste modo, a educação para a cidadania tem como preocupação educar para os costumes, atitudes, posturas e relações com os outros, com Deus e o mundo (Mogarro e Martins, 2008; Damião, 2005; Ross, 2004, 2008).

A **Educação para a Cidadania**⁹ (EpC) tem a finalidade de contribuir para ajudar os cidadãos a tornarem-se cidadãos activos, informados e responsáveis. Uma das funções da EpC é a de ajudar os estabelecimentos de ensino, as escolas e universidades a produzir alunos motivados e responsáveis, capazes de relacionarem positivamente entre si, com os funcionários e com a comunidade que os envolve. Assim, a EpC está associada à responsabilidade social e moral, à participação na comunidade e à literacia política.

É exactamente nesse ponto, porque a literacia exige, que o sistema educativo é chamado a participar não isoladamente, mas numa parceria com outras instituições que urge recuperar. Concordamos com (Ludovice, Paixão, 2000:11) “a educação para a cidadania constitui uma garantia da democracia e só pode realizar-se em contextos experienciais democráticos. Diz respeito a todas as instituições de socialização, de formação e de expressão da vida pública mas, naturalmente, cabe aos sistemas educativos desenvolverem, nas crianças e nos jovens, os saberes e as práticas duma cidadania activa”.

Esse “rótulo”, que entrou no vocabulário português recentemente, para uns tem “uma transparência inquestionável, até invejável, para outros acaba por ser mais um termo” (Pinto, 2002:96).

O termo literacia tem várias definições possíveis, mas detenhamo-nos nas suas várias definições que, embora diferentes, têm sempre um denominador comum.

Em suma, literacia não é uma “capacidade única, [...] nem um número infinito de capacidades” (Irwin *apud* Benavente, 1996:7) e define-se como “a capacidade de leitura, escrita e cálculo, com base em diversos materiais escritos (textos, documentos,

⁹ A Educação para a Cidadania visa o desenvolvimento de competências, nas crianças e nos jovens, para o exercício dos seus direitos e responsabilidades, para o respeito da diversidade social e para o desempenho de um papel activo na vida democrática da escola, da comunidade e da sociedade em geral, tendo como referência os valores dos Direitos Humanos (DGIDC.min-edu.pt).

gráficos), de uso corrente na vida quotidiana (social, profissional e pessoal) e centra-se no uso de competências e não na sua obtenção” (Benavente, 1996:4). Pode ainda definir-se como “uso de informação impressa e escrita que permita funcionar em sociedade, atingir objectivos pessoais, bem como desenvolver e potenciar os conhecimentos próprios” (Kirsch, 1993).

A educação para a cidadania abrange todas as áreas de educação. Vai, desde a educação informal em casa ou através de associações juvenis a tipos mais formais fornecidos pelas escolas, universidades e locais de trabalho.

A política educativa obedece a um Enquadramento legislativo que são orientações de política educativa facilitadoras do desenvolvimento da educação para a cidadania:

- Lei de Bases do Sistema Educativo
- Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar
- Princípios Orientadores do Currículo do Ensino Básico e Secundário

Algumas das informações sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo, constantes na (Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto) são:

- ❖ “O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho.” (artigo 2º, parágrafo 4º);
- ❖ “A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva”. (artigo 2º, parágrafo 5º);
- ❖ Princípio organizativo do Sistema Educativo “Contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico.” (alínea b), artigo 3º), (DGIDC).

1.2.4. Educação Ambiental

O conceito de Educação Ambiental (EA) tem evoluído para várias interpretações de acordo com o contexto, e com a vivência de cada um. Eis algumas definições:

- A Educação Ambiental é um processo de aprendizagem e comunicação de problemas relacionados à interacção dos homens com o seu ambiente natural. É o instrumento de formação de uma consciência, através do conhecimento e da reflexão sobre a realidade ambiental (Projecto Apoema).
- A Educação Ambiental foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da Educação, orientada para a solução dos problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares e de uma participação activa e responsável de cada indivíduo e da colectividade. I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental - *Tbilisi*, Georgia (ex URSS).

A Educação Ambiental representa um instrumento essencial no relacionamento dos homens com a natureza, no sentido de superar as interferências nos ecossistemas e para que se consiga sair dos actuais impasses provocados pela sociedade que tem caracterizado pela forte pressão exercida sobre os recursos naturais.

A Educação Ambiental é um termo caracterizado por inicialmente assumir um carácter naturalista (animais, plantas, resíduos, preservação, etc.) de defesa do passado e da recusa do desenvolvimento e pelo carácter realista, inquisidora de um equilíbrio entre o homem e o ambiente, com vista à construção de um futuro pensado e vivido numa lógica de desenvolvimento e progresso (Apoema).

Presentemente, a Educação Ambiental é uma novidade da educação, e é cada vez mais uma ferramenta de educação para o desenvolvimento sustentável numa busca de equilíbrio entre o homem e o ambiente. Tem como missão sensibilizar, despertar a consciência das pessoas para uma acção educativa permanente, para a preservação do meio ambiente e para a construção de sociedades sustentáveis.

Constitui-se assim numa necessidade de educação dos cidadãos, através de um processo de formação abrangente que procura incutir no educando uma consciência crítica sobre a problemática da defesa e melhoria da qualidade ambiental. A educação ambiental também deve ser entendida como educação política, pois ela prepara o cidadão para

exigir cidadania, justiça social e ética nas relações sociais. Deve ser entendida pelo real valor que tem nas nossas vidas.

Assim, a EA deverá constituir-se como um dos caminhos viáveis na implementação do processo educativo, que permite a consciencialização da sociedade quanto à problemática ambiental, com o intuito de modificar a percepção ambiental (é a visão que cada indivíduo possui ou a percepção de cada indivíduo sobre o ambiente), a fim de formar cidadãos ambientalmente cultos e responsáveis pelo meio ambiente onde vivem, como estratégia educativa de actividades de ensino-aprendizagem voltado para a preservação da vida e forma de providenciar mais-valia.

Ao valorizar o intercâmbio e a informação a educação ambiental deve enfatizar que o diálogo entre gerações (deve ser com todas as pessoas de qualquer idade em todos os níveis) e culturas tendo em vista a tripla cidadania: local, nacional e universal.

“Por ser um processo que deve durar por toda a vida, a educação ambiental pode ajudar a tornar mais relevante a educação geral. Ela é mais do que apenas um aspecto particular do processo educacional, e deve ser considerada como uma excelente base na qual se desenvolvem novas maneiras de viver em harmonia com o meio ambiente – um novo estilo de vida. Deve dirigir-se a todos os membros da comunidade, no que diz respeito às necessidades e interesses das diferentes faixas etárias e categorias sócio-ocupacionais, e adaptar-se aos diversos contextos sócio-económicos e culturais, considerando as desigualdades regionais e nacionais” (Dias, 1998:84).

A educação ambiental, como componente de uma cidadania mais alargada, reflecte sobre a nova relação estabelecida entre o homem e a natureza e a afectividade dos relacionamentos humanos, hoje considerada de extrema importância dada a sua dimensão, aliás, bem presente nos enunciados da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Conforme refere (Carapeto, 1998), a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, veio contribuir significativamente para uma nova fase da educação ambiental nas escolas, apesar da educação ambiental não existir formalmente.

A Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 veio trazer um novo dinamismo à educação ambiental, acelerou-se a “Política Pública de Ambiente”, que conduziu à publicação de dois diplomas fundamentais:

- Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º11/87 de 7 de Abril) e a
- Lei das Associações de Defesa do Ambiente (Lei n.º 10/87 de 4 de Abril).

Antigamente a escola tinha como única preocupação, depositar conhecimentos. Hoje, esse conceito mudou; a escola procura ensinar aos alunos o que fazer a esses conhecimentos; isto abrange todos os níveis de ensino. A geração actual é a primeira a dispor de equipamentos para compreender as mudanças ambientais que têm sido impostas à Terra.

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação, faz parte da dinâmica organizacional e expressa um conjunto de princípios que nesse trabalho, passa por confirmar a existência de uma correspondência entre a prática de actividades cívicas, nomeadamente as práticas ambientais e as práticas habituais da IPSS. Por conseguinte, a prática diária da educação é conduzida pela actuação ditada pela instituição, uma vez que a Educação Ambiental é a principal prática responsável pela construção da cidadania ambiental, um fenómeno multidimensional que tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante na realidade social.

Torna-se clara a necessidade de mudar o comportamento do homem em relação à natureza, no sentido de promover, sob um modelo de desenvolvimento sustentável, a compatibilização de práticas económicas, com reflexos positivos evidentes na qualidade de vida dos cidadãos como forma de providenciar mais-valia.

1.2.5. Objecto Empírico da Pesquisa

O objecto empírico é assumido como o alvo sensível, o fenómeno através do qual se pretende estudar e analisar. Representa a objectividade da realidade com a multiplicidade de dimensões que o condicionam.

Este estudo tem como principal meta perceber as interacções, vivências e práticas profissionais quotidianas, observar a participação activa tanto dos utentes como dos funcionários na preservação e solução dos problemas ambientais.

A análise da situação incidirá na observação directa de iniciativas que visam determinar a ‘integração da cidadania nos projectos da Instituição’, dando especial relevo a atitudes, conhecimentos e competências que possam de algum modo contribuir para os valores da justiça social e para o desenvolvimento da educação para a cultura ambiental.

A focalização na cultura da instituição por outro lado, traduz globalmente o interesse pela construção quotidiana da cidadania no sentido que é o processo de partilha da realidade por parte dos membros da organização, e pela tentativa, mais ou menos pensada, para construir uma identidade e gerir as relações entre seres humanos, conforme nos diz (Pepper, 1995; Bernoux, s.d.).

O facto de no âmbito deste trabalho efectuar observação não participante na IPSS, permitiu conhecer a instituição e os seus colaboradores e ao mesmo tempo apreender a sua cultura organizacional e prática profissional. A exequibilidade desta investigação resultou desse conhecimento que possibilitou traçar uma perspectiva histórica do CCSA e da realidade longínqua desta instituição e da evolução social prosseguidas com vista à realização do bem-estar social dos indivíduos.

1.2.6. Objectivo Geral

O objectivo da pesquisa é um pré-requisito que tem como ponto de partida a identificação do problema. São passos essenciais para a fundamentação da investigação sem o qual não é possível tornar o objecto pesquisável. O objectivo é assim, uma meta concreta e da sua clareza dependem o enquadramento conceptual, uma maior relevância e autenticidade, compreensão e rigor a ser alcançados num prazo determinado, bem como uma maior apropriação do conhecimento sobre o assunto que se desenvolve.

É um enunciado que estabelece directrizes específicas com metas e resultados passíveis de serem alcançados na medida em que expressa, neste caso, a realização de acções cívicas que objectivam sensibilizar para o reforçamento do exercício pleno do direito de cidadania, relacionamentos harmoniosos, respeitosos, saudáveis e pacíficos dos utentes e funcionários da IPSS consigo mesmo e com os outros, demonstrando especial preocupação no que se refere ao desafio da preservação ambiental e da qualidade de vida, de acordo com a proposta subjacente colocada na pergunta de partida.

Desta forma, a pesquisa definiu como objectivo geral:

- Identificar a cidadania como prática de educação para o ambiente aplicada na IPSS. A cidadania, através da educação para o ambiente pretende fazer de cada pessoa um agente de transformação e modificação do local onde vive.

Este estudo é considerado descritivo porque implica «estudar, compreender e explicar a situação actual do objecto de investigação» (Carmo, Hermano, 1998:213). Deste modo, a investigação recorrerá à recolha de dados pela observação não participante da situação real, e da realização de entrevistas, de modo a testar hipóteses ou responder a questões relacionadas, utilizando para o efeito instrumentos como por exemplo grelhas de observação e guiões de entrevistas.

1.2.6.1. Objectivos Específicos

Os princípios específicos e comportamentais esperados no termo desta investigação consistem em:

- Identificar na instituição uma educação voltada para a cidadania tendo como pressupostos o conhecimento dos direitos e deveres cívicos dos cidadãos;
- Conhecer a prática inter-relacional entre os diferentes públicos-alvo da IPSS;
- Observar a simbiose entre as práticas profissionais e a formação ambiental dos funcionários engajados na construção da cidadania voltada para o ambiente;
- Procurar perceber o que pensam os dirigentes da instituição, relativamente à prática e educação para a cidadania ambiental, identificando a meta;
- Sistematizar as diversas percepções dos utentes sobre a relação com o meio ambiente para, daí, delinear as possibilidades ambientais como veículo de transformação social, mobilizando sinergias para as tarefas ambientais;
- Percepcionar a responsabilidade institucional, na recuperação e conservação do meio ambiente, e na defesa de um desenvolvimento sustentável, e uma melhor qualidade de vida dos utentes, através de acções de cidadania;
- Reconhecer o processo de construção de cidadania como um meio activo de protecção ambiental;
- Fomentar condições para a mudança, valorizando a condição de referência local;
- Abordar as questões do ambiente sob uma perspectiva mundial, mas, respeitando sempre as diferenças locais e regionais.

1.2.7. Âmbito da Pesquisa

Esta pesquisa elege como alvo prioritário da sua acção o CCSA, tendo como princípio essencial a organização de respostas integradas através da observação não participante da forma como os funcionários da IPSS desempenham o papel que prestam a diversas actividades com a finalidade de inteirar se a cidadania e a educação para o ambiente são factores de prática quotidiana adoptados pela instituição. Este conceito de compreensão de práticas quotidianas ajuda a entender a interacção que se estabelece entre a população residente, técnicos e outros agentes, assim como permite constatar qual a influência da cultura organizacional no desempenho da prática profissional dos colaboradores, os valores, as crenças, a moral, a eficácia e a eficiência das relações humanas existentes.

A escolha e o enfoque nos técnicos assentam primordialmente no papel desses colaboradores como agentes dinamizadores da participação e de animação, e serem os elementos técnicos que compõem a direcção da CCSA, na medida em que segundo Mintzberg a missão da organização é definida no vértice estratégico onde se processam a maior parte das decisões, e onde é possível recolher informações sobre a sua prática profissional. Os tempos atuais caracterizam-se pela acelerada inovação científica, técnica e tecnológica e, pela luta constante em prol da inclusão social e do respeito pela condição humana, que exige cada vez mais sofisticação da mão-de-obra e dos serviços prestados. Daí a preocupação em apresentarmos neste trabalho, a cidadania ambiental como um caminho estratégico para a melhoria da qualidade de vida dos utentes, assentes na inovação, na promoção da eficiência e na utilização eficaz dos recursos. Uma cidadania ambiental que os mobilize para a questão da sustentabilidade.

Quisemos desenvolver o trabalho nesta IPSS, não só porque entendemos que sendo um trabalho de cariz social, é nosso dever re-inforçar a promoção da igualdade de oportunidades entre os utentes da instituição. O CSPA trabalha com a protecção de jovens em risco e depreendemos que esta seria uma boa oportunidade para dar impulso a esta missão, e contribuir para promover nos jovens capacidades individuais de empreendedorismo, instigando-os a tomarem iniciativas de serem eles próprios a procurarem soluções para os problemas pessoais.

Procuramos assim, sugerir novos caminhos para a investigação, na área da:

- Solidariedade entre gerações
- Causas e direitos das pessoas (bem-estar, integração e qualidade de vida).

2. CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTO ANDRÉ

2.1. Breve introdução à história da instituição

Foi na década de 60, no século XX, em plena ditadura fascista do Estado Novo que se deram os primeiros passos no sentido de prestar auxílio material e social àqueles que mais sofriam com as carências e necessidades quotidianas, impostas pela grave miséria que o país atravessava e que eram as crianças e jovens pobres do Barreiro, os idosos e desempregados, devido às condições difíceis de vida das pessoas e das suas famílias.

Durante o Estado Novo¹⁰ praticamente não existia qualquer compromisso político e financeiro com a protecção social da população, isso, apesar do «direito à assistência pública» ter sido consagrado, em Portugal, na Constituição republicana de 1911. Na prática esse direito, pouco ou nada se notava ou tivera escassa aplicação, como se não existisse. Nessa altura, a solução adoptada para fazer face às situações de dependência das pessoas idosas eram os cuidados familiares e equipamentos sociais como os asilos ou lares.

‘Os sistemas de assistência e de previdência social do Estado Novo surgiram depois de 1933, aproveitando certos elementos existentes do regime anterior, mas em ruptura ideológica com as concepções republicano-liberais de direito à assistência pública e de seguro social obrigatório, legislados mas não aplicados’ [Pimentel, 1999].

A assistência pública e a previdência social enquadram-se assim nos anos 60, período em que foi discutida a remodelação desses dois sistemas. Embora esse debate tenha sido adiado, nesse período poderia ter emergido a ‘era’ da segurança social, como resultado da transformação e do alargamento da previdência social que se pretendia.

¹⁰ Estado Novo é o nome do regime político autoritário e corporativista de Estado que vigorou em Portugal durante 41 anos sem interrupção, desde 1933, com a aprovação de uma nova Constituição, até 1974, quando foi derrubado pela Revolução do 25 de Abril.

Segundo nos conta (Rui Oliveira, 1977) o estado novo “(...) nada mais fez do que se intrometer na vida das Misericórdias e de outras instituições congéneres, fiscalizando-as, desviando arbitrariamente os seus fundos, para lhes dar o destino que a sua política demagógica e aos seus interesses menos correctos interessava (...)”.

Nessa época, as instituições particulares eram denominadas por Instituições Particulares de Assistência (IPA) que beneficiavam de um regime especial de tutela administrativa (Lei 1998/44).

Com a aprovação da Constituição de 1933 e o Estatuto do Trabalho Nacional, nesse mesmo ano (Decreto-Lei nº 23048 de 23 de Setembro de 1933), surge, pouco tempo depois, a Lei 1884 de 16 de Março de 1935, que constitui a Lei de Bases de Organização da Previdência. Essas reformas sociais e ajustamentos que tiveram lugar ao longo do período do Estado Novo, formam assim a base embrionária do **Estado-providência**¹¹ em Portugal. Mas foi a agitação político-social, da crise económica e financeira que se viveu até 1940, agravada pela Segunda Guerra Mundial, que viria a dar maior relevo e convicção ao facto de que não se poderia mais pensar em Estado e Sociedade como entes autónomos. É nesse período que se fomentou o denominado Estado-providência que nunca se chegou a implementar na sociedade portuguesa.

Daí dizer-se que o Estado-providência em Portugal surgiu tardiamente e nunca se assemelhou ao dos outros países da Europa ocidental. As definições do Estado-providência — “quase-Estado-providência” (Santos e Ferreira, 2001:185); “semi-lumpen-Estado-providência” (Reis, 1995:31) — tentam ilustrar a persistência do facto de o Estado não proteger suficientemente a maioria da população perante os diferentes riscos sociais.

A reforma da previdência, Lei 2115/62, permitiu a criação de instituições de carácter regional “(...) e ainda outras segundo a natureza das prestações que garantem” (Hespanha, 2000). No entanto, esta reforma que tinha como finalidade universalizar a

¹¹ "Estado-providência" como "estado de bem-estar social" é uma situação em que, por meio de legislação social, a comunidade assume responsabilidades na promoção do bem-estar social económico, material, físico e psicológico do cidadão individual. Deste modo se supera o sentido residual e complementar que a sociedade vinha assumindo em termos de caridade e beneficência. O Estado-Providência é considerado como um prestador de serviços sociais (segurança social, saúde, educação, habitação) (Carreira, 1996).

toda a população não passou de boas intenções, tudo ficou na mesma, não houve nenhuma alteração da tradicional diferenciação dos sistemas de protecção social, de previdência e de assistência.

Com o 25 de Abril de 1974 começa uma nova era - a era da segurança social universal – (Pimentel, 1999) onde vai ocorrer uma intensa reestruturação a nível das políticas de protecção social, baseadas nos direitos dos cidadãos. Emerge o primado da responsabilidade pública e da redefinição de papéis (regulador, prestador, financiador, fiscalizador) uma nova forma de encarar a protecção social ligada aos novos papéis assumidos pelo Estado e às novas concepções da Cidadania Social. Esta refere-se não só a formalidades legais, direito individual, mas num contexto de Estado de direito inscrito numa cultura democrática, onde a cidadania «pode ser descrita como participação numa comunidade ou como a qualidade de membro dela» (Barbalet, 1989). Segundo a perspectiva de (Marshall cit *in* Barbalet, 1989:17-29) a cidadania não decorre da classe social dos indivíduos, mas implica um “status”. Esta noção refere-se à pertença a uma determinada sociedade e de participar nela, gozando de igualdade no que respeita aos direitos e deveres que lhes estão associados (cívicos, políticos e sociais).

Começou-se a construir o Estado do bem-estar, o welfare state¹² em Portugal, construído com base no modelo de protecção **beveridgiano**¹³ (universal, unificado, centralizado e uniforme). O Estado «deveria intervir na realização de alguns direitos sociais, designadamente os relacionados com as necessidades básicas ou situações de risco que o comum dos cidadãos não podia enfrentar apenas com os seus recursos individuais» (Costa, 1996).

O conceito e a prática de Estado-providência corresponde a um tipo de organização política e económica que tem por finalidade promover o ajustamento (reencaixamento) do económico no social, colocando o Estado como agente da promoção (protector e defensor) social e organizador da economia, corrigindo os efeitos do mercado.

¹² A expressão Welfare-state procede do alemão wohlfahrtstraaf e foi utilizada pela primeira vez neste país para designar o conjunto de seguros sociais criados por Bismark a partir de 1883. A expressão inglesa foi cunhada nos anos 30 pelo prof. Alfred Zimmern (Oxford). Nos EUA foi consagrada em 1949. A partir daí passou a ser universalmente utilizada{TEMPRANO, 1992}.

¹³ Beveridge – académico do departamento de ciências sociais e administração da London School of Economics, foi o arquitecto do moderno sistema de segurança social.

Para (Dias, 2005:46-48), o conceito e a prática de Estado-providência estão associados às denominadas economias mistas, com objectivos inerentes ao bom funcionamento da economia e do mercado, a par da solução total ou parcial de problemas sociais.

(Rhodes, 1998:43) identifica três tipologias de Estado-providência: o tipo liberal, o corporativo e o universalista, embora alguns autores defendem um novo modelo, ‘o modelo dos países da Europa do Sul’.

Ao Estado-providência de **tipo anglo-saxónico** ou **liberal** estão associados os planos de bem-estar mais modestos que abrangem sobretudo os mais desfavorecidos, os que não têm capacidade de recorrer ao mercado para obter os recursos de que necessitam. Ainda neste contexto, influenciado pela ética do trabalho, o Estado funciona como elemento favorecedor do Mercado pelos baixos preços e pela subsistência dos esquemas privados. Privilegia-se o individualismo competitivo e o mérito. Exemplos: EUA, Canadá, Austrália, Reino Unido e Irlanda.

Por seu turno, o Estado-providência assente num **modelo continental** ou **corporativo** que privilegia a preservação das diferenças de estatutos de classes. Neste caso, o sistema é influenciado pela Igreja, pela preocupação notória com a família tradicional, e pelo estado autoritário, assente na existência ou na aplicação do princípio da subsidiariedade. Não se acredita tanto no mercado, o modelo é corporativista e apela, antes, ao papel das organizações de grupo (comunitárias, mutualistas, da igreja, etc.). Exemplos: Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Holanda, Luxemburgo, Portugal, Espanha, Grécia e Itália.

Por fim, resta a abordagem ao Estado-providência de **tipo escandinavo** ou universalista, baseado num regime social-democrata, em que se promove a participação plena dos cidadãos, e especificamente dos trabalhadores, no sentido de assegurar a qualidade dos seus direitos numa base igualitária. Os seguros privados complementam os esquemas de protecção social dos indivíduos. Exemplos: Dinamarca, Finlândia e Suécia.

Ainda que tenha sido (Mauricio, Ferrera, 1996) “o primeiro a não considerar este grupo como um subdesenvolvimento do modelo dos países da Europa continental”, o modelo de Estado-providência dos **Europeus do Sul** tem algumas características diferentes que as de outros Estados de Bem-Estar europeus, nomeadamente um Estado-providência fraco, com importantes sistemas informais de apoio de base familiar, um mercado limitado para satisfazer as necessidades de bem-estar social e o carácter selectivo dos

rendimentos dos consumidores, mas é difícil falar num regime do sul do bem-estar como um princípio de base. Exemplos: Portugal, Espanha, Grécia e Itália. **Fontes:** (Esping-Andersen,1990: 69-78, 1996: 10-20), (Rhodes, 1997b: 61-62); adaptado de (Pedroso,1999).

É nesse cenário de grandes dificuldades sociais para a população, que nos anos 60, as acções assistenciais de protecção social e caridade, fortemente enraizada pela tradição cultural e religiosa por parte de membros da Igreja Católica se voltam para os grupos sociais mais vulneráveis do Barreiro (idosos, doentes, pessoas com deficiência, vítimas da pobreza, crianças), apoiados pela entreatajuda da comunidade local, se inicia o processo orientado para levar ajuda aos cidadãos mais carenciados.

Segundo informações recolhidas junto da Instituição e que passo a transcrever, o hoje Centro Social e Paroquial de Santo André (CSPSA) situado no Barreiro, distrito de Setúbal, nasce das carências e necessidades da comunidade, e evolui no sentido de poder servir esta comunidade, oferecendo-lhe cada vez mais e melhores serviços.

Esta caminhada teve o seu início por volta da década de 1960. Nesse período, o elevado número de crianças e jovens em situação de risco (situações de abandono, pobreza, etc.) no concelho do Barreiro conduziu à necessidade da emergência de um movimento vocacionado para o acolhimento, protecção, assistência e integração social destas crianças e jovens.

Para abrigar e proteger essa juventude foram utilizadas as instalações das cavalariaças da GNR onde foram acolhidas 30 crianças e jovens do género masculino. Este movimento teve o suporte institucional da Santa Casa da Misericórdia do Barreiro e financeiro da Companhia União Fabril (C.U.F). Em 1966, este movimento foi transferido para as instalações da Sopa dos Pobres, mantendo o mesmo suporte institucional, mas passando a ter um suporte financeiro e estatal, do Instituto da Família e Assistência Social (I.F.A.S). Mais tarde, resultante da cedência de um terreno ao Centro Paroquial Padre Abílio Mendes na Quinta da Lomba, actualmente freguesia de Santo André, foi fundada a Casa dos Rapazes, que se mantém em funcionamento até aos dias de hoje. Em 1984 ocorre uma reestruturação geográfica do concelho ao nível das paróquias que leva à implementação da paróquia experimental de Santo André, que vem substituir o Centro Paroquial Padre Abílio Mendes na tutela desta instituição. Assim, surge o Centro Social e Paroquial de Santo André na sequência da implementação de uma paróquia

experimental numa Instituição Particular de Solidariedade Social (I.P.S.S.) sem fins lucrativos.

A celebração de dois acordos de cooperação com o Centro Regional da Segurança Social (C.R.S.S.) de Setúbal veio permitir o funcionamento de duas valências: o Lar de Crianças e Jovens "Casa dos Rapazes", com capacidade para 40 crianças e jovens em regime de internato, e Actividades de Tempos Livres (ATL) os "Catraios", com capacidade para 30 crianças em idade escolar.

Em 1995 há uma reorganização da Instituição, associada aos seguintes acontecimentos: o A.T.L. os "Catraios" dá origem ao Centro de Apoio Preventivo de Crianças e Jovens em Situação de Perigo, com capacidade para 14 utentes em regime de semi-internato; A capacidade da Casa dos Rapazes é expandida para mais 5 vagas; e por último ocorre a apresentação da candidatura ao "Subprograma Integrar" para a construção do Centro Comunitário de Santo André. Esta obra foi co-financiada pelo FEDER/Comunidade Europeia/Ministério do Trabalho, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio II (QCA II) e do Ministério do Trabalho e da Segurança Social (M.T.S.S.) através do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo (C.R.S.S.L.V.T.) - Serviço Sub-Regional de Setúbal. Esta candidatura é aprovada em 1996.

Em Janeiro de 2001 este Centro Comunitário estava apto a proporcionar novas valências:

- *Apoio Domiciliário*
- *Centro de Dia*
- Centro de Actividades de Tempos Livres (infelizmente, hoje o A.T.L deixou de existir)
- *Creche*

2.2. Caracterização de “Casa dos Rapazes”

A Casa dos Rapazes é uma I.P.S.S. destinada a acolher crianças e jovens em situação de risco, que integra o Lar de Crianças e Jovens e o Centro de Apoio Preventivo de Crianças e Jovens.

O Lar de Crianças e Jovens é um serviço de apoio em regime de internato a 45 crianças e jovens do género masculino, com idades compreendidas entre os 6 e os 23 anos, provenientes do distrito de Setúbal. Os encaminhamentos são efectuados através da Segurança social, do Tribunal de Menores, e de Comissões de protecção de Crianças e Jovens em Situação de Perigo, de crianças e jovens que apresentam problemáticas como a pobreza, a falta de condições habitacionais e económicas, a negligência, o alcoolismo e toxicodependência na família, entre outras.

O Centro de Apoio Preventivo de Crianças e Jovens em Situação de Perigo é também um serviço de apoio, mas em regime de semi-internato, a 14 crianças e jovens de ambos os sexos, abrangendo a faixa etária entre os 4 e os 15 anos, provenientes do concelho do Barreiro. Os encaminhamentos são efectuados pela Segurança social e Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Situação de Perigo, que apresentam problemáticas como as referidas anteriormente.

Ambas as valências têm como principais objectivos: a satisfação das necessidades básicas, como a alimentação, saúde e higiene; reintegração da criança/jovem na escola, na família e comunidade; promoção da valorização pessoal, social, profissional e da estabilidade afectiva da criança/jovem; acompanhamento e estimulação do desenvolvimento físico e intelectual; promoção da aquisição de normas e valores;

De forma a se atingirem estes objectivos desenvolvem-se junto das crianças/jovens actividades e projectos, tais como:

- Associação Juvenil FanDaVida - Associação para jovens com idade superior a 14 anos, que permite desenvolver a coesão de grupo, competências pessoais e sociais e a integração social na comunidade.
- Clubes temáticos - destinados a utentes com idades compreendidas entre os 10 e os 13 anos com o objectivo de promover e estimular as suas competências pessoais e sociais, dentro de uma abordagem lúdica.
- Projecto "Os Ardinias" - Projecto desenvolvido em articulação com o Jornal "voz do Barreiro" que consiste em integrar utentes, com idades compreendidas entre os 10 e os 13 anos, no papel de ardinias, contribuindo para a sua valorização pessoal e integração na comunidade.

- Projecto "Desporto, crescer Saudável" - Projecto educativo que desenvolve actividades educativas de carácter lúdico-desportivo, destinadas a todas as crianças/jovens.
- Estágios de Sensibilização para o Mundo do trabalho - Destinados a jovens com mais de 13 anos, com insucesso escolar significativo, com o intuito de aumentar a valorização pessoal e promover a criação de competências para uma melhor integração sócio-profissional.
- Lutas Greco-Romana e Livre Olímpicas - Núcleo de lutas amadoras, federado em 2003 na Federação Portuguesa de Lutas Amadoras (F.P.L.A.), em que participam 40 atletas, entre eles jovens utentes da instituição e membros da comunidade interessados na modalidade. Decorre em articulação com o programa "Escolhas".
- Iniciação à Actividade Desportiva - destinada às crianças do 1º ciclo do ensino básico, para uma sensibilização para a prática do desporto, através de uma abordagem lúdica.
- Natação - Actividade promovida em colaboração com a Câmara Municipal do Barreiro (C.M.B.) que abrange as crianças do 1º ciclo do ensino básico.
- Informática - Acesso à tecnologia para todas as crianças/jovens da instituição.
- Colónia de Férias - Projecto que passa pela organização de excursões à praia durante a primeira quinzena de Julho, e integração em campos de férias, para todas as crianças/jovens.
- Famílias Amigas - projecto para as crianças/jovens do internato que não beneficiam de qualquer contacto familiar, na tentativa de promover momentos de valorização pessoal e afectiva junto de famílias voluntárias.

2.3. Centro Comunitário de Santo André

O Centro Comunitário de Santo André é constituído pelo Apoio Domiciliário, o Centro de Dia, o Centro de Actividades de Tempos Livres (neste momento desactivado) e a Creche.

O **Apoio Domiciliário** consiste num serviço social de prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio dos utentes quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas ou actividades diárias. Este serviço abrange 25 utentes de ambos os sexos com idade superior a 50 anos, funcionando na área urbana do concelho do Barreiro e apenas nos dias úteis.

O **Centro de Dia** consiste num serviço de apoio a 40 utentes, maioritariamente com idade superior a 60 anos, com residência no concelho do Barreiro, durante os períodos da manhã e tarde, nos dias úteis. No acolhimento dos utentes, são privilegiados os casos em que se verifiquem problemas de carência ao nível da saúde, familiar ou económico. Tem como principais objectivos: a satisfação das necessidades básicas dos idosos, tais como a alimentação, a higiene, a administração de medicamentos, entre outros; o acompanhamento médico e de enfermagem, bem como o transporte e acompanhamento a diligências de rua; fornecer apoio psicossocial, quando necessário e solicitado pelo idoso; fomentar as relações interpessoais ao nível dos idosos e destes com indivíduos de outros escalões etários das outras valências; prevenir situações de isolamento, bem como promover a socialização dos utentes. De modo a cumprir estes objectivos, são desenvolvidas as seguintes actividades e projectos:

- Gerontomotricidade - actividade promovida por uma Técnica Especializada na Instituição.
- Cuidados Continuados - actividade promovida pela A.R.S. de Setúbal, de forma a garantir os cuidados de higiene e alimentação a utentes dependentes, encaminhados pelos serviços de saúde do concelho do Barreiro.
- Actividades lúdicas - desenvolvimento de actividades que proporcionem o convívio e valorização pessoal dos idosos.

O **Centro de Actividades de Tempos Livres** destina-se a 80 crianças de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 5 e os 14 anos e que frequentem o 1º e 2º ciclos do Ensino Básico. É um recurso social aberto à comunidade que visa proporcionar às crianças a ocupação dos seus tempos livres, através de actividades de carácter lúdico e cultural, apoio escolar e educativo, alimentação e transporte. Tem como principais objectivos prestar um conjunto de serviços que assegurem o acompanhamento e bem-estar das crianças, fornecer apoio psicológico quando

necessário, solicitado pela família ou encaminhado pelos funcionários competentes, promover as relações interpessoais e o desenvolvimento psicossocial, com o objectivo de proporcionar às crianças uma melhor integração no seu grupo de pares, bem como na própria sociedade e proporcionar às crianças actividades lúdicas e criativas com o objectivo de estimular a sua valorização pessoal.

De modo a cumprir estes objectivos, desenvolvem-se as seguintes actividades:

- *Informática*
- *Natação*
- *Ateliers - espaço destinado à realização de actividades de carácter lúdico-criativo, distribuído por ateliers de expressão plástica, cerâmica e informática.*
- *Sala de estudo - espaço privilegiado para o acompanhamento das actividades escolares.*
- *Iniciação à Actividade Desportiva*
- *Praia - realização de excursões à praia, em regime opcional, durante a primeira quinzena de Julho.*
- *Saídas ao Exterior - realização de passeios colectivos em diversos locais, como por exemplo a parques e jardins, Mata da Machada e outros locais de diversão.*

A **creche** consiste num serviço de apoio a crianças que visa responder às suas necessidades e interesses, assim como das suas famílias. O espaço divide-se em duas salas, a dos "fraldinhas" que se destina a 10 crianças dos 8 aos 24 meses de idade, e a sala "parque" para 12 crianças dos 24 aos 36 meses de idade. Tem como principais objectivos assegurar o bem-estar das crianças, dando-se especial atenção às rotinas diárias, como a alimentação, a sesta e os cuidados de higiene, fornecer apoio psicológico quando necessário, solicitado pela família ou encaminhado pelos funcionários competentes, o despiste ao nível do desenvolvimento psicomotor, da linguagem, e da socialização das crianças, proporcionar um desenvolvimento social, afectivo e relacional adequado e proporcionar actividades de carácter lúdico, educativo e recreativo.

De forma a ir de encontro a estes objectivos, são desenvolvidas as seguintes actividades e projectos:

- *Actividades de Rotina - realização de tarefas que permitam o desenvolvimento de competências organizativas, através do planeamento de actividades de rotina*

como as refeições, a sesta, brincar, os cuidados de higiene e a deslocação aos espaços exteriores às salas.

- Actividades de Desenvolvimento Psicomotor - realização de actividades que envolvam a utilização de materiais que permitam o desenvolvimento da motricidade.
- Actividades de Desenvolvimento Sócio-Afectivo - realização de actividades que promovam a iniciação ao jogo simbólico e "faz de conta", a aprendizagem de regras e os comportamentos de partilha.
- Actividades de Desenvolvimento da Linguagem - actividades de estimulação à aquisição da linguagem, através da identificação de imagens, objectos, canções, "lengalengas" e estórias.
- Actividades de Exterior - realização de passeios e actividades colectivas no parque da instituição e no da cidade.

Para além de todas estas valências, o Centro Social e Paroquial de Santo André, à data de Maio de 2011, contava com a colaboração de estagiários profissionais, nas áreas da Acção Social, Educação de Infância, Recursos Humanos/Gestão de Instituições Sociais, e dois voluntários. Promove ainda em cooperação com a FormAjuda, um curso de auxiliar de apoio à comunidade, com o principal objectivo de educação e formação de adultos. O curso é frequentado por 15 formandos.

2.4. Recursos Humanos

O Centro Social e Paroquial de Santo André organiza-se de acordo com o organograma na Figura 1.

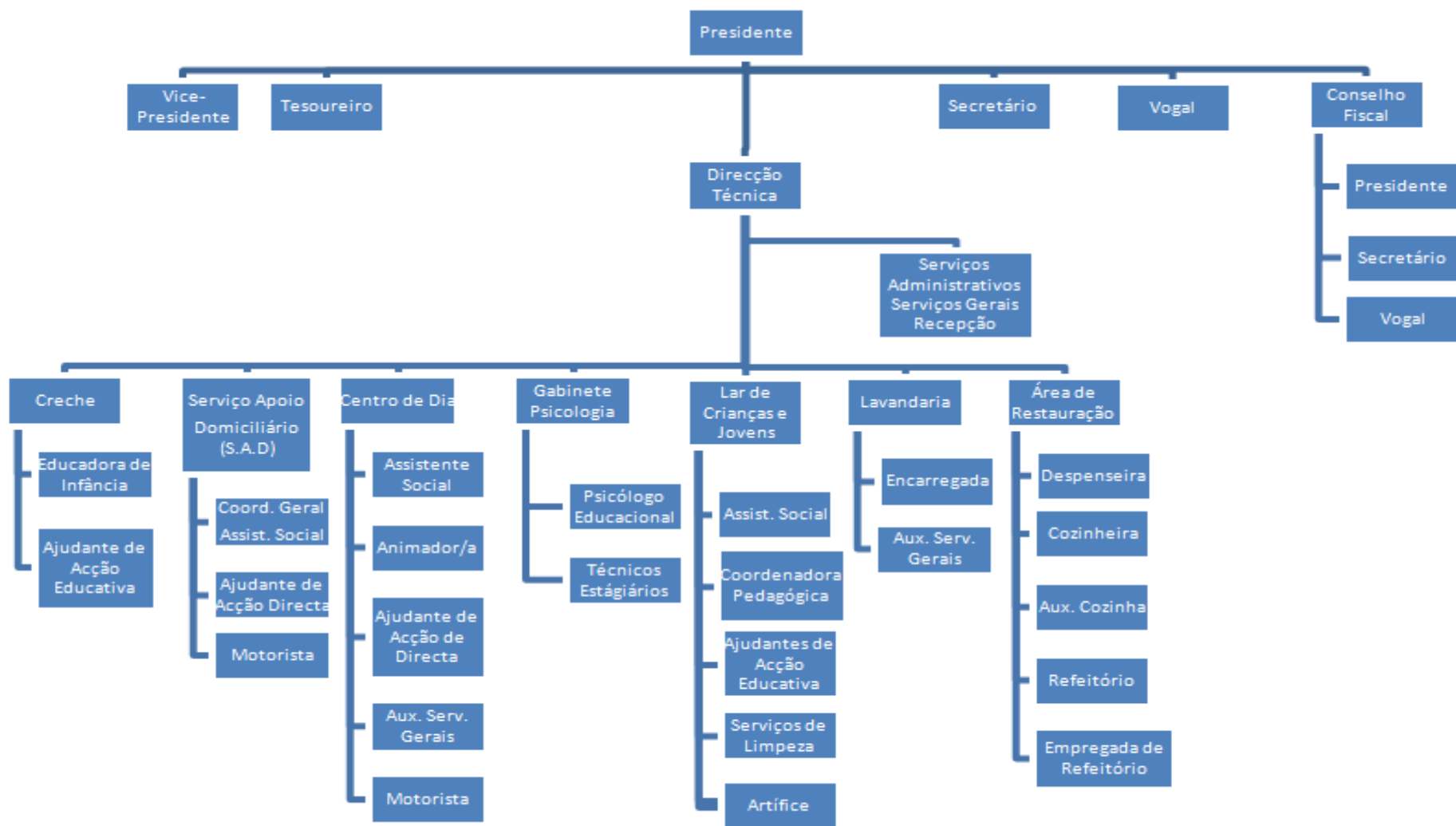


Figura 1 - Organograma do Centro Social e Paroquial de Santo André

Neste momento a Instituição tem 47 colaboradores, 5 deles estão de baixa e uma de licença de maternidade, distribuídos pelas várias valências e departamentos.

- ❖ **Direcção**, composta por Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Vogal.
- ❖ **Conselho Fiscal**, composto por Presidente, Secretário e Vogal.
- ❖ **Equipa Técnica**, cuja **Direcção Técnica** está a cargo de uma Licenciada em Serviço Social. A **Equipa Técnica** tem mais três elementos, sendo eles um licenciado em Psicologia (**responsável pelo Gabinete de Psicologia** e pela **Área de Educação**, outro licenciado em Investigação Social Aplicada (**responsável pela Área de Idosos**) e um Técnico em Animação Sócio-Cultural.
- ❖ Na **Área de Educação**, que engloba o **Lar de Crianças e Jovens**, o **Centro de Apoio Preventivo de Crianças e Jovens em Risco** e a **Creche**, trabalham 16 pessoas, cujas funções são de Auxiliar de Acção Educativa. Neste momento esta área conta com mais três licenciadas, sendo uma licenciada em Serviço Social, a estagiar no **Lar de Crianças e Jovens**, e duas licenciadas em Educação de Infância, a estagiar na **Creche**.
- ❖ A **Área de Idosos** é composta por oito funcionárias, três no **Centro de Dia** e cinco no **Apoio Domiciliário**, cujas funções são de Ajudante de Acção Directa. Estas valências, tal como as anteriores têm colaboradores de “baixa” médica ou (CIT)¹⁴, por motivos diversos.
- ❖ **Área Administrativa e Financeira** é constituída pela **Secretaria**, com uma escriturária, uma área de **Contabilidade**, com uma escriturária e, uma **Recepção** com duas recepcionistas, estado no momento uma de baixa médica.
- ❖ **Área da Restauração**, engloba o **Aprovisionamento**, **Cozinha** e **Refeitório** com uma responsável e 6 funcionárias, sendo duas cozinheiras

¹⁴ Baixa médica ou **CIT** - Certificado de Incapacidade Temporária passado pelo médico de família (documento com 3 vias cuja 1ª via fica com o doente, a 2ª via é entregue à entidade empregadora e a 3ª via é enviada para a Segurança Social a fim de requerer as prestações de apoio social na doença) (Legislação Seg. Social).

e quatro ajudantes de cozinha. **Serviços Gerais**, com uma responsável e duas funcionárias. **Património** com um responsável e a **Rouparia** com uma responsável e quatro funcionárias. Tal como nas valências anteriores, estas também têm pessoal de baixa médica e uma de Licença de Maternidade.

Como foi referido anteriormente, para além dos funcionários do quadro, o Centro Social e Paroquial de Santo André, à data de Maio de 2011, contava com a colaboração de estagiários profissionais, nas áreas da Acção Social, Educação de Infância, Recursos Humanos/Gestão de Instituições Sociais, e dois voluntários.

2.5. Recursos Materiais

O Centro Social e Paroquial de Santo André é formado por dois edifícios, sendo eles o **Edifício do Centro Social**, construído recentemente e, o **Edifício da Casa dos Rapazes**, mais antigo. O Centro tem a seguinte distribuição:

- No piso 0 ficam situados cinco gabinetes técnicos, o gabinete da Direcção Técnica, o gabinete Social, o gabinete de Psicologia, o gabinete Médico, o gabinete de Animadores Sócio-Culturais/Serviço Social. O gabinete da Direcção do Centro, a Secretaria e Tesouraria ocupam também o mesmo piso, juntamente com um amplo gabinete que funciona como sala de reuniões. A Creche tem duas salas e um fraldário. Existem ainda três gabinetes que funcionaram como *ateliers* de Informática, Expressão Plástica e Cerâmica com um enorme terraço comum, uma sala de Café, um Ginásio e um gabinete que funciona como Cabeleireiro. Neste piso encontramos ainda uma sala de arrumos, duas casas de banho, dois balneários e a Recepção.
- No piso -1 ficam situadas a sala de Centro de Dia, o Refeitório dos utentes, duas casas de banho adaptadas, a Cozinha e Copa, a Dispensa e o Refeitório dos funcionários e das restantes valências.
- No piso -2 encontramos duas salas da valência extinta (C.A.T.L.). Este piso tem ainda duas salas de Arquivo, uma sala de Arrumos, uma sala de

Rouparia, uma Lavandaria, um Vestiário e duas casas de banho para funcionários e utentes.

- No piso -3 ficam situados a Sala das Máquinas e a Garagem.

O Edifício da Casa dos Rapazes é composto por três pisos e distribui-se da seguinte maneira:

- O piso 0 tem duas salas para actividades, uma sala de estar, duas salas de estudo, uma sala para funcionários e duas casas de banho. No exterior deste edifício encontra-se o espaço da Associação Juvenil FanDaVida.
- No piso 1 situam-se sete quartos, três deles acolhem seis utentes por quarto, dois acolhem oito utentes por quarto, um acolhe quatro utentes e um outro é destinado para o vigilante nocturno. Neste andar encontramos ainda um balneário para os utentes e uma casa de banho para os funcionários.
- O piso 2 tem dois quartos, cada com capacidade para acolher quatro utentes, uma casa de banho e um quarto de arrumos.

Entre o **Edifício do Centro Social** e a **Casa dos Rapazes** situam-se a Capela e o Salão Paroquial. No espaço exterior do Centro temos o Parque Infantil, o Campo de Futebol e o espaço onde ocorre a formação.

2.6. Recursos Financeiros

A Instituição tem uma receita fixa mensal atribuída pelo Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal, em função dos projectos e número de utentes. Para além desta receita, o Centro Social e Paroquial de Santo André tem as participações financeiras mensais por parte dos utentes, esta é calculada em função dos rendimentos/despesas dos utentes e/ou suas famílias. A Instituição também beneficia de receitas não regulares, financeiras ou em espécie, resultantes de donativos privados, mecenas e subsídios de entidades oficiais.

2.7. Parcerias

O trabalho realizado no Centro Social e Paroquial de Santo André, ao longo destes anos, tem sido feito em parceria e com a ajuda da comunidade, contando para isso com a colaboração de diferentes entidades e organismos, quer públicos, quer privados. Sem essas ajudas a tarefa seria muito mais difícil, para isso a Instituição tem parcerias e/ou acordos com:

- ✓ Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal;
- ✓ Serviço de Acção Social do Barreiro, que para além do apoio financeiro, fornece apoio técnico e pedagógico;
- ✓ Instituto do Emprego e Formação Profissional (I.E.F.P.) através do Centro de Emprego do Barreiro e do Centro de Formação Profissional do Seixal, que integra nos seus programas alguns dos seus funcionários e utentes;
- ✓ CERCIMB/I.E.F.A., Centro de Formação e Reabilitação Profissional da Quinta da Fonte de Prata, que colabora ao nível da formação profissional;
- ✓ CERCIMA, do Montijo, acolhe utentes do Lar de Crianças e Jovens ou do Centro de Apoio Preventivo de Crianças e Jovens em Risco com problemas de integração escolar/profissional;
- ✓ R.U.M.O., Cooperativa de Solidariedade Social CRL, que colabora ao nível da integração dos utentes em estágios e programas que desenvolve;
- ✓ Programa “*Escolhas*”, através do qual se sinaliza, motiva e integram os jovens no núcleo de lutas amadoras do Centro Social e Paroquial de Santo André, praticando a modalidade com isenção de pagamento;
- ✓ FormAjuDa colabora ao nível de estágios;
- ✓ Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã, que disponibiliza programas formativos aos utentes do Lar de Crianças e Jovens e do Centro de Apoio Preventivo de Crianças e Jovens em Risco;
- ✓ NÓS – Associação de Pais e Técnicos para a Integração do Deficiente, que recebe utentes que sejam encaminhados pelo Centro Social e Paroquial de Santo André;
- ✓ Instituto dos Ferroviários – Lar de Jovens, que colabora na dinamização de várias actividades;

- ✓ C.A.T.I.C.A. – Centro Comunitário, que colabora na organização de diversas actividades;
- ✓ Centro Social e Paroquial Padre Abílio Mendes, que promove o intercâmbio de utentes ao nível da valência Apoio Domiciliário;
- ✓ Santa Casa da Misericórdia do Barreiro, que encaminha utentes para as valências de Apoio Domiciliário e Centro de Dia, e através do qual o Centro Social e Paroquial de Santo André recebe crianças provenientes do C.A.T – Centro de Acolhimento Temporário, do Barreiro;
- ✓ Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a carenciados, disponibilizando fundos para o atendimento, despiste e distribuição de alimentos a famílias carenciadas por parte do Centro Social e Paroquial de Santo André;
- ✓ Fundação G.I.L., que colabora através do fornecimento de materiais destinados à Casa dos Rapazes;
- ✓ I.P.J. – Instituto Português da Juventude, que promove em parceria com o Centro Social e Paroquial de Santo André, actividades destinadas à população jovem;
- ✓ Junta de Freguesia de Santo André, que colabora ao longo do ano lectivo, em diversas actividades;
- ✓ Junta de Freguesia da Verderena, com a promoção de algumas actividades;
- ✓ Hospital Distrital de Nossa Senhora do Rosário, SA, através da estreita colaboração com os serviços sociais e a pedopsiquiatria;
- ✓ Câmara Municipal do Barreiro, através de diversas e frequentes colaborações dos diferentes pelouros, essencialmente ao nível do desporto e da juventude;
- ✓ Instituto de Reinserção Social, do Barreiro, através da prestação de trabalho a favor da comunidade, como a pena autónoma substitutiva de prisão;
- ✓ P.S.P. – Polícia de Segurança Pública, do Barreiro e Santo André, através de contactos ocasionais no âmbito de acções de prevenção;
- ✓ C.P.C.J. – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, do Barreiro, através da Representação na Comissão Alargada e Restrita;
- ✓ C.P.C.J. – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, de Almada, Seixal, Moita, Montijo, Alcochete, Palmela e Setúbal através do

encaminhamento de crianças e jovens para o Lar de Crianças e Jovens e o Centro de Apoio Preventivo de Crianças e Jovens em Risco;

- ✓ Tribunal da Família e Menores, da Comarca do Barreiro, através da colaboração formal ao nível do Lar de Crianças e Jovens e do Centro de Apoio Preventivo de Crianças e Jovens em Risco;
- ✓ Centros de Saúde do concelho do Barreiro, que para além da colaboração informal no apoio aos utentes do Lar de Crianças e Jovens e do Centro de Apoio Preventivo de Crianças e Jovens em Risco, mantêm um protocolo de colaboração às valências Centro de Dia e Apoio Domiciliário;
- ✓ Administração Regional de Saúde, através do Programa de Cuidados Continuados e Apoio Social, do Concelho do Barreiro;
- ✓ Escola Secundária Artística de António Arroio;
- ✓ Escolas Secundária de Santo André; Alfredo da Silva e Augusto Cabrita;
- ✓ Escolas Básica 2º e 3º Ciclo da Quinta Nova da Telha e Quinta da Lomba;
- ✓ Escola Básica 2º e 3º Ciclo Padre Abílio Mendes;
- ✓ Escola Básica do 1º Ciclo Nº 1 da Telha Nova;
- ✓ Escola Básica do 1º Ciclo Nº 2 da Telha Nova;
- ✓ Escolas Básica do 1º Ciclo Nº 1 do Lavradio e Nº 8 do Barreiro;
- ✓ Escola Básica do 1º Ciclo da Vila Chã;
- ✓ Jardim-de-Infância Telha Nova Nº 1;
- ✓ Jardim-de-Infância da Vila Chã;
- ✓ Associação de Lutas Amadoras de Setúbal;
- ✓ Jornal “*Voz do Barreiro*”, através do protocolo de colaboração do Projecto “*Os Ardinas*”.

Ao longo dos anos, o Centro Social e Paroquial de Santo André/Casa dos Rapazes foi crescendo e ao mesmo tempo ia abrindo novas valências, executando deste modo a sua missão de humanismo cristão proteger, educar e formar os mais desfavorecidos, proporcionando às crianças bem-estar e desenvolvimento global harmonioso e higiene e alimentação.

A Casa dos Rapazes colabora estreitamente com as famílias e em cooperação com outras entidades públicas e particulares na partilha de cuidados e **responsabilidades**

sociais¹⁵, desenvolvendo com as crianças/jovens processos educativos que contribuem para a aprendizagem, a participação consciente e responsável na comunidade local, como forma de expressar autonomia individual e espírito democrático, sendo hoje reconhecida pela sociedade Barreirense e não só, como uma das mais prestigiadas **instituições sociais**¹⁶ de solidariedade.

Sem esquecer as pessoas mais velhas o CSPSA, desenvolve ainda actividades orientadas para as diferentes necessidades desses utentes assegurando a prestação de vários serviços complementares e/ou articuláveis entre si (Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário), que constituem o Serviço de Apoio a Pessoas Idosas.

¹⁵ **Responsabilidade Social** Empresarial (RSE) é um conceito fundamental criado para ajudar as empresas a integrar voluntariamente preocupações sociais e ecológicas nas suas atividades de negócio e relações com stakeholders” (CE).

¹⁶ **Instituição social**

As instituições sociais dizem respeito a práticas sociais que perduram através do tempo pela adesão que encontram na maioria dos membros da sociedade. Os modos de comportamento institucionalizados são salvaguardados por normas e sanções. À semelhança dos papéis sociais, as instituições sociais estabelecem padrões de comportamento, mas fazem-no a um nível mais geral, que incorpora uma pluralidade de papéis. As instituições sociais são relativamente constantes mas não são entidades imutáveis; mudanças nas práticas sociais acarretam mudanças nas instituições sociais existentes e podem dar origem a novas instituições. Chama-se institucionalização ao processo pelo qual os modos de comportamento se tipificam e se tornam suficientemente regulares e contínuos para constituírem instituições.

Existem vários tipos de instituições sociais, como, por exemplo, as de cariz económico, que dizem respeito à produção e distribuição de bens e serviços; as de cariz político, que regulam o uso e o acesso ao poder; as de parentesco, que dizem respeito ao casamento, à família e à socialização; e as culturais, que dizem respeito, genericamente, às religiões e às atividades artísticas e científicas.

O conceito tem sido largamente utilizado em Sociologia, com contornos diferentes conforme as escolas sociológicas. A título de exemplo, diga-se que o funcionalismo tem visto as instituições como respostas às necessidades dos indivíduos ou das sociedades, enquanto a fenomenologia salienta o modo como os indivíduos criam ou adaptam as instituições.

Instituição social. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. [Consult. 2012-06-11]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$instituicao-social](http://www.infopedia.pt/$instituicao-social)>.

3. Metodologia da Investigação

3.1. Fundamentação do tipo de investigação

A fundamentação do tipo de investigação foi feita ao iniciar o processo, quando se torna necessário decidir a escolha do tema, a natureza do objecto e dos problemas a investigar e determinar qual o caminho metodológico que se quer seguir em termos de finalidade, objectivo ou critério. De um modo geral, a metodologia e os métodos de investigação podem seguir modelos, técnicas e análises muito diversificadas, desde os puramente descritivos aos correlacionais e experimentais (Knapper, 1980) aos qualitativos (Mason & Bramble, 1997), e daí alguma ambiguidade metodológica que motivam a tomada de decisão (Weiss, 1975:18).

Esta ambiguidade remonta às origens da análise de conteúdo que tem vindo a travar um longo debate entre os pesquisadores que opõem a contribuição das abordagens dos méritos relativos aos métodos quantitativos e qualitativos, para a aproximação à realidade da análise intrínseca das situações a estudar, com a finalidade de trazer à luz dados objectivos, medíveis, regularidades e tendências observáveis. Nesse debate procedimental, uns defendem a análise segundo o carácter quantitativo, enquanto outros defendem a validade de uma análise qualitativa.

Para contrapor as perspectivas dessas duas realidades complexas de natureza diferenciada e aparentemente incompatíveis, uma vez definido o tema da pesquisa, ou se aborda a pesquisa quantitativa ou a pesquisa qualitativa, já que a realidade é uma mistura de ambas (Stake, 1999) e, uma não invalida a outra, antes pelo contrário, originam a complementaridade entre os métodos através da sua aplicabilidade nos diferentes momentos da investigação. Apesar disso, alguns defensores de cada um desses métodos salvaguardam que a natureza, a temática e o dinamismo de uma investigação pode exigir uma opção mais definida por uma das abordagens e isso não significa uma ruptura com a outra (Serrano, 2004). Ainda relativamente aos planos qualitativos de investigação optámos por escolher como estratégia de pesquisa, o enquadramento do “estudo de caso” por ser aquele mais comum e frequentemente utilizado nas Ciências Sociais quando se pretende conhecer o “como?” e o “porquê?” (Yin, 1994).

Assim, neste trabalho a corrente epistemológica que orientará o estudo será o **método**¹⁷ de pesquisa qualitativa, que trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões que permitem promover um confronto entre os dados, as evidências, as informações recolhidas sobre o assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele. A **metodologia**¹⁸ é assim um conjunto de métodos que regem uma investigação científica.

Este modelo de investigação é holístico, indutivo e descritivo e, privilegia a observação de perto e criteriosa dos factos. A investigação está orientada para o problema. O pesquisador preocupa-se com a atuação prática e descreve o ato, a realidade sem artifícios, sem a modificar.

Esta forma de pesquisa é referida por (Brenner, 1981: 139-51), citando W.J. Filstead, que considera que a metodologia qualitativa “é aquela que permite ao pesquisador estar próximo dos dados, desenvolvendo, de uma ou outra forma, os componentes analíticos, conceituais e categóricos da explicação a partir dos próprios dados”.

Na abordagem metodológica qualitativa, “as pesquisas qualitativas são mais exploratórias dos temas - estimulam os entrevistados a pensar e a falar livremente sobre algum tema - pois fazem emergir aspectos para melhor compreensão da relação subjectiva, abrindo espaço às percepções, entendimento e interpretação sobre a natureza geral da questão. As pesquisas quantitativas são mais adequadas para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados - são utilizadas quando se sabe exactamente o que deve ser perguntado para atingir os objectivos da pesquisa - e, por conseguinte, menos passíveis de erros de interpretação, pois utilizam instrumentos estruturados - entrevistas ” (cit *in* ics.ul.pt).

Qualquer que seja o tipo de abordagem adoptada na pesquisa deparar-se-á sempre com o problema das suas limitações na representação de todo o universo relativo ao fenómeno investigado. Essas limitações são inerentes aos próprios métodos de pesquisa, sejam eles quantitativos ou qualitativos.

¹⁷ "Métodos de pesquisa são técnicas suficientemente gerais para se tornarem comuns a todas as ciências ou a uma significativa parte delas" (Kaplan, 1969: 25).

¹⁸ "Metodologia, corpo orientador da pesquisa que, obedecendo a um sistema de normas, torna possíveis a seleção e articulação de técnicas, no intuito de se poder desenvolver o processo de verificação empírica" (Pardal, L. e Correia, E. 1995: 10).

Na pesquisa qualitativa não há preocupação em projectar resultados, pois o número de entrevistados é geralmente reduzido. As informações são recolhidas por métodos operacionais de análise intensivos seguindo um guião de entrevistas, e as opiniões dos participantes por observação participante e não participante, são posteriormente transcritas e analisadas.

De um modo geral, na pesquisa qualitativa o importante é o que se fala sobre um tema, enquanto na pesquisa quantitativa o importante é quantas vezes o assunto é falado.

Na pesquisa quantitativa, o entrevistador é que identifica as pessoas a serem entrevistadas por meio de critérios previamente definidos, as entrevistas são individuais e respeitam a ordem estabelecida pelo guião. O método de investigação adoptado neste estudo teve como finalidade obter o máximo de informação possível sobre o tema “Integra a IPSS no seu projecto a componente de cidadania ambiental”, informação essa que se traduziu na construção da realidade estudada.

3.2. Observação não participante como técnica de estudo

A observação não participante é uma análise de comportamentos espontâneos, em que o observador “procede directamente à recolha das informações, sem que haja intervenção dos sujeitos observados” (Quivy, 1998).

O projecto de pesquisa utiliza a estratégia de estudo de caso que é ‘especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos factores’ (Yin, 1994), e fundamenta-se em três sustentações básicas para a recolha de dados. O **estudo de caso**¹⁹ como estratégia de pesquisa emprega vários métodos de recolha de dados - entrevistas, observação participante e não participante, estudos de campo, entre outros - como nos conta Hamel, 1993.

¹⁹ "O estudo de caso é uma análise profunda de um sujeito considerado individualmente. Às vezes pode-se estudar um grupo reduzido de sujeitos considerados globalmente. Em todo o caso observam-se as características de uma unidade individual, como por exemplo um sujeito, uma classe, uma escola, uma comunidade, etc. O objectivo consiste em estudar profundamente e analisar intensivamente os fenómenos que constituem o ciclo vital da unidade, tendo em vista estabelecer generalizações sobre a população à qual pertence" (Bisquera, 1989).

Ainda sobre os estudos de caso, (Stenhouse, 1981: 221-30) considera que podem melhorar o julgamento do praticante através da ampliação da sua experiência e do carácter mais reflexivo e analítico que fornece a essa experiência.

Para (Grover & Glazier, 1985: 247-60) “é através da análise do problema de pesquisa que o método apropriado é descoberto”.

(Erasmic & Lima, 1989) referem que o estudo de caso tem sido definido como sendo um termo global para uma família de métodos de investigação que têm em comum o facto de se concentrarem deliberadamente sobre o estudo de um determinado caso.

A observação é um dos métodos de recolha de dados mais comuns num estudo de caso. Esta abordagem é particularmente útil porque permite a investigação de fenómenos nos seus contextos de ocorrência natural, ou no contexto da vida real. O investigador analisa e observa o comportamento, as interações e atitudes espontâneas dos actores-chave à medida que vão acontecendo mas, tem pouco controle sobre os eventos; ao mesmo tempo que decorre a observação ele procura integrar-se no ambiente e na cultura local ganhando a aceitação e confiança de todos, tendo o cuidado de perturbar o menos possível o comportamento do grupo-alvo.

A observação é uma etapa minuciosa e atenta da recolha de dados que utiliza uma técnica imprescindível no desenvolvimento do trabalho científico. O observador usa instrumentos de registo para registar a maior quantidade de informação possível e captar uma perspectiva ‘de dentro’. Identifica ainda as afirmações avaliativas e as frases que implicam um juízo de valor explícito ou implícito.

Dependendo da natureza da investigação a observação directa pode ser considerada participante ou não participante. É considerada participante quando o observador participa activamente na vida do grupo ou torna-se membro dele e influencia ou vai sendo influenciado por ele (Yin, 2001: 116).

Na observação não participante o observador não interage de forma alguma com o objecto de estudo no momento em que realiza a observação. O pesquisador apenas observa os factos e o grupo como um mero espectador, recorrendo apenas a técnicas de observação caracterizadas pelo seu envolvimento através da assunção de um papel junto da população observada. Essa técnica reduz substancialmente a interferência do observador no observado como refere (Carmo e Ferreira, 1998: 106).

Segundo (Yin, 1994: 92), a utilização de múltiplas fontes de dados na construção de um estudo de caso, permite-nos considerar um conjunto mais diversificado de tópicos de análise e em simultâneo permite corroborar o mesmo fenómeno.

Eis algumas das múltiplas fontes de recolha de dados: diário de bordo, actividades de observação e respectivas notas de campo, documentos, entrevista, narrativas, relatórios, questionários, registos de áudio e vídeo, diários e cartas.

Os diversos métodos utilizados na recolha de dados permitem ao investigador combinar múltiplas perspectivas no tratamento de um mesmo assunto, bem como obter informações de variadas naturezas, podendo compará-las posteriormente, fazendo a triangulação da informação obtida. (Igea, *et al.*, 1995).

A triangulação metodológica de dados é um processo central que permite evitar ameaças à validade interna inerente à recolha de dados de uma investigação recorrendo a diferentes fontes.

(Duarte, T. 2009) assume que "a **triangulação** constitui o {termo} mais utilizado na literatura, sendo percepcionado por vários autores como um conceito central na integração metodológica. Este conceito não apenas constitui, para alguns, uma das formas de combinar vários métodos qualitativos entre si (Flick, 2005a e 2005b) e de articular métodos quantitativos e qualitativos (Fielding e Schreier, 2001; Flick, 2005a), como também representa o conceito que quebrou a hegemonia metodológica dos defensores do monómétodo (ou método único) (Tashakkori e Teddlie, 1998)."

Segundo (Denzin, 1984, *in* Stake, 1999), existem várias estratégias de triangulação: triangulação das fontes de dados, triangulação do investigador, triangulação da teoria e triangulação metodológica. Depreendendo das palavras de Denzin, podemos dizer que a triangulação permite colher, de diferentes fontes de informação, dados que reportam ao mesmo acontecimento, aumentando deste modo a sua fiabilidade.

Existem, segundo (Bogdan e Byklen, 1994), (Tuckman, 2002) e (Quivy e Campenhoudt, 2003), três grandes grupos de métodos de recolha de dados que se podem utilizar como fontes de informação nas investigações qualitativas: observação, entrevista (oral ou escrita) e análise de documentos. Entre estes três modelos existe uma relação complexa, conforme está esquematizada na *Figura 1*, (Igea, *et al.*, 1995).

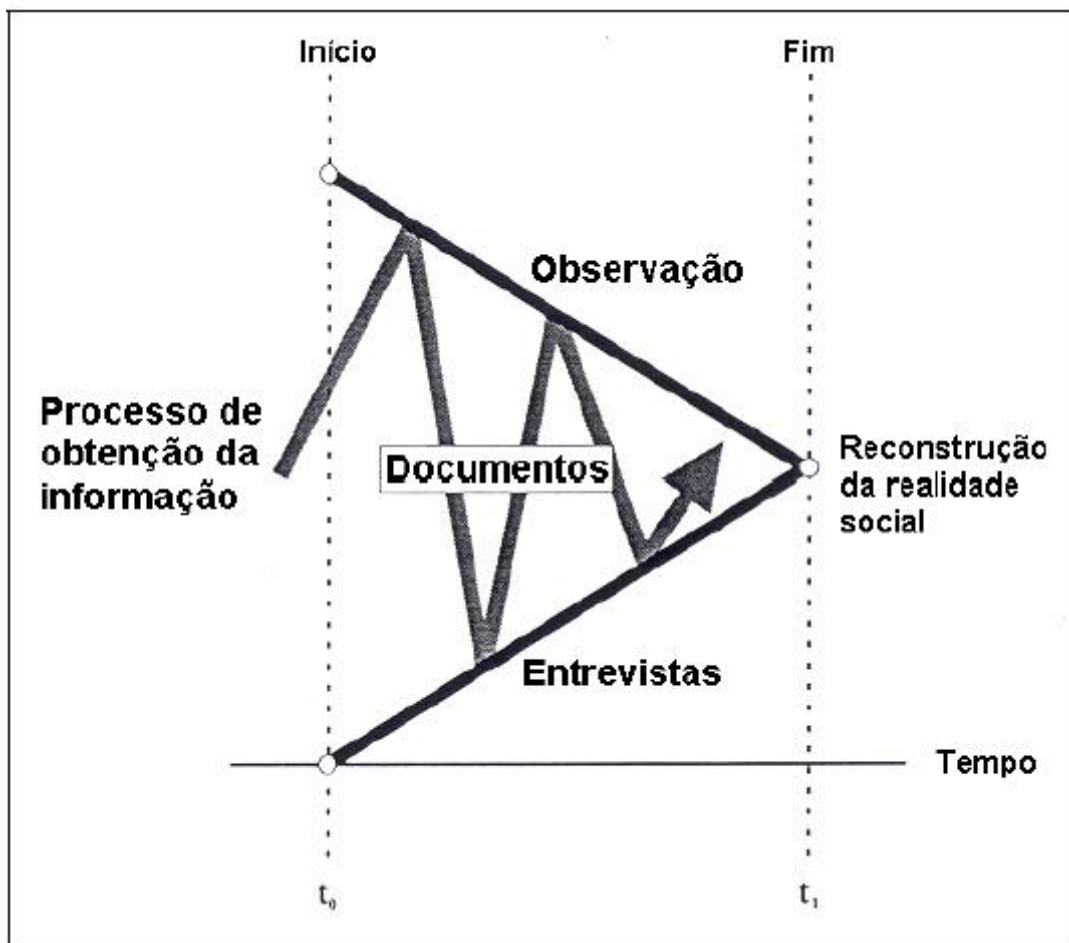


Figura 2 - Utilização conjunta de métodos de recolha de dados. Adaptado de (Igea *et al.*, 1995)

As técnicas de recolha de dados adoptadas e que mais se adequam a este projecto de pesquisa são a:

- Observação - participante e não participante
(elaboração de uma grelha de observação para colher informações);
- Entrevistas semi-estruturadas
(elaboração de um guião de entrevista para assentar as informações colhidas) e;
- Recolha bibliográfica.

Deste modo, o estudo de caso é um dos vários modos de realizar uma pesquisa sólida e constitui-se como estratégia mais utilizada para responder às questões centrais "como" e/ou "por que", e pode ser classificado de várias maneiras explicativos, cognitivos, expositivos (Yin, 1994).

O estudo de caso é uma construção apropriada sob várias circunstâncias e, a sua utilização justifica-se tanto pela simplicidade, como pela construção positiva dos

passos. O método é especialmente adequado porque analisa um problema específico: os dados do problema, os pontos de vista presentes, o que está em jogo, os sistemas de relações, o funcionamento de uma instituição, etc.

Neste sentido, o estudo de caso rege-se dentro da lógica que guia as sucessivas etapas de recolha, análise e interpretação da informação dos métodos qualitativos, com a particularidade de que o propósito da investigação é o estudo intensivo de um ou poucos casos (Latorre *et al.*, 2003).

Segundo (Hamel *et al.*, 1993), é mais apropriado definir o estudo de caso como uma abordagem, apesar de o nome sugerir que seja um método.

A crítica que é feita ao estudo de caso e que em alguns casos pode trazer insegurança ou “contaminar” o estudo, surge através do viés resultante do risco de distorção dos dados apresentados pelo pesquisador, falsas evidências ou visões distorcidas da realidade que se observa e normalmente ocorre devido ao envolvimento emocional deste, podendo atrapalhar o tratamento analítico da questão.

Essas e outras situações imprevistas da pesquisa representam aprofundamentos que oferecem, vantagens e limitações que podem levar o pesquisador a reexaminar determinados aspectos da teoria que sustenta a investigação como o grau de profundidade dos elementos da análise recolhidos, ou limitações que possam dificultar a tarefa que se vai aumentando à medida que se aprofunda o assunto.

Mas a vantagem do estudo de caso nas palavras de (Dooley, 2002), é a sua aplicabilidade a situações humanas, a contextos contemporâneos de vida real.

Entenda-se como vantagens “observar o facto quando ele acontece, captar significados que não seriam possíveis mesmo através de uma descrição dos sujeitos participantes do facto; é um meio directo e que possibilita abranger muitos fenómenos num só momento, é um dos métodos menos exigentes em grau de dificuldade ou, em outras palavras, é um dos métodos mais fáceis de serem aplicados para recolher dados.

As limitações ou desvantagens podem ser descritas como supervalorização de dados secundários, sem muita importância; pode acomodar o pesquisador para não se aprofundar em outro método de colecta mais complexo e difícil; corre-se o risco de

dispensar um procedimento maior de reflexão e cuidados especiais de método e de rigor” (Yin, 2001: 118-119).

Podemos ainda dizer que são vantagens o contacto directo com o fenómeno e maior proximidade com a perspectiva dos sujeitos neles envolvidos, descobrir novos aspectos de um problema (Ludke e André, 1986: 27). Como desvantagens ter-se-ia que ela altera o comportamento das pessoas observadas, pode ficar muito restrita a uma interpretação pessoal, nem sempre consegue representar a totalidade de uma realidade (*id., ibid.*).

O método do estudo de caso enquadra-se dentro de uma abordagem qualitativa, mas é sem dúvida uma questão controversa, não existe consenso entre os investigadores sobre o caso, sendo que alguns consideram que o método não possui objetividade e rigor suficientes para se configurar enquanto método de investigação científica, e por outro lado fornece pouquíssima base para generalizações analíticas do modelo teórico encontrado.

Como referem (Coutinho & Chaves, 2002) “se é verdade que na investigação educativa em geral abundam sobretudo os estudos de caso de natureza interpretativa/qualitativa, não menos verdade é admitir que, estudos de caso existem em que se combinam com toda a legitimidade métodos quantitativos e qualitativos”.

No prosseguimento da pesquisa o investigador deparou com as considerações de “(Merriam, 1998) que considera a primeira tarefa na condução de um estudo de pesquisa que é o objectivo da resolução do problema. A estrutura teórica é o esqueleto da pesquisa. Nessa estrutura são apresentados as interrogações da pesquisa, a identificação do que é relevante, o projecto de como representá-lo e mensurá-lo a forma como será feito o levantamento de dados, que métodos serão utilizados para analisar os dados recolhidos e de que forma os dados serão interpretados”.

A organização da discussão dos dados foi construída a partir da transcrição das observações e das entrevistas conduzidas a partir da qual se desenvolveu a análise dos dados recolhidos, identificando as respostas obtidas e a sua estruturação qualitativa. No desenvolvimento da pesquisa foi necessário recorrer a alguns artigos com base em referências bibliográficas, cujas contribuições foram consideradas significativas sobre o trabalho desenvolvido.

Referiu-se aos pormenores dos “métodos” empregue na metodologia científica, que ao longo dos tempos tem sido alvo de inúmeros debates de ordem filosófica, e de críticas por parte de vários pensadores adversos ao pensamento cartesiano, nomeadamente as críticas elaboradas pelo filósofo francês (Edgar Morin, 1973) na obra *O Método* que “propõe, no lugar da divisão do objecto de pesquisa em partes, uma visão sistémica, do todo”. O fim que se quer atingir é a compreensão da realidade da melhor forma possível.

Um outro olhar sobre o “método” é o interpretado por (Madelaine Grawitz, 1993) que define métodos como um conjunto concertado de operações que são realizadas para atingir um ou mais objectivos, um corpo de princípios que presidem a toda a investigação organizada, um conjunto de normas que permitem seleccionar e coordenar as técnicas. “Os métodos constituem de maneira mais ou menos directa ou concreta, precisa ou vaga, um plano de trabalho em função de uma determinada finalidade”, como refere (Carmo, 1998: 175).

Dando seguimento ao trabalho prático de recolha de dados para o projecto em estudo (leitura, consulta, compilação, pesquisa, filtragem, etc.), surgiu a necessidade de definir esta técnica e para tal recorreu-se à forma de expressão de pensamento defendida por (Moresi, 2003) que define a técnica de recolha de dados como "o conjunto de processos e instrumentos elaborados para garantir o registo das informações, o controle e a análise dos dados". Os métodos de recolha de informações são escolhidos de acordo com a tarefa a ser cumprida, como afirma (Bell, 1989).

Uma das técnicas adoptadas na recolha de dados é a observação directa não participante, por ser mais abrangente, na medida em que permite ao observador recolher uma diversidade de informações relevantes acerca daquilo que se observa, mas, sem se dirigir aos sujeitos observados. Essa técnica além de ver e ouvir, consiste em examinar factos que permite descrever e interpretar melhor o fenómeno que se deseja estudar.

Como instrumento para se conseguir as informações pretendidas utilizou-se a entrevista semi-estruturada caracterizada por um contacto directo entre o investigador e os seus interlocutores, feita oralmente e aplicada individualmente a três técnicos e dois alunos (interno e semi-interno) da instituição, entidades sobre o qual incide a análise e, registadas pelo próprio entrevistador sem se recorrer a recursos e técnicas de gravação áudio ou vídeo, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na

perspectiva dos objectivos da recolha de informações de (Ketele, 1999: 18), a fim do entrevistado produzir informação eficaz na obtenção das respostas desejadas.

As anotações como instrumento básico de recolha de dados foram úteis durante o período de observação e das entrevistas abertas por permitirem registar comportamentos, ambiente, etc., ou mesmo para registar ideias que foram surgindo, a fim de as não esquecer.

Relativamente aos procedimentos éticos - **foi pedida autorização à Instituição para a realização do estudo** - houve uma conversa prévia com a Direcção da Instituição em causa onde foi formalizado verbalmente o pedido de autorização, tendo havido posteriormente uma reunião informal com todos os responsáveis técnicos, com vista a informá-los acerca dos objectivos do estudo, assim como garantir o sigilo deontológico da não reprodução de factos da vida privada da instituição. Foi também explicado aos colaboradores que o estudo em causa não iria interferir com o trabalho deles, nem haveria qualquer participação nas actividades e que os dados recolhidos eram anónimos e confidenciais.

4. Apresentação e Discussão dos Dados

Neste capítulo apresentar-se-ão os dados empíricos da pesquisa obtidos através da observação não participante das dinâmicas internas bem como do registo rigoroso dos factos observados, das entrevistas realizadas, especificando as informações recolhidas na IPSS, Centro Social e Comunitário de Santo André. Os trabalhos de recolha de dados na instituição iniciaram-se em Maio e prolongaram-se até Julho.

Serão apresentados em primeira mão os dados da observação não participante que consistiu em captar as vivências e descrevem os factos, interpretações, opiniões e hipóteses observadas e os comentários do observador.

Em seguida far-se-á a transcrição e a descrição das entrevistas às questões formuladas, cuja análise permitirá dar resposta à ‘questão inicial’, levantada no início desta dissertação. Foram entrevistados três técnicos e dois jovens, respectivamente um interno e um semi-interno da instituição.

Apraz aqui referir a forma como os técnicos da IPSS apresentaram as suas opiniões sobre as questões ambientais e de cidadania e o modo como prepararam os jovens para a entrevista que, demonstraram ter absorvido toda a informação que lhes tinha sido transmitida.

O Centro Social e Comunitário de Santo André, como foi já referido, é considerado pela Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 63º, uma IPSS. Esta instituição tem como objectivo, de acordo com o seu compromisso “satisfazer carências sociais e praticar actos de culto católico, ligada à paróquia de harmonia com o espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e moral cristã e ainda pelos usos e costumes da Igreja”, (*Idem*, Art. 1º, nº 1). A nível local, desenvolve um papel activo e participativo na criação e execução de políticas sociais.

A execução da pesquisa no Centro Social e Comunitário de Santo André, no Barreiro, começa com uma conversa com o responsável da instituição onde foi possível tomar conhecimento, *in loco*, de toda a envolvência que esta casa tem na vida da comunidade e que acabou por merecer a escolha para a realização deste trabalho de dissertação.

Assim, ao informar a pessoa do trabalho que pretendia desenvolver na instituição, respondeu logo que ia colocar o assunto tão prontamente quanto possível à Direcção para que a minha presença fosse autorizada. Esta conversa ocorreu em Maio de 2011. A resposta ao pedido não demorou a ser aprovada e poucos dias depois desloquei-me ao CSCSA para clarificar pormenorizadamente os objectivos do estudo. Sensivelmente passada uma semana, fui formalmente apresentado pela Directora técnica aos técnicos e funcionários da IPSS, para que soubessem dos motivos da minha presença no local, o que tem funcionado como intermediário junto dos responsáveis das respostas sociais.

Deste modo foi-me facultada a informação necessária para poder começar a função de observação não participante, e a quem recorrer em caso de necessitar de alguns esclarecimentos, assim como foi permitido estar em contacto directo com os utentes.

Com o passar dos dias na instituição fui-me socializando com as pessoas e conhecendo melhor os “cantos à casa”. Através do diálogo com os técnicos depressa descortinei quem seriam as pessoas escolhidas para as entrevistas que iria fazer. Procurou-se seleccionar três técnicos, aqueles com maior experiência e conhecimentos que garantissem uma entrevista mais informada. Com os jovens, a escolha foi mais difícil, pois todos se disponibilizaram para a conversa, demonstrando grande espírito de abertura, mas, no âmbito deste trabalho só seriam entrevistados apenas dois jovens, um interno e um semi-interno.

Ficou combinado que a observação teria lugar após as 16,30 horas, imediatamente depois do período correspondente à saída do meu emprego, e permanecia na instituição até ao encerrar das portas ao público, às 19.00 horas.

Concluída a observação não participante e as entrevistas, procedeu-se à transcrição e análise dos dados recolhidos. Assim, tendo presente os objectivos da pesquisa em estudo e com base nos dados recolhidos através das técnicas adequadas para o efeito, procurou-se analisar e reflectir sobre as questões levantadas na proposta inicial de pesquisa. Importa salientar, que não se efectuaram análises muito aprofundadas visto que o estudo se revestia de um carácter maioritariamente empírico e exploratório, por ter como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar atitudes e ideias, numa abordagem mais de acordo com a realidade da IPSS.

4.1. Observação não participante

Neste trabalho utilizou-se o estudo de caso num paradigma interpretativo para estudar uma situação específica tendo em vista conhecer em profundidade os “como” e os “porquês” numa abordagem de investigação que segundo (Yin, 1986), acaba por ser mais adequada para compreender, descrever e explicar fenómenos subjectivos dessa dimensão, pois permite uma investigação que preserva as características holísticas dos fenómenos da vida real.

(Ponte, 2006) considera que o estudo de caso “é uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir a que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse.”

A observação é um fenómeno que ocorre no seu contexto natural como um processo sistemático de registo dos padrões de comportamento de pessoas, acontecimentos, atributos pessoais e concretas inter-relações sem fazer perguntas. Segundo (Carmo e Ferreira, 1998: 97) observar é seleccionar informação pertinente, através dos órgãos sensoriais e com recurso à teoria e metodologia científica, a fim de poder descrever, interpretar e agir sobre a realidade em questão.

A pesquisa por observação permite constatar na prática o que as pessoas realmente fazem, ao invés de só registar o que elas dizem que fazem.

A recolha dos dados foi feita utilizando diversos meios comuns como a observação e a entrevista, por permitirem assegurar diferentes perspectivas dos participantes ao corroborar um conjunto mais diversificado de tópicos sobre o mesmo fenómeno, como referem (Bodgan e Binklen, 1994), *cit.* por (Carmo e Ferreira, 1998: 181) “a preocupação central não é a de saber se os resultados são susceptíveis de generalização, mas sim a de que, outros contextos e sujeitos, podem ser generalizados.”

Segue-se a descrição detalhada das observações, narradas tal como elas ocorreram e os comentários das anotações do observador.

A análise e interpretação dos dados da observação e da entrevista far-se-ão a seguir aos registos de observação.

4.1.1. Grelha de Observação

Tabela 1 - Registo das Observações

CENTRO SOCIAL E COMUNITÁRIO DE SANTO ANDRÉ	
(O que vejo) - Factos, reacções, interpretações, opiniões e hipóteses	COMENTÁRIOS REFLEXIVOS
Observação descritiva	Comentários
Reciclar os resíduos (lixo) é uma maneira de proteger o ambiente	<p>A preservação do meio ambiente começa com pequenas atitudes diárias. O que ocorre actualmente é que as pessoas não reciclam nem 5% do que poderia ser reciclado, apenas por preguiça de separar o que é reciclável ou porque não querem saber. A falta de interesse das pessoas em matérias ambientais dá-se, em grande parte, em decorrência da falta de envolvimento em questões ambientais, mas principalmente pela desinformação.</p> <p>A educação, em vista dessa desinformação, assume um papel importante no desenvolvimento de conhecimentos, no relacionamento com o meio ambiente, de forma a poder ajudar na elevação da qualidade de vida da população. Reciclar deixou de ser moda, e tornou-se numa questão de sobrevivência para a humanidade. Significa economizar energia, e poupar recursos naturais. Além disso, é uma alternativa para amenizar o problema dos resíduos (lixo). Porém, é necessário o empenho da população para realizar esta acção.</p> <p>A conservação ambiental é importante e alicerça-se no desenvolvimento sustentável e racional de acções preventivas que visam proteger o meio ambiente dos impactes naturais e do esgotamento dos seus recursos.</p>
Instituição não separa os resíduos (papel, plástico, vidro, alumínio, latas, etc.), porque não tem meios	Os resíduos urbanos podem ser separados de diversas maneiras e a mais simples é separar o ‘lixo’ orgânico do inorgânico (lixo molhado/lixo seco) e colocá-los nos Ecopontos. Essa separação é inicialmente feita em casa e depois depositados correctamente nos equipamentos apropriados existentes na via pública. Se não se separarem os resíduos, eles vão parar aos aterros sanitários e deixam de poder ser utilizados como matéria-prima para gerar

<p>humanos para o fazer. Isto é, tem que se levar os resíduos separados para os contentores que ficam longe da instituição. Não temos gente disponível para esse trabalho todos os dias.</p>	<p>novos produtos.</p> <p>Os resíduos sólidos urbanos (RSU's), são os maiores causadores da degradação do meio ambiente. Em média, cada pessoa produz pouco mais que 2,5 kg de lixo por dia. Ao separar os RSU's estamos a evitar a poluição num meio ambiente cada vez mais devastado. A elaboração do PERSU II, consubstancia a revisão das estratégias consignadas no PERSU e ENRRUBDA, para o período de 2007 a 2016, e são entendidas como um desafio inadiável para o sector ambiental. A Portaria n.º 851/2009, de 07 de Agosto, aprova as normas técnicas relativas à caracterização de resíduos urbanos (APAmbiente).</p>
<p>Fraldas descartáveis dos idosos e creche não são recicladas, e por dia gastamos bastantes fraldas. Dava jeito poder reciclá-las</p>	<p>São várias toneladas de fraldas descartáveis que todos os anos vão parar aos aterros sanitários e podem levar até 500 anos para se decompor. Apesar das boas intenções do Ministério do Ambiente até agora nada foi implementado para resolver o problema. Algumas empresas já se encontram no terreno, mas continuam a aguardar licenciamento.</p> <p>A colocação das fraldas em aterros é um problema ambiental sério. Em algumas zonas do nosso país já se recorre à incineração para dar resposta a esta questão que aflige o mundo inteiro, e que já é considerada um dos piores resíduos domésticos.</p>
<p>Óleos alimentares usados vão para o óleão, garrafas... etc., que uma empresa colocou cá. O óleo que já não se pode utilizar (queimado), agora não vai para o esgoto como antigamente. Quando o óleão estiver cheio, telefona-se para lá.</p>	<p>O óleo usado das frituras já não vai para o ralo do esgoto. É depositado num (óleão) e quando este estiver cheio, é recolhido por uma empresa que o encaminha para uma unidade de regeneração e valorização, podendo depois ser aplicados na produção de biodiesel (Directiva 2003/30/CE de 8 de Maio de 2003), com grandes vantagens ambientais, sociais e económicas.</p> <p>Contudo, em Portugal o óleo alimentar usado continua a ser despejado directamente na rede de esgotos (esta é a prática mais comum), oferecendo um risco elevado para o meio ambiente ao provocar impactes negativos elevados, nomeadamente na poluição da água. Esses óleos lançados nas redes de drenagem de águas residuais entopem, poluem e obstruem os filtros existentes nas ETARs, tornando-se assim um grande obstáculo ao seu bom funcionamento. Em cerca de 125 mil toneladas deste resíduo,</p>

<p>Eles depois vêm cá buscar.</p>	<p>apenas 3000 são recolhidas em Portugal (Ideias Ambientais). As famílias devem ser sensibilizadas para a reciclagem de resíduos de óleos alimentares através da reutilização das garrafas de óleo, depositando-as depois no ecoponto amarelo. O óleo alimentar usado (OAU), é um resíduo não perigoso, classificado com o código LER 20 01 25.</p>
<p>Pilhas, lâmpadas e baterias... vão para o lixo comum porque não há contentores por perto para os colocar; se há que desfazer deles, não há outro remédio. ... mas, as pessoas também não ligam muito a isto.</p>	<p>Alguns desses produtos não podem ser deitados ao lixo comum. Dar o destino correcto a estes materiais é uma preocupação e um dever de todos, de participar activamente na correcta separação desses resíduos, após o seu esgotamento enérgico ou vida útil. São diversos os locais onde as pessoas podem depositar esse tipo de material, ao invés de juntá-los todos no lixo comum, com grandes probabilidades de virem a causar inúmeros transtornos ambientais.</p> <p>A falta de depósitos adequados para pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes, ameaçam a contaminação do meio ambiente e a saúde pública, sobretudo nos meios urbanos onde podem causar uma série de malformações em fetos e doenças graves em adultos (problemas respiratórios, neurológicos, gastrointestinais e outros) devido aos metais pesados e às substâncias tóxicas que contêm. Para que esses produtos usados sejam encaminhados e tratados eles devem ser entregues no local de compra de novas unidades (lojas) ou depositadas em pontos específicos de colecta selectiva, que as enviará para o ecocentro, onde todos os resíduos passam por uma triagem e são enviados para os respectivos locais de reciclagem a fim de preservar o meio ambiente.</p>
<p>Entre a boa intenção e o gesto tem-se um mundo ambientalmente sustentável e socialmente mais justo. Isso é realmente bonito de dizer, é o que os ambientalistas</p>	<p>Para que essa intenção seja concretizada, há ainda um longo caminho a percorrer para garantir a protecção da natureza. Embora seja crescente a consciência ambiental, tudo à volta do ambiente se desenrola muito lentamente, quando diante de nós temos uma crise sócio-ambiental que se agrava todos os dias com o avanço do progresso científico e que urge por respostas racionais, considerando a urgência dos problemas ambientais.</p> <p>O planeta não possui recursos infinitos e a natureza já não consegue absorver a quantidade de resíduos produzidos todos os dias, o que torna a sustentabilidade uma luta contra o tempo. São visíveis os sinais de colapso dos sistemas vivos e a perda da biodiversidade. As pessoas estão</p>

<p>apregoam, mas não passa de “jogar conversa fora”. Na vida as coisas não são bem assim.</p>	<p>preocupadas com as mudanças climáticas, e têm consciência dos impactes que causam ao meio ambiente. O aquecimento global, a poluição da água e do ar, a contaminação dos solos, a miséria e o consumismo desenfreado causam perplexidades, que de certo modo se distanciam do conceito de desenvolvimento sustentável.</p> <p>Os crescentes problemas ambientais têm vindo a pôr em causa o conceito de desenvolvimento sustentável, uma noção económica apoiada num modo de vida e produção que garante as necessidades das actuais gerações sem comprometer as necessidades das gerações futuras. No entanto, é fundamental que além de ambientalmente sustentável, esse novo modelo de desenvolvimento seja também justo na distribuição da riqueza e qualidade de vida para todos.</p>
<p>O consumo é mais importante do que o valor das pessoas. Se tens dinheiro e podes gastar à vontade, então sim, fazes parte do grupo que consome e és visto de modo diferente. Se não consumes, não interessam as razões, deixas de ser considerado e és marginalizado.</p>	<p>Na sociedade actual a importância e o valor das pessoas é medido pela quantidade de dinheiro que dispõem para gastar em bens de consumo e pelos bens materiais que exibem. É uma sociedade que incentiva a competição em vez da solidariedade ou da generosidade. Tudo gira à volta do consumo, não é possível deixar de satisfazer as necessidades básicas. A sociedade de consumo dita as leis, diz quem produz, para quem, como produz, e quem consome.</p> <p>De um modo geral, todos nós somos consumidores e temos necessidades complementares que obrigam a consumir produtos e serviços necessários ou supérfluos, a fim de garantirmos uma vida mais longa e confortável.</p> <p>As ofertas e as opções de consumo nunca foram tantas, e as técnicas de marketing são cada vez mais sofisticadas num mercado onde quase tudo é compartilhado, e os bens de consumo cada vez mais diversificados. Quem se colocar à margem do consumo, fica “fora de moda”. Ou se acompanha a dinâmica da moda ou se é excluído dela, e aí começa, o “ter vai-se tornando mais importante que o ser”. Anexada ao aspecto social e ambiental, está o desperdício dos recursos naturais, agravado cada vez mais com a necessidade de acompanhar o mercado.</p> <p>As promoções criadas em torno de uma determinada moda, artigo ou serviço, gera o marketing boca-a-boca entre os consumidores - as pessoas comentam umas com as outras sobre a experiência que tiveram com esse ou</p>

	<p>aquele produto/serviço - que passa a ser adoptado por um amplo conjunto de indivíduos como diz Malcolm Gladwell no seu livro <i>O Ponto de Desequilíbrio</i>, e que é ainda mais influente do que a publicidade.</p> <p>Quanto mais se ouve falar de um produto por parte de pessoas conhecidas e em quem confiam maior é a probabilidade que esse bem ou serviço venha a ser adquirido. As marcas e os produtos de marca são grandes aliados na maneira como as pessoas são de forma positiva influenciadas. Essa forma de agir no mercado tem um peso e ocupa um espaço importante no projecto de vida das populações.</p>
<p>Poupança da água nos banhos, a escovar os dentes, etc.; hoje já faço isso com naturalidade, procuro poupar sempre. Antes, não tinha essa preocupação, queria era despachar-me. Agora com a idade tenho mais tempo para pensar nas coisas, e vale a pena termos alguma atenção com a água. Se ela faltar ficamos logo aflitos, e dizem por aí que daqui a alguns anos ela vai escassear. Mais uma razão para não a desperdiçarmos.</p>	<p>A poupança da água é uma política de protecção e defesa do meio ambiente, que se enquadra na ideia de incentivo a comportamentos ambientais que reduzam os consumos de água. Para os consumidores que se preocupam com o ambiente, a redução do consumo de água está intimamente relacionada com os hábitos de poupança que se fazem quotidianamente, isto, se se tiver em conta que a água é um dos bens mais preciosos da terra que está a escassear e precisa ser salvaguardado.</p> <p>Existem várias maneiras de combater o desperdício da água e de poupar esse bem inestimável, que podem ajudar a diminuir os excessos de consumo. Tudo começa por um pequeno gesto, por actos simples do dia-a-dia como lavar as mãos, os dentes ou barbear-se. É fácil, em vez de deixar a água a correr pela torneira, é muito mais vantajoso colocar um pouco de água no lavatório. Este exemplo aplica-se ao duche, e a tanto outros motivos que não são necessários apontar aqui.</p> <p>Basta que tenha a preocupação de desligar a água enquanto estiver a ensaboar-se ou a colocar champô no cabelo. A importância do uso racional da água canalizada e as vantagens a ela associadas são um compromisso social e ambiental que contribui para promover a sua utilização inteligente, de forma mais amiga do ambiente. É fundamental alertar os cidadãos para a necessidade de uma mudança positiva na utilização da água, demonstrando que é possível racionalizá-la, investindo num futuro sustentável para o planeta.</p> <p>A figura n.º A4 (in Anexos) exemplifica a quantidade de água que se gasta nas diferentes actividades diárias.</p>

<p>Atitude sócio-comunitária de pertença, vai-se adquirindo no dia-a-dia no sítio onde estamos e vivemos. A pessoa vem para o Centro, está uma mão cheia de horas, vai conhecendo as outras pessoas, começa a ganhar confiança e às tantas sentimo-nos como em casa. É assim que eu vejo isso, às tantas passo a fazer parte da mobília da casa.</p>	<p>São atitudes pessoais e comunitárias face a valores diferentes, diante daquilo que são os seus valores morais ou normas originais. Relaciona-se com o grau de aceitação dos indivíduos, e do ponto de vista da sociedade estar-se em sintonia com as regras, a moral, a cultura, e a educação cívica.</p> <p>Essa atitude sócio-comunitária centra-se sobretudo numa linha de identificação social e no estabelecimento de relações distintas, tolerantes e cooperantes em que, através de uma vivência conjunta os elementos do grupo se envolvem num processo único de descoberta mútua, onde a partilha de conhecimentos e experiências e a concertação de esforços surgem como forma de investimento nas suas capacidades e possibilidades criando condições de coexistência e pertença com os demais cidadãos.</p> <p>É a forma do indivíduo se sentir socialmente integrado e com naturalidade, poder exercer plenamente os seus direitos de cidadania que se deseja eficaz e adequada à realidade e bem-estar dos habitantes da comunidade. Ao criar essa consciência de pertença através de atitudes concretas e de auto-estima a pessoa assume uma posição concreta de partilha e co-responsabilidade na busca da auto-sustentação da comunidade. A nível individual, um maior sentido de comunidade traduz-se em níveis mais elevados de bem-estar, qualidade e satisfação de vida, sentido de justiça e capital social e menor solidão e isolamento.</p>
<p>Poupança de energia, é hoje uma necessidade. Com os combustíveis a subirem todos os dias, a electricidade e o gás estão cada vez mais caros. Acender as luzes só mesmo quando necessário. Há alguns anos atrás, ninguém se</p>	<p>Há muitas formas de poupar energia e de proteger o meio ambiente. A começar pela iluminação das casas, a utilização das lâmpadas económicas, o uso racional dos equipamentos tecnológicos nas habitações, ou a instalação de painéis solares térmicos no telhado das casas, substituindo o gás ou a electricidade no aquecimento das águas. Mas a mais importante de todas as recomendações, consiste em alterar as atitudes e o comportamento do utilizador, e alertá-lo para os impactes de cada produto que usa.</p> <p>A maioria dos produtos utilizados no dia-a-dia tem um impacte em termos de energia no quotidiano das pessoas, e todos eles com implicações no ambiente. Por conseguinte, a utilização mais eficiente desses utensílios de (electrodomésticos) lazer, entretenimento e de serviços pode ajudar a usufruir do máximo conforto e poupar energia. Ao mesmo tempo que poupa energia, estará a reduzir a despesa energética, a preservar o</p>

<p>preocupava em desligar a TV ou outros aparelhos electrodomésticos do <i>standby</i>. Agora já se sabe que em <i>standby</i> continua a gastar energia.</p>	<p>ambiente, e a promover uma maior eficiência na utilização dos recursos naturais. Quando os aparelhos eléctricos não estão a ser utilizados devem ser completamente desligados do modo de espera, stand-by. Hoje, é incontornável a percepção colectiva, e de cada um, de que é necessário fazer alguma coisa para produzir a "mudança de mentalidades" de que Jorge Morgado, da Deco, chama a atenção para incutir nos consumidores.</p> <p>As Tabelas A5 e A6 (<i>in Anexos</i>) ilustram o quanto se poupança em energia eléctrica.</p>
<p>Convivência harmoniosa só trás vantagens. A pessoa entende-se com todos, conversa, tem respeito pelo que os outros dizem, e quando assim é, tudo corre bem, sem problemas e sem aborrecimentos.</p>	<p>A convivência harmoniosa é motivada pelo aceitar dos outros, espontaneamente do modo como são, sendo cada um responsável pelas acções que pratica. Ao respeitar a individualidade dos outros perspectiva-se conseguir uma sã convivência. Essa convivência harmoniosa é construída no quotidiano e tem em vista o desenvolvimento real de afectos que devem presidir os relacionamentos entre pessoas dóceis e cordiais, mais confiantes e afáveis, mais amigos e amáveis.</p> <p>A boa convivência ajuda a desenvolver a consciência, estimula acções correctas e, é também uma forma de trocar experiências e de aprendizagem. Uma convivência harmoniosa é pautada pelo diálogo e pela comunicação e por milhares de outras pequenas coisas que aproximam as pessoas. Uma dessas coisas é o saber comunicar com os outros, e isso, é essencial para uma convivência sadia. Deve-se expressar de forma clara, esclarecedora e pausada, para que os interlocutores entendam o que realmente se propõem transmitir de modo a evitar más interpretações e mágoas emocionais.</p> <p>Saber ouvir com atenção é também, extremamente importante, na medida em ajuda a encontrar soluções para possíveis problemas. Ninguém ganha nada por ser inflexível com os seus semelhantes e não deve colocar condições ou querer julgar seja quem for só pelo que ele faz ou fala. Sendo que as pessoas não são todas iguais, cada uma pensa à sua maneira e defende os seus próprios valores. Contudo, isso não é incompatível com um bom relacionamento, desde que haja respeito entre as partes pela diferença. Bem vistas as coisas, o relacionamento harmonioso não é fácil como se pensa, ele requer muita prática e boa disposição, envolve muita</p>

	responsabilidade, compreensão, serenidade e partilha, para que o equilíbrio se mantenha.
<p>Cidadania construtiva e participada é algo que hoje fazemos quase sem dar por isso. Antigamente não havia liberdade de expressão, as pessoas refugiavam-se nos seus afazeres, e ia-se vivendo. Com a democracia instalada no país as coisas ficaram muito melhor, não há problemas em dizer o que nos vai na alma, e os problemas resolvem-se nas urnas.</p>	<p>A cidadania construtiva e participada é um conceito de educação assente no fazer e no saber, através da promoção da cidadania participativa e do estímulo dos valores democráticos, em tudo o que diz respeito à sobrevivência ambiental do planeta e à melhoria das condições de vida das pessoas. São também atitudes e práticas inovadoras em busca de soluções que privilegiam o civismo, a responsabilidade e outros valores eticamente comprometidos com a cidadania.</p> <p>Consubstancia-se em acções que reflectem a construção de uma sociedade sustentável e justa, não podendo portanto, estar desligada da realidade que a cerca e dos problemas sociais, económicos e ambientais do contexto onde está inserida. Essa responsabilidade social é referida por (Ashley, 2003), como toda e qualquer acção que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Oferece algumas considerações reflexivas para a inclusão de uma série de actividades que visam ajudar a compreender e a incorporar de forma progressiva o conceito de comportamento socialmente responsável, na construção do bem-estar colectivo, preservando sempre a identidade cultural.</p>
<p>Educar para a preservação da vida é uma forma de cuidar da vida no planeta. Imagina, começou há dias o verão, mas já houve nesse pouco tempo pelo menos uma centena de fogos florestais. As</p>	<p>A vida é a única característica verdadeiramente notável do planeta terra. Ela resulta dos vínculos entre as diferentes espécies. Mantê-la é um desafio útil que serve para consciencializar a sociedade e fazê-la reflectir sobre as atitudes que devem ser tomadas para a sua preservação. Educar para a preservação do meio ambiente é o primeiro passo para evitar a degradação e o esgotamento dos recursos naturais e para precaver os impactes no ambiente natural. É uma preocupação individual e colectiva preservar o ecossistema e a razão disso é simples: os seres humanos dependem dela para viver.</p> <p>Passa pela sensibilização e pelo envolvimento dos cidadãos e dos representantes locais da comunidade na importante tarefa de utilização</p>

<p> pessoas ainda não se aperceberam que ao queimarem a floresta, queimam outras vidas que lá habitam. Dizem que ainda não se conhece grande parte da riqueza que a nossa floresta contém. </p>	<p> sustentável dos seus recursos naturais, e de despertar em todos a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente (APAmbiente), e que para viver em harmonia ele depende de um ambiente equilibrado. </p> <p> A natureza é o maior património da humanidade, contribuir para a sua preservação é missão de todos e visa a capacidade transformadora e multiplicadora de suas acções. </p> <p> Os procedimentos e as decisões políticas que se tomam na área do ambiente natural são para manter as condições de vida das pessoas e dos outros seres vivos, tendo em conta a habitabilidade e a beleza do ambiente. Alia-se a esse raciocínio político o desenvolvimento sustentável, que assente no modelo de desenvolvimento que garanta a qualidade de vida hoje, mas que não destrua os recursos necessários às gerações futuras. </p>
<p> Ganhar consciência ambiental, para melhor cuidarmos da continuação da vida na Terra. Os homens estão a destruir os suportes da sua própria existência, como se tudo isso não dissesse respeito a todos, estejam eles onde estiverem. Mudar a mentalidade das pessoas é difícil, elas só despertam para a realidade quando as situações as envolvem directamente. Veja-se o caso das </p>	<p> É indiscutivelmente um tema actual da realidade global. As pessoas falam muito em cuidar da natureza, do aquecimento global, da divulgação da sustentabilidade, etc., mas depois passam por cima dessas considerações como se as questões ambientais fossem insignificantes. Esta argumentação é pouco abonatória da realidade presente, mas já é tempo das pessoas pararem para reflectir e actuar sobre a maneira como as gerações passadas e presentes têm interagido com a natureza, para não romper o frágil equilíbrio entre o homem e o meio ambiente. A sociedade actual posiciona-se como mero espectador dos factos, como se não fosse também responsável pelo destino do planeta. </p> <p> É uma tarefa hercúlea mudar a mentalidade das pessoas em relação à preservação do meio ambiente, e isso depende de cada um de nós, de cada comunidade ou país. A relação da humanidade com o ambiente deve basear-se no respeito, cuidado e consciência. O paradoxo é que o homem é o único animal que não se importa com a preservação do seu habitat natural. A consciência ambiental representa o modo correcto de agir no quotidiano e de pensar a natureza. Exige-se portanto, responsabilidades tanto no pensar como no agir em relação ao meio ambiente. O ambiente é um bem da humanidade, não pertence a nenhum país ou a nenhuma pessoa em particular, talvez por isso, seja tão pouco valorizado, e é tão agredido </p>

<p>catástrofes ambientais que têm acontecido um pouco por todo o mundo.</p>	<p>sem qualquer contemplação.</p> <p>O desenvolvimento da consciência ambiental para uma melhoria da qualidade de vida, favoráveis à vida das futuras gerações, tem que ser mantida e vai no sentido de valorizar o paradigma ambiental que tira a natureza de uma posição de passividade e inércia, concebendo o meio ambiente como expressão de criatividade, diversidade e depositário da inter-relação de todos os seres vivos.</p> <p>Escolas, meios de comunicação, associações sem fins lucrativos, organizações não-governamentais (ONGs), são exemplos de quem procura urgentemente fazer alguma coisa quanto às importantes e inadiáveis questões ambientais.</p>
<p>Inserção dos jovens da instituição na vida da comunidade para que eles comecem a contactar o mundo fora das paredes do Lar, é uma tarefa que estamos a levar à prática com os jovens mais velhos da instituição.</p>	<p>Procurar inseri-los na vida da comunidade, incentivando a formação e o protagonismo juvenil na transição dos jovens para a vida adulta, conferindo-lhes qualificações, aptidões e competências que podem ser adaptadas às novas situações (Costa, 2007), para que possam tirar partido das capacidades criativas na entrada para a complexa etapa socioprofissional onde se deseja que consigam uma inserção adequada na vida adulta.</p> <p>Esta etapa importante na construção do futuro é no entanto difícil e guarda aos jovens algumas vulnerabilidades estigmatizantes, principalmente para aqueles considerados que têm um estilo de vida diferente e portanto, sujeito à discriminação de “certas culturas juvenis”. É sabido que o futuro não sorri a todos os jovens do mesmo modo, mas todos alimentam plausíveis ilusões em relação ao que o futuro lhes reserva.</p>
<p>Inactividade na velhice é a pior coisa que pode acontecer às pessoas de idade. Muitos ainda são resistentes e com vitalidade para muita coisa. A IPSS dentro dos possíveis vai</p>	<p>Com o avanço da idade as actividades também diminuem, começam a instalar-se os hábitos e rotinas diárias. Este desacelerar das funções activas tem consequências que podem levar o idoso à irritabilidade, à falta de concentração, diminuição da auto-estima, apatia, desmotivação, solidão e isolamento social. Como forma de manter a qualidade de vida dos mais velhos, e estimular as capacidades físicas, afectivas e mentais, eles participam de várias modalidades de programas de animação que os ajudam a manterem-se ocupados e com uma actividade regular. Exemplo de algumas dessas modalidades: animação física ou motora, cognitiva,</p>

<p>providenciando equipamentos para os manterem ocupados com algumas actividades.</p>	<p>expressão plástica, comunicação, desenvolvimento pessoal e social, comunitária e lúdica.</p> <p>Um dos grandes desejos duma pessoa idosa é poder mexer-se para ir fazendo as suas coisas. A população portuguesa está cada vez mais envelhecida. Esta grande mudança demográfica exige uma nova estruturação social, com acções políticas e educacionais, que venham a envolver toda a sociedade e as suas instituições, oferecendo aos idosos, valorização de seus conhecimentos, de suas experiências e capacidades, e que estas promovam a dignidade, a cidadania, e a auto-realização pessoal.</p>
<p>Cidadania participativa praticada na IPSS, é aquela prestada a todos os utentes da instituição e tem origem na participação efectiva não só dos colaboradores como organizadores, e também das empresas e comerciantes do concelho.</p>	<p>Esta intervenção resulta das inúmeras parcerias e a missão é levar um momento agradável aos utentes do Centro Comunitário de Santo André. A proposta dos empreendedores vai no sentido de promover juntamente com a instituição ocasiões diferentes para a socialização das pessoas que muitas vezes são doentes e têm pouco acesso à vida fora da instituição.</p> <p>Este projecto de responsabilidade social das empresas e comerciantes do concelho tem como fundamento principal a promoção de bem-estar, acesso à educação, cultura e lazer de todos os utentes da instituição.</p> <p>Através de acções diversificadas, disponibilizam meios materiais e outros recursos por intermédio de investimentos em obras de melhoramentos na instituição, doações e outras ajudas variadas.</p> <p>Estas acções acabam por fomentar a vontade de participar de todos os intervenientes criando-se uma rede concreta de benefícios a partir da qual todos os utentes têm acessibilidade e hipóteses de pôr em prática alguns exercícios que estruturam os direitos sociais e da cidadania.</p>
<p>Promovemos actividades sócio-educativas diversificadas para todos os jovens da instituição, desde os mais pequeninos aos jovens adolescentes</p>	<p>A preocupação da instituição é criar condições sócio-inclusivas dos jovens internos e semi-externos, aproveitando o saber acumulado dos seus técnicos e capacidades organizativas de criar condições favoráveis para o desenvolvimento das crianças e adolescentes e garantir o acesso externo aos serviços a toda a infância e juventude, daqueles que necessitam de apoio e protecção social. A instituição dispõe de uma vasta rede de relacionamentos (professores, enfermeiros, médicos, voluntários, etc.) que legitimam às acções socioeducativas.</p>

<p>mais velhos. É a nossa maneira de levar um pouco de cidadania às crianças e delas se sentirem incluídas na sociedade.</p>	<p>Essa grande contribuição para o desenvolvimento físico, psíquico, intelectual, ético, social e cultural de crianças e adolescentes, é uma lição cívica de inclusão e cidadania inestimável, que a instituição procura manter para incutir nos jovens e ligá-los ao seu meio sócio-familiar, assegurando o fortalecimento do vínculo familiar e comunitário das crianças e adolescentes, através da promoção de actividades sócio-educativas diversificadas que se adequem aos interesses e necessidades das diferentes faixas etárias e das características e problemáticas de cada jovem.</p>
<p>Formação contínua dos colaboradores é uma mais-valia para a instituição que internamente vai preparando os seus activos para as diversas situações em que são chamados a prestar os seus serviços.</p>	<p>A formação contínua é uma prática fundamentada na reflexão, no comprometimento, no saber fazer, no saber resolver, na criatividade, na interactividade com o mundo moderno e no resgate de valores essenciais ao ser humano e na valorização profissional.</p> <p>É natural que os colaboradores precisam de informações, que os desafiem e os façam protagonistas nos seus postos de trabalho num mundo que se propõe, simultaneamente a ser competitivo e cooperativo.</p> <p>Assim sendo, a formação contínua é necessária tendo em vista a importância da qualificação dos profissionais da instituição para os prepararem para as mudanças a enfrentar, trazidos pelos desafios da qualidade e exigência de respostas práticas, sensibilizando-os perante as questões relativas à diversidade cultural e às diferenças que perpassam o espaço institucional.</p> <p>A formação concebida e desenvolvida exclusivamente no próprio local de trabalho, como aqui acontece é muito positiva e contribui para reduzir possíveis falhas principalmente as voltadas para os aspectos técnicos e metodológicos das actividades e é um solucionador de problemas. É sem dúvida uma mais-valia para o crescimento institucional. Funcionários informados e formados em normas e procedimentos da qualidade e da segurança alimentar</p>
<p>Despertar nos jovens o interesse pela cidadania, tornando-os mais conscientes</p>	<p>Despertar para o sentimento de cidadania, é levar os jovens a descobrir a importância de absorver conhecimentos por meio das coisas disponíveis no seu próprio meio. É como conceber o conceito de cidadania como uma ideia virada para o futuro, tendo em conta a realidade do presente. Uma</p>

<p>das suas responsabilidades cívicas e consciencializando-os para os direitos e deveres democráticos, sem esquecer a participação activa e política de todos na vida comunitária.</p>	<p>cidadania contínua associada à defesa de direitos universais, identitários e individuais sendo que um dos mais relevantes desses direitos é o tão proclamado direito à diferença que os jovens procuram, sobretudo, enquanto consumidores e produtores culturais.</p> <p>Para os jovens os direitos mais apelativos são os que interferem com o bem-estar individual, ou dos que centram-se em questões relacionadas com o género, a sexualidade, os estilos de vida, a qualidade da mesma. Quando pensada por referência aos jovens, a cidadania não deve estar apenas vinculada ao discurso da “integração”, passando ao lado do “reconhecimento da diversidade” (Moya, 2003: 10). Ou seja, importa também explorar os movimentos juvenis de expressão cultural, sem esquecer os sentimentos de pertença e as subjectividades que se investem nas relações de sociabilidade.</p> <p>"É minha convicção profunda que o país precisa de uma participação mais activa dos jovens na vida cívica e na vida política, com o seu modo particular de pensar, a sua energia, o seu dinamismo, a sua coragem e a sua irreverência", disse (Cavaco Silva, 2011).</p>
<p>Ginástica sénior na instituição é para todas as pessoas, naturalmente, conforme as recomendações técnicas e capacidades de cada um.</p>	<p>Com o passar dos anos o corpo sofre alterações fisiológicas devidas ao envelhecimento. Uma solução para manter a saúde física é a prática regular de actividade física, como forma de ter uma vida melhor, muito mais longa e mais feliz. A ginástica sénior quando praticada de uma forma regular trabalha o corpo, desenvolve habilidades motoras, eleva a auto-estima e aconselha-se que deve ser sempre executada, mas acompanhado de orientação adequada de profissionais da modalidade recomendada para cada necessidade.</p> <p>A prática de exercício, além de combater a obesidade, evita e retarda o surgimento de doenças, melhora a capacidade aeróbica (respiração) e é muito benéfico para a saúde dos mais idosos. Ajuda a combater a perda da vitalidade do sistema muscular, respeita as emoções e os estados fisiológicos, tem uma vertente lúdica e proporciona o convívio e boa disposição entre as pessoas.</p>
<p>Comemorações de</p>	<p>É um evento importante na vida dos idosos, realizado pela instituição e em</p>

<p>datas alusivas têm sido uma forma engraçada de mostrar carinho e amizade pelos nossos utentes mais velhos. A instituição organiza sempre um evento nas datas de aniversário ou noutros momentos significativos para a vida da comunidade, o objectivo é levar um pouco de felicidade às pessoas.</p>	<p>que todos convivem em harmonia, em clima de alegria, de lazer e entretenimento entre os familiares dos participantes e amigos. As actividades iniciam-se com um café da manhã para os idosos, e logo de seguida contam com uma palestra proferida por uma entidade conhecida da freguesia ou do concelho do Barreiro.</p> <p>A instituição desenvolve um belo trabalho, com palestras, comemorações as datas alusivas a terceira idade e actividades que visam levar o idoso a ter uma vida mais saudável e feliz. A festa continua pela tarde fora.</p> <p>Desde 1999, por recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU), que se comemora o ano internacional do idoso. Em Portugal, o dia do idoso é comemorado a 1 de Outubro.</p> <p>A população mundial está a ficar cada vez mais envelhecida e, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), por volta de 2025, pela primeira vez na história, haverá mais idosos do que crianças no planeta.</p> <p>Para (Manuel Villaverde Cabral, 2009), é preciso dar voz aos mais velhos: "Faltam políticas mais abrangentes e os idosos têm pouca voz na sociedade portuguesa."</p> <p>O ponto alto das comemorações é à tarde com a apresentação do Coral do Idoso e a distribuição de rosas aos participantes do convívio onde não falta um pezinho de dança.</p>
<p>Investimento na formação profissional do pessoal técnico não é uma das preocupações da IPSS, que vai deixando essa responsabilidade nos ombros daqueles que sabem que para desempenharem cabalmente as suas</p>	<p>Se a instituição se preocupa com a formação dos funcionários auxiliares, a mesma preocupação não se nota em relação à formação dos técnicos superiores que se queixam disso mesmo. Não sendo do âmbito desse trabalho averiguar as causas dessa situação, os comentários vários que se ouviu prendem-se com factores que vão de falta de vontade da instituição em resolver o assunto, à falta de recursos financeiros para se investir na formação dos técnicos, o que os obriga a desembolsar avultadas quantias para se actualizarem.</p> <p>Por parte da gestão da instituição, a dificuldade realmente existe, mas os recursos são poucos e há que empregá-los onde fazem mais falta e a formação dos técnicos embora seja prioritária pode resolver-se depois. A instituição 'luta' para criar condições para uma administração mais eficiente e eficaz, orientada para a redução dos denominados "<i>custos de</i></p>

<p>funções têm que se atualizar constantemente.</p>	<p><i>contexto</i>¹” no seu relacionamento com os técnicos e restantes colaboradores.</p> <p>Além disso a formação dos técnicos é também aquela em que os elementos passam mais horas em formação e o custo é mais elevado. Mas a instituição tudo tem feito para inscrevê-los nos diversos cursos (com descontos de, até 20%) e tem plena consciência de que só apostando no conhecimento e na qualificação dos seus activos poderão responder às solicitações dos cidadãos, isto porque o investimento em formação permite uma melhor inserção profissional.</p> <p>“<i>Custos de contexto</i>¹” - acções ou omissões que prejudicam a actividade das empresas e que não são imputáveis ao investidor, ao seu negócio ou à sua organização. Podem ser enquadrados como tendo origem ou resultando de actos desproporcionados, ou não razoáveis da Administração Pública, de práticas ou opções políticas anti-competitivas e até de condições decorrentes do estágio de desenvolvimento da economia portuguesa (AICEP).</p>
<p>Informação interna da IPSS, vive-se muito das conversas informais, e mesmo informações importantes são muitas vezes transmitidas nas conversas de corredor e fora dos contextos iniciais.</p>	<p>A gestão de informação entre os funcionários da instituição é um pouco caótica, ela não é transmitida de cima para baixo, as informações circulam nos corredores através do “ouvir dizer” e isso tem custos porque a informação verdadeira chega ao destino toda deturpada, daquela que foi realmente planeada. A cadeia de circulação de informação na IPSS está a envidar esforços no sentido de corrigir a situação e estão já a trabalhar no Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), para que a instituição possa ser certificada e reconhecida internacionalmente. Isso hoje é algo fundamental no contexto da competitividade e bom funcionamento.</p> <p>O SGQ é uma exigência da União Europeia que foi adoptada pela Segurança Social. Nos últimos anos a UE tem vindo a impor aos países membros um aumento de qualidade dos serviços a prestar às crianças e idosos.</p> <p>O processo de implementação da Qualidade está regulamentado nas normas internacionais da ISO 9001/2000 e pelos Manuais da Qualidade criados pela Segurança Social portuguesa de 2005.</p>
<p>Ao nível das</p>	<p>Pode-se afirmar que ainda não faz parte das práticas profissionais de muitos</p>

<p>tecnologias de comunicação e informação a instituição carece de técnicos capazes de tirar partido dos equipamentos que possuímos. Temos tudo, mas falta-nos o essencial, o elemento humano para os operar.</p>	<p>dos agentes desta instituição, o recurso quotidiano às tecnologias da informação e da comunicação, com vista a uma comunicação interna mais eficaz, bem como acelerar os serviços administrativos e contabilísticos, os registos de saída e entrada das viaturas, diários das ocorrências, acontecimentos e factos mais relevantes da Gestão dos Recursos Humanos e outros, para que os técnicos sejam libertados das funções administrativas e se ocupem primordialmente das suas funções.</p> <p>Actualmente os técnicos sociais desta casa fazem de tudo, tornaram-se essencialmente, por imposições do seu próprio trabalho, gestores de informação e gestores do imprevisto. A falta de recursos humanos qualificados na área da informática pode perfeitamente comprometer o desempenho no trabalho directo com os utentes. Nada que não se resolveria rapidamente com a contratação de um funcionário entendido no assunto, mas, se não houver dinheiro, há que aguardar que desponte melhores dias.</p>
<p>Preocupação em adequar o voluntário ao perfil do utente, administrando formação inicial e introduzindo-os à história e cultura da instituição, com o objectivo de desenvolverem um espaço próprio de partilha entre os grupos.</p>	<p>Indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar acções de voluntariado, no âmbito de uma organização promotora, que procura dar uma resposta integrada e integradora, com vista a colaborar numa cultura de solidariedade e humanização, através de acções complementares ao trabalho dos profissionais, mas sem nunca os substituir.</p> <p>Assente numa política de qualidade, o plano de orientação do voluntariado no Centro Social e Paroquial de Santo André prevê o envolvimento das equipas pluridisciplinares existentes, dos programas internos de formação periódicos, para melhor adequação e actualização dos voluntários, e agenda reuniões de avaliação de resultados e planeamento, numa perspectiva dinâmica e interactiva, com vista a otimizar os objectivos e desenvolve espaços de partilha e entrega.</p> <p>Deste modo é proporcionada aos voluntários uma formação inicial no CSPSA, que os inicie na cultura da instituição e na sua história com o fim de integrar e reforçar adequadamente a acção a desenvolver.</p> <p>Têm a missão de ajudar a dar sentido à vida dos utentes, para isso procuram transmitir mais qualidade e conforto no quotidiano daqueles que necessitam</p>

	do seu afecto, tendo em conta que o conceito de ajuda encerra em si o bem-estar físico, psicológico, social, cultural e espiritual do ser humano.
Abuso de idosos (os chamados abuso institucional) é uma prática muito frequente nas instituições. Os indivíduos que cuidam de pessoas, principalmente das mais incapacitadas, frequentemente as agredem, seja por maus tratos físicos, psicológicos e morais.	<p>As pessoas ainda não têm muita consciência dos problemas de maus-tratos e negligência exercidos contra as pessoas idosas por parte dos seus cuidadores. Esta prática é definida como a prática de injúria ou coerção física. Causa na pessoa idosa lesões físicas ou danos psicológicos visíveis como a diminuição da mobilidade, confusão e outras alterações comportamentais. Esse abuso, geralmente, é praticado por pessoas que são remuneradas para prestarem cuidados e serviços aos idosos como é o caso do pessoal auxiliar do Centro de Dia.</p> <p>Em contexto institucional os tipos de maus-tratos mais frequentemente infligidos aos idosos são: a existência de restrições excessivas; a sub ou sobre-medicação; empurrar; gritar; a agressão verbal; a exploração financeira; a infantilização; a despersonalização, desumanização e vitimação. Independentemente de o abuso ser praticado no contexto familiar ou institucional os seus efeitos são semelhantes. Os idosos tendem a desenvolver atitudes de culpa, baixa auto-estima, isolamento social e entram mais facilmente em depressão, sofrem perturbações do sono, reforçam as suas dependências e o estigma social.</p>
Preparar os jovens internos da IPSS para a autonomia, tem sido uma batalha que a instituição trava há já algum tempo, e começa dentro de portas com a formação e qualificação deles de modo que estejam minimamente preparados para enfrentarem a vida lá	<p>Fazer com que os jovens comecem a descobrir competências e capacidades autonómicas essenciais para a sua adaptação e inclusão social inseridos no mercado de trabalho, longe do contexto institucional, onde, o desfrutar de estilos de vida saudáveis e hábitos de trabalho surja como desafios motivadores para a vida activa, e como estratégia natural de aprendizagem e desenvolvimento pessoal no contexto de uma vida independente.</p> <p>Geralmente, com a crescente individualização os riscos sociais agravam-se e o apoio institucional é cada vez menos. Saber gerir essa autonomia não é fácil e a inserção dos jovens que possuem poucas habilitações ou que transportam um 'estigma' da institucionalização mais complicado se torna. O Estado, no entanto, patrocina nos primeiros tempos essa autonomia, garantindo os meios de subsistência e habitabilidade aos jovens para que eles possam fazer face às necessidades (despesas) do dia-a-dia, até que criem condições de subsistirem sozinhos. Na actualidade a condição juvenil</p>

<p>fora quando atingirem a idade limite de (18 anos) permanência na IPSS.</p>	<p>é marcada pela incerteza e indefinição do futuro, não só em termos de imprevisibilidade do futuro profissional, os empregos escasseiam, como também ao nível das relações sociais.</p> <p>Por outras palavras, o ingresso na vida activa completa-se pela aquisição de uma autonomia social, que se traduz não só na emancipação ao nível económico, como também habitacional. A idade limite para a permanência num Lar de Infância e Juventude é até aos 18 anos, a partir dessa idade adquirem o estatuto de adulto são maiores de idade e por isso responsáveis por eles próprios. Contudo, a realidade dos jovens institucionalizados é bem mais diferente do que a lei prevê e, salvo raras excepções, a maioria acaba por permanecer na instituição até mais tarde ou até que consigam organizar a vida, aos vinte e tais anos. Na IPSS ainda vivem 3 jovens com idades superiores a 25 anos que aqui cresceram e que infelizmente não têm para onde ir, e ainda não conseguiram criar condições para poderem deixar a instituição.</p>
<p>Garantir a cidadania dos idosos na IPSS, deve ser uma certeza. Após contribuírem para a construção e desenvolvimento do país, o mínimo que se pode oferecer a estes cidadãos é que elas sejam amparadas, defendidas, a sua dignidade respeitada e bem cuidadas, seja em casa ou aqui na instituição, assegurando o seu</p>	<p>É a família, quem em primeiro lugar deveria retribuir os anos de dedicação e trabalho a ela devotados, mas, muitas vezes é ela a primeira a tratar com descaso o idoso, deixando-o ao abandono, aos cuidados do Estado e de entidades não-governamentais que, muitas vezes, preferem ignorar os problemas relacionados com os idosos que acolhem.</p> <p>Em Portugal, há uma clara preocupação do Estado com os idosos e os seus direitos cívicos e sociais estão garantidos constitucionalmente. No entanto, falar em cidadania implica em saber reconhecer de facto o que essa palavra representa para os colaboradores da instituição e para a vida dos idosos que frequentam a IPSS.</p> <p>É verdade que estando os idosos na instituição, estão protegidos, são bem tratados, etc., mas, sente-se que lhes falta algo, que lhes falta acção, actividade, para se sentirem vivos, mais actantes, mais parte activa e com mobilidade suficiente para poderem ampliar a sua participação individual na vida social e cultural, visando a melhoria nas relações interpessoais, qualidade de vida e com mais capacidade de compreender o mundo e com esperanças de futuro melhor.</p> <p>É notória a diferença entre as pessoas mais velhas que frequentam a</p>

<p>bem-estar, a sua participação na comunidade, garantindo-lhes o direito à vida.</p>	<p>Universidade de Terceira Idade (UTI), e aquelas que por falta de informação passam o tempo todo na instituição e a maioria ainda são pessoas capazes e com vigor. Cabe aos técnicos o dever de motivar e informar estas pessoas das suas possibilidades e de trabalhar com elas no sentido de as incentivar para uma cidadania mais activa.</p> <p>Como em tudo na vida, há quem se preocupe em prestar um bom serviço aos idosos, mas outros, caem na rotina do dia-a-dia, a desculpa para não actuarem, é sempre: ah, os velhos não querem saber, não estão para se chatear.</p>
<p>Instalação do equipamento solar para aquecer água, é também um princípio e um sinal do interesse em proteger o ambiente e ainda se poupa na factura de electricidade. É para termos um ambiente mais limpo e bem-estar doméstico.</p>	<p>A utilização da energia solar pode proporcionar conforto e proteger ao mesmo tempo o ambiente e ainda a redução da factura energética e para estimular a actividade económica. Uma grande parte do consumo de energia eléctrica é feita pelo aquecimento de água nas residências, sobretudo nos chuveiros.</p> <p>A instalação desse equipamento solar para o aquecimento central de água contribui significativamente para diminuir o consumo de electricidade e, conseqüentemente, para diminuir boa parte dos impactes ambientais que causaria o consumo de energias não renováveis como o gás ou da energia eléctrica, já que esse equipamento não é poluidor e por isso amigo do ambiente.</p> <p>A ideia de utilizar aquecedores solares para aquecer água de uso doméstico nas residências é um meio de poupança de energia, mas ainda não se generalizou em Portugal e o seu uso não é obrigatório nas novas construções habitacionais e vai-se implantando apoiado nos incentivos e benefícios fiscais. Países como Israel, Espanha, México e Estados Unidos já aprovaram leis que obrigam a usar aquecedores solares nas novas edificações e em construções que fossem reformadas.</p>

4.1.2. Análise e interpretação das observações

A necessidade humana de garantir a sua sobrevivência bem como a do planeta tem-na conduzido cada vez mais à busca de diálogo com o meio ambiente e de estabelecer

harmonia com uma natureza sadia e equilibrada, sendo certo que o homem é o principal personagem nesta desastrosa relação com o meio que o cerca.

O foco desta pesquisa descreve a integração da cidadania ambiental na IPSS - Centro Social e Comunitário de Santo André, sendo que se procurou ligar o meio ambiente a outras abordagens, como educação e educação para a cidadania, uma vez que as preocupações com as questões ambientais certamente não têm uma resposta única.

Já com mais de meio século de existência, o CSCSA tem uma responsabilidade acrescida na promoção da mudança de comportamentos e mentalidades, e no desenvolvimento de uma consciência cívica activa e ambiental, eficaz e esclarecida que deverá ser reflectida não só nos diferentes serviços que presta à sociedade como nos meios que utiliza para cuidar dos utentes, sejam gerações jovens ou menos jovens, os idosos.

A primeira observação feita pelo pesquisador foi importante para a familiarização com o complexo arquitectónico, e para conhecer as instalações internas como a sala que utilizaria para as entrevistas e para a estruturação da observação realizada.

Os dados empíricos obtidos nesta observação foram recolhidos entre os meses de Maio e Julho de 2011. A observação realizada procurou responder às indagações sobre a integração da componente de cidadania ambiental no Projecto desta IPSS onde se esclareceram pontos importantes da pesquisa.

Os resultados da análise respondem à pergunta de partida, demonstrando que há uma predisposição e um interesse bastante acentuado por parte da instituição em aplicar no seu dia-a-dia as boas práticas proporcionadas com a implementação de estratégias de efectivação da cidadania ambiental aos hábitos da cultura organizacional, em que estabelece coordenação eficaz e controle das actividades.

A investigação revelou ainda que os funcionários estão motivados, pelo que existem boas indicações de que a IPSS irá continuar no caminho da mudança contínua, a melhorar sempre as suas práticas e a integrar-se cada vez mais numa gestão voltada para as causas da educação, para a cidadania e ambiente.

A instituição ao empenhar-se em estabelecer procedimentos que definam os objectivos e metas está também a apostar na organização de prioridades dos recursos e das

actividades específicas planeadas com o propósito de assegurar que os requisitos de qualidade e segurança façam parte dos trabalhos. A IPSS ao exercer a função de catalisador, procura ter em linha de conta o desenvolvimento das competências dos colaboradores e por conseguinte aumentar a experiência das equipas e identificar e fazer a gestão dos imprevistos.

Esta análise dos factos emana das notas recolhidas nas observações efetuadas no local e fundamenta-se com a introdução de medidas que surgiram da necessidade da IPSS se actualizar e da adaptação de conteúdos que reflectem a realidade das questões sócio-ambientais e da sua contextualização com as propostas que possam alterar para melhorar a convivência entre todos os intervenientes.

Ao procurar ligar o meio ambiente a outras abordagens, como educação e educação para a cidadania, justifica-se também esta observação pelo seu carácter educativo, ao dar relevância à educação para todas as idades e, ao procurar obter respostas para as questões da integração da componente de cidadania ambiental na vida da IPSS, como importante factor na preservação do meio ambiente, devido aos efeitos que pode produzir na sustentabilidade ambiental e como isso se reflecte na qualidade de vida dos utentes.

Equacionou-se a questão dos “lixos” resíduos em geral, abordando aspectos como a poluição, a sua separação e o reaproveitamento desses materiais para a reciclagem, a conservação ambiental como forma essencial de manter a evolução biológica, abordou-se a ideia de favorecer condições para que as novas gerações adoptem novos estilos de vida, a poupança da água e energia e evitar qualquer tipo de desperdício; enfim, sustentar a vida em todas as suas formas.

Ainda considerando o aspecto educativo, procurou-se com esta observação alertar a instituição para alguns aspectos da necessidade da educação ambiental como um caminho necessário para a construção da verdadeira cidadania, que só se consegue alcançar através de uma participação activa e da inclusão de todos os seus membros em todas as questões que envolvem o interesse individual e colectivo da comunidade que protege.

4.2. Entrevista semi-estruturada

A entrevista semi-estruturada é uma técnica clássica poderosa utilizada para a obtenção de informações. É uma técnica dinâmica e flexível, útil para a apreensão de uma realidade relacionadas com o entrevistado e tem como objectivo a procura de informações pessoais e directas por meio de uma troca de impressões orientada, pelo cuidado, rigor e objectivo de compreensão.

A entrevista segue um guião que é orientado para dar cobertura aos interesses da pesquisa. Começa com questões básicas, apoiadas em temas que abarcam a pesquisa e que vai proporcionar um espaço aberto para uma conversa franca que vai surgindo à medida que o entrevistado for desenvolvendo o seu raciocínio.

A entrevista é definida como "uma conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, embora por vezes possa envolver mais pessoas (Morgan, 1988) dirigida por uma das pessoas, com o objectivo de obter informações sobre a outra."

A razão para se optar por entrevistas semi-estruturadas é que estas passaram a ser amplamente usadas já que os "pontos de vista dos sujeitos serem mais facilmente expressos numa situação de entrevista relativamente aberta do que numa entrevista estruturada ou num questionário" diz-nos (Flick, 2005:77).

Assim, a entrevista semi-estruturada foi assumida como opção mais correcta para a pesquisa e caracterizou-se (Quivy *et al*, 1992), pela existência de um guião, um instrumento utilizado para recolher informações na forma de texto, previamente preparado que serviu de eixo orientador ao desenvolvimento da entrevista, e como forma de organização de um conjunto de questões a colocar em regime oral e presencial.

(Lessard-Hebert, 1990) refere que Werner e Shoepfle entendem que a entrevista poderá ser um complemento da observação, permitindo avaliar ou consolidar determinadas conclusões da observação participante ou mesmo ultrapassar algumas limitações desta técnica de recolha de dados.

Deste modo e em seguimento deste trabalho optou-se pela entrevista exploratória individual a cinco elementos do CSCSA em que foi utilizada a técnica qualitativa, baseada em questões previamente definidas com a intenção de explorar e aprofundar um

determinado assunto e recolher elementos, respostas a partir da experiência subjectiva dos entrevistados no intuito de obter informações e percepções das pessoas seleccionadas, por se considerar que detêm informações que se deseja conhecer e para poder analisá-las e apresentá-las de forma estruturada para a compreensão do problema proposto para responder.

Desta maneira, como na análise de (Demo, 2001:10) sobre pesquisa qualitativa, os dados não são apenas colhidos, mas também resultado de interpretação e reconstrução pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade.

Após ter sido efectuada a selecção dos elementos para a entrevista foram-lhes apresentados os objectivos, os temas e a natureza da entrevista e acordou-se que as notas tomadas seriam escrita e não gravadas em áudio ou em vídeo; todos concordaram e mostraram-se disponíveis e confiantes para a conversa.

A selecção dos entrevistados dependeu da escolha intencional e julgamento do pesquisador, por juízo particular, usando como critério o conhecimento do tema ou a representatividade subjectiva, de modo a obter informações que possam dar visões e relatos diversificados sobre as questões solicitadas.

Do grupo dos elementos entrevistados fizeram parte a Directora técnica, a Coordenadora dos serviços, o Psicólogo educacional e dois jovens respectivamente interno e semi-interno da instituição, cujos perfis estão representados na *Tabela 2*.

Da leitura da Tabela 2, verifica-se que a maior parte dos técnicos entrevistados tem pós-graduação, sendo que um dos técnicos possui habilitações ao nível de licenciatura. Os dois jovens alunos com idades compreendidas entre os 14 e os 15 anos frequentam o ensino básico. Em relação ao nível de graduação dos técnicos constata-se que há uma diversidade de áreas entre os especialistas seleccionados.

As entrevistas iniciaram-se num ambiente de naturalidade, confiança mútua e interesse tendo-se estabelecido, desde o princípio, um diálogo abrangente, indicando os temas a serem abordados. Os entrevistados foram bastante simpáticos e generosos e muito empenhados em contribuir para a resolução de um problema.

Tabela 2 – Perfil dos entrevistados

Especialista	Sexo	Formação	Nível de Formação	Área de Actuação
Técnico	Feminino	Licenciada	Mestrado – Assistente Social	Directora Técnica
Técnico	Feminino	Licenciada	Serviço Social	Coordenadora
Técnico	Masculino	Licenciado	Mestrado – Área Educacional	Psicólogo
Jovem Interno	Masculino	Estudante	8.º Ano	Ensino Básico
Jovem Externo	Masculino	Estudante	7.º Ano	Ensino Básico

As anotações foram transcritas ainda no local da entrevista de modo a registar os comentários e observações, de maneira a não esquecer os pontos essenciais.

Assim, a análise de conteúdos está organizada pela ordem da apresentação de cada entrevista, onde se procurou articular as informações obtidas com uma estruturação consistente do trabalho, assumindo de modo geral a forma de uma análise completa.

Segue-se a descrição das entrevistas (em alternância) perguntas e respostas e a seguir as análises de conteúdo.

4.2.1. Descrição das entrevistas

As perguntas estão numeradas de 1 a 4 e as respostas estão assinaladas com um estilo de nível em forma de *'losango'*.

Alternadamente, as perguntas e respostas, são uma reprodução fiel das conversas com os entrevistados.

As entrevistas foram realizadas pela ordem que se segue:

Primeira entrevista: Directora Técnica da IPSS.

1. É habitual a instituição desenvolver programas que facilitem a aprendizagem da Cidadania Ambiental?

- ❖ Sim. A Instituição preocupa-se pelas boas práticas ambientais e desenvolve, de facto, estratégias que facilitam a aprendizagem da cidadania ambiental, nomeadamente palestras informativas e educativas acerca de separação de resíduos, colocação de ecopontos nas salas dos menores com explicação dos tipos de resíduos que podem reciclar e ainda a dinamização de várias actividades em espaços exteriores que estimulem o processo de educação ambiental e possibilitem a aprendizagem prática de matérias várias relacionadas com o ambiente e desenvolvimento sustentável.

Como exemplo podemos referir a visita ao jardim Zoológico de Lisboa, que, além de muitas outras mais-valias, objectiva também a sensibilização dos visitantes para a necessidade de uma protecção ambiental organizada e para a protecção da vida selvagem e conservação de espécies ameaçadas.

Além desta actividade podemos ainda referir o Campo de Férias da Mata da Machada que os menores frequentam nas férias do Verão e que lhes permite envolverem-se no compromisso social e ambiental dinamizado pela Câmara Municipal do Barreiro de conservação dessa mata, a promoção e desenvolvimento da educação ambiental, a estimulação do conhecimento da biodiversidade da região e o desenvolvimento de diferentes actividades de temáticas ambientais (reciclagem, resíduos, floresta, conservação da natureza, poluição, etc.,).

2. Cidadania participada e activa: que implicações têm na vida dos utentes?

- ❖ Tem muitas implicações, pois é daquelas coisas que felizmente estão garantidas na Constituição Portuguesa. É verdade, está lá escrito, e a sua primeira manifestação ocorre quando o cidadão faz valer os seus direitos fundamentais. No fundo é o exercício da cidadania a funcionar, a chamar a si o papel político da participação que cabe a cada um de nós, quer seja individual ou colectivo.

A participação activa pressupõe também respeito para com as pessoas, a comunidade, ao poder local, ao desenvolvimento sustentável, etc., exige consenso.

Sabe, a cidadania não é algo de abstracto, é uma conquista e tem que se batalhar por ela todos os dias. A cidadania é acima de tudo um direito, como é, o direito de conviver em harmonia com todas as pessoas, novas ou mais velhas. São esses princípios que defendemos cá na instituição. Para nós, convivência é uma palavra cara que significa respeito mútuo, segurança, solidariedade, amizade, protecção, autoridade, liberdade e, enfim, o direito de exercitar a democracia na sua plenitude. Para a instituição a participação activa dos indivíduos é fundamental na construção da democracia. Não é por acaso que promovemos palestras, projecções de filmes, etc., sobre cidadania em parceria com a Câmara Municipal para esclarecimento e despertar a consciências das pessoas para a importância do livre exercício da cidadania e da participação social da nossa população utente.

Todos os cidadãos são iguais perante a lei, os utentes do CSCSA de um modo ou de outro efectivam as suas opiniões nos processos de decisão. Sabia que nos períodos eleitorais costuma ter-se aqui na instituição mesas de voto colocadas pela Comissão eleitoral e pelo Município para que as pessoas da freguesia venham cá votar? Mas, dou-lhe um exemplo mais prático, fazemos assembleias semanais para determinar os pratos da semana a serem servidos. É uma decisão que se toma em conjunto. Não é que seja muito significativo, mas as pessoas sentem que têm voz activa na matéria, isso é muito importante para elas. Essa prática é um factor de equidade e inclusão.

3. Existe consciência crítica da IPSS para a mudança a favor da educação ambiental?

- ❖ Há muita vontade de mudar e de fazer coisas novas, mas os entraves começam dentro de portas – isso no dizer de alguns colegas, para depois concluírem - talvez porque a formação em determinadas áreas é pouca e porque as pessoas se acomodam ao que conhecem. Não, a capacidade de liderança não é um obstáculo à adoção de novas medidas. Nós respeitamos essas opiniões profissionais e sabemos que temos gente com muita qualidade e desejosas de pôr em prática os seus conhecimentos, isso é muito bom para a auto-estima da nossa Casa. Mas, vontade de mudar existe e procuramos sempre promover os valores ambientais.

O novo como sabe é desconhecido e pode ser ameaçador. Naturalmente as pessoas preferem jogar pelo seguro. Não que eu defenda essa forma redutora de pensar, que

já por si reduz as nossas capacidades e impede a realização do progresso e mata à nascença qualquer tipo de ideias mais arrojadas, como o caso da introdução da gestão da qualidade. O que aqui acontece, não é que não queremos mudar, queremos mudar sim, mas como temos muita gente à nossa responsabilidade, essa mudança tem que ser pensada e repensada para as coisas poderem resultar. Antes de avançarmos, tudo tem que ser pensado ao milímetro, não pode ser de outro modo.

É que nós trabalhamos com bebés de meses, crianças e jovens adolescentes e pessoas mais velhas. Sei que é voz corrente os colegas acharem que as coisas poderiam andar mais depressa e que temos condições para melhorar em muitos aspectos. Tudo isso é verdade. Condições económicas talvez não, mas condições físicas temos.

As nossas instalações estão localizadas na rua principal da cidade, perto de tudo que os nossos utentes necessitam. Nas traseiras do edifício, temos um enorme quintal com campo de futebol que vai ligar ao Parque da Cidade e às escolas primárias, básicas e secundárias, tudo num raio de 500 metros. São esses pormenores que transformam esta instituição na grande Casa que é, e é nisso que estamos a apostar para melhorar as condições de educação dos nossos jovens e dos não jovens.

Temos parcerias celebradas com a Câmara, com as várias escolas do concelho, com o Instituto Politécnico do Barreiro e com a Universidade da Terceira Idade no sentido de criarmos um programa integrado de educação que sirva as diferentes faixas etárias de modo a desenvolvermos uma educação ambiental sustentada e que valorize os cidadãos que nos procurem e a cidade também.

Partilhamos o respeito pelas ideias e opiniões diferentes das nossas, sensibilizamos os nossos utentes para as questões de âmbito moral e ambiental na busca de desenvolver condutas de respeito pelo ambiente e pelas suas diferentes formas de vida. Uma das coisas que evitamos são os desperdícios de recursos.

Mais do que em outros períodos da nossa história, o momento actual exige de todos uma maior responsabilização na construção de uma educação para a cidadania ambiental verdadeiramente voltada para as pessoas e para a defesa dos seus direitos e valores, como tarefa de urgência. A instituição tem condições de renovar muita coisa, mas claro está, essa renovação depende de muitos factores, não é algo que dependa só da nossa vontade.

Na área ambiental esperamos para breve surpreender as pessoas com o que tencionamos ofertar; tenho a certeza que os nossos utentes vão ficar contentes. O

quintal como vê, é enorme e está todo cercado de árvores e arbustos, dava até para dar lições de biodiversidade ambiental aos miúdos e com exemplos práticos. Estamos ligados ao Parque da Cidade, as pessoas mais idosas e os mais jovens não precisam de andar muito para desfrutarem do ambiente que se vive ali, com o vaivém das pessoas e o pulsar da vida da cidade.

Mas, realizar esse desiderato da mudança implica uma série de atitudes que envolvem, antes de mais nada, os profissionais da instituição, o indivíduo, o seu grupo, a comunidade e os diversos segmentos da sociedade.

Essa mudança vai também representar um desafio, ela vai impor a cada pessoa o desafio de acreditar na possibilidade de avançar para a construção de uma sociedade justa e solidária, onde todos, sem excepção, possam exercitar a consciência crítica, seja conhecedora da realidade nas suas várias *nuanças* e com espírito aberto para o que precisa de ser mudado para que as pessoas possam desfrutar de uma vida melhor e tranquila. Penso que a mudança se fará de forma criativa e inovadora.

Ter consciência crítica significa também saber analisar com realismo, as causas e os efeitos das situações que precisam ser enfrentadas, para, a partir dessa atitude, descobrir os melhores caminhos na procura da transformação social, política, económica e cultural. Significa, de igual modo, abrir-se para as mudanças que aí vêm e capacitar-se, de todas as formas, para absorvê-las. Felizmente há hoje cada vez mais espaços para acções de parcerias, voltadas para o desenvolvimento sustentado e para a realização dos direitos cívicos que possam ajudar a abrir caminhos. Nós, pela nossa parte, tudo faremos para ajudar; é o nosso compromisso para com as pessoas.

4. Pode a escola ajudar a mudar o comportamento ambiental dos jovens?

- ❖ Ah! Sim, a escola pode fazer muita coisa. Sempre que ela procura sensibilizar os jovens para a importância da cidadania ambiental, está a contribuir para a mudança comportamental tanto no ambiente familiar como na escola, pois os jovens trazem esses ensinamentos para a casa e passam a preocupar-se mais com os valores ambientais e saudáveis do meio onde vivem. Os jovens passam a maior parte do tempo na escola ou em casa (a instituição é a casa deles) assim, aprendem a respeitar

o ambiente e a poupá-lo não atirando por exemplo, papéis e outras coisas para o chão. É nosso dever enquanto educadores incentivá-los para as causas ambientais.

A escola pode pois ajudar a formar cidadãos para o amanhã, com conhecimentos e consciência das suas responsabilidades para com o meio ambiente e capazes de tomar atitudes de protecção e melhoria em relação a ele. A educação dos jovens deve ser, por conseguinte, uma aposta séria na educação para a cidadania, centrada nas questões ambientais.

A nossa instituição é uma casa com portas abertas para todos que dela necessitam, assim, recebemos cá muitos jovens; uns são internos, outros não, e como calcula cá dentro o ambiente é muito protector, queremos que os menores se sintam bem; a nossa função é passar para eles estímulos positivos como conforto e segurança, necessários para o desempenho das suas actividades e, conseqüentemente ajudá-los a resgatar o sentido de lugar, a conquista da autonomia e os valores de cidadania.

Cá oferecemos aos jovens instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene e segurança, propiciamos educação escolar e profissionalizante, além de actividades culturais, de lazer e desportivas. Temos aqui jovens atletas federados que disputam campeonatos em modalidades como o judo, futebol e outras. Os cuidados e o tratamento que disponibilizamos aos jovens reflectem-se directamente no desenvolvimento e comportamento deles.

A educação ambiental, devido à sua urgência, merece a atenção de todos os actores sociais que compõem a família, a escola (professores), o governo. Todos depositam nos jovens a esperança e o compromisso com as soluções dos dilemas ambientais.

Segunda entrevista: Coordenadora dos Serviços.

1. Como classificaria o comportamento da IPSS diante das mudanças ambientais ocorridas na actualidade?

- ❖ O comportamento da instituição relativamente às mudanças ambientais actuais é de preocupação e sensibilização. São tidas em conta e levadas a cabo várias estratégias que contribuem para a conservação do ambiente e é feita a sensibilização e

ensinamento de boas práticas ambientais, nomeadamente em domínios de poupança de água e energia, reutilização de materiais, reciclagem e redução de ruído.

No que concerne a temas mais específicos como mudanças climáticas e aquecimento global, ocupação desenfreada de solo florestal, extinção de espécies, degelo do Ártico e Antárctida, aumento do nível da água dos oceanos, perigo dos ecossistemas marítimos, etc., são efectuadas, sempre que possível dinâmicas de grupo para a sensibilização e partilha de informações com vários utentes e profissionais da instituição que os alerta para a necessidade de equilíbrio ambiental.

As inquietantes mudanças ambientais que temos vindo a assistir no mundo traduzidas por profundas alterações climáticas, demonstram claramente que há uma necessidade urgente de se produzir mudanças no comportamento, nos hábitos ou nas atitudes das pessoas da instituição e dos gestores, em relação ao meio ambiente e ao uso dos recursos naturais. Contudo, essa mudança deve ser local e global.

As pessoas estão tão envolvidas nos seus afazeres que nem se apercebem do que se está a passar no mundo, nem que o actual estilo de vida egoísta de querer tudo está a sufocar, a destruir os sistemas de suporte da vida do ambiente natural, a não ser quando acontece uma catástrofe como a que ocorreu em Fukushima no Japão.

2. Promover os valores de uma cidadania activa, deve ser uma das grandes preocupações da instituição. Em que moldes essa promoção é (ou deve ser) realizada?

- ❖ Os valores de uma cidadania activa devem e estão a ser passados junto dos profissionais da instituição e dos utentes da mesma através da partilha de informações em reuniões de equipa e, em temas mais específicos, para vários utentes da instituição, através de dinâmicas de grupo e actividades específicas sempre que se justifique e necessite. A cidadania activa é característica de uma sociedade dinâmica e, neste sentido, a instituição preocupa-se em dar o seu contributo, sensibilizando, reforçando a participação e promovendo a tomada de consciência sobre questões cívicas, quer de profissionais quer de utentes. Procuramos garantir a todos, os jovens e os menos jovens o acesso à educação e respeitamos os valores humanos das pessoas.

A educação escolar é a base constitutiva de uma cidadania activa e da formação do ser humano, assim como está presente na defesa e promoção de outros direitos como os económicos, sociais e culturais. Os jovens da nossa instituição todos estão matriculados nas escolas daqui da área, onde aprende a assumir o compromisso com o respeito pelos direitos de outras pessoas ou dos grupos. Para as pessoas mais velhas, muitas delas frequentam a Universidade da Terceira Idade, e os restantes atendem internamente actividades manuais desenvolvidas pelos colaboradores.

A cidadania activa requer a participação dos utentes na vida comunitária local e pública, através das inter-relações com as outras pessoas com interesses divergentes e diversos, sempre na base do respeito pelas diferenças, bem como a capacidade de dialogar e de procurar consensos que privilegiem a maioria dos envolvidos, ou, num sentido mais amplo, o bem comum.

3. Com que visão a instituição ‘olha’ para a aplicação da cidadania ambiental?

- ❖ Com uma visão claramente voltada para o futuro e tem mesmo que ser assim. Ninguém tem dúvidas de que a instituição se preocupa com as questões de cidadania ambiental e tem feito o que está ao seu alcance para contribuir activamente e positivamente no que diz respeito ao adoptar hábitos que preservam e conservam o meio ambiente, isto porque considera que o problema ambiental tem as suas raízes no desconhecimento das práticas que perigam o ambiente e na falta da informação.

Aqui na instituição apostamos na educação ambiental pois esta é a principal prática responsável pela construção da Cidadania Ambiental. Ela surge como prioridade emergente na sociedade actual que se quer informada e instruída. É a educação que forma indivíduos conscientes, capazes de formular opiniões e de tomar decisões sobre assuntos que os afectam, directa e indirectamente, e que estão relacionados com os problemas ambientais e a conservação de recursos naturais nesse contexto de crise ambiental global, nacional e local.

Sem querer ser repetitiva, aqui no Centro, aplicamos a cidadania ambiental a toda a hora e a todo o momento. Contribuímos todos os dias para melhorar os comportamentos dos nossos utentes de muitas maneiras, nomeadamente através da educação e do conhecimento bem como da educação para a cidadania. É que as questões ambientais incluem as de cidadania, e não são um exclusivo de ninguém, elas devem ser assumidas não só como uma obrigação da instituição como também

uma obrigação da sociedade. A instituição rege-se com base em valores e atitudes conscientes que constituem a expressão da cidadania, mas como sabe, o peso da cidadania varia de lugar para lugar.

A nossa Casa é uma casa tolerante e solidária que respeita a dignidade dos outros, das minorias e dos valores ambientais, além disso, através dos nossos utentes participamos activamente da vida cívica da comunidade, cumprindo com todas as regras, direitos e deveres que a sociedade nos impõe.

Enquanto profissional da IPSS e com bastantes anos de serviço, sei que acontece inúmeros factos que, quando comparados com a realidade, nos levam a questionar a nós mesmos, se não poderíamos actuar de outra maneira, etc., mas estas são situações pontuais que temos que corrigir no dia-a-dia.

Contudo, a sociedade evolui todos os dias e nós também temos que acompanhar as mudanças, temos consciência de que a única forma de gerar uma efectiva mudança de atitudes será através de um processo duradouro, cuidado e adaptado às atitudes e aos comportamentos que se deseja inculcar nas equipas que diariamente levam o bem-estar à nossa população-alvo.

O nosso sector de formação interna, tem vindo a desenvolver programas de formação cívica e ambiental, com o objectivo de preparar cada vez mais os colaboradores no sentido de melhorarem as suas performances no decorrer das tarefas com os jovens e as pessoas mais velhas, como forma de contribuírem para as causas relacionadas com a preservação do ambiente, a começar por simples gestos e hábitos como fechar a torneira ao escovar os dentes ou apagar as luzes quando não se justifica tê-los ligados.

Não que seja importante para a nossa conversa, mas apenas para ilustrar a preocupação dos utentes com o ambiente, temos um grupo de pessoas mais velhas, em maior número mulheres que passam grande parte do tempo a cuidar das suas hortinhas, a jardinar aí à volta das plantas e árvores ali na traseiras do pátio, no quintal.

4 - Em que área a instituição tem vindo a desenvolver esforços no sentido de melhorar o seu desempenho ambiental?

- ❖ É evidente que há sempre espaço para melhorias e temos reunido esforços para colmatar algumas deficiências que persistem, nomeadamente no que diz respeito ao

tratamento dos resíduos alimentares. No entanto, em questões que não se prendem unicamente com a vontade da instituição, não tem sido possível conseguir levar a cabo algumas estratégias que idealizamos inicialmente. Apesar disso, tal como referido anteriormente, a instituição tem conseguido manter-se actualizada no que concerne à execução de outras estratégias que possibilitam e contribuem para um melhor desempenho ambiental institucional.

Mas, procuramos sempre ajustar o nosso comportamento às boas práticas ambientais, de modo a atenuar o seu impacte na mãe natureza. Bem, não é fácil mudar alguns gestos sem pôr em causa o conforto a que se está habituado, mas a nossa aposta é na melhoria contínua e pretendemos reduzir os efeitos ambientais das nossas actividades sobre o meio ambiental.

A realização desse seu trabalho cá, veio despertar a necessidade de conhecermos a situação real da instituição, procurando saber como o desempenho das nossas actividades afecta ou pode afectar o ambiente local e global no presente. Na reunião passada ficou determinado fazermos um levantamento de todas as deficiências da instituição no que respeita às práticas de gestão ambiental.

Para além de irmos avaliar os impactes ambientais das nossas funções, iremos verificar junto das nossas parcerias quem nos pode ajudar na tarefa de planearmos o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) tendo em vista a obtenção da certificação da qualidade e quais os melhoramentos no procedimento actual que iremos adoptar na contratação de serviços e fornecedores externos, e identificar outros pontos fortes e as deficiências em termos de desempenho ambiental de forma a eleger prioridades e estabelecer objectivos e metas de forma que a instituição no futuro possa, controlar os seus aspectos ambientais. A nossa intenção é estabelecer como padrão, o conforto socioambiental expresso na boa qualidade de vida dos utentes, através da acção solidária comunitária.

Terceira entrevista: Psicólogo Educacional.

1. Na (s) actividade (s) que desenvolve (no seu trabalho) identificou algo que poderia fazer (ou sugerir) em termos de melhoria das condições de participação em questões ambientais?

- ❖ Já o fiz sem grande sucesso. Tentei sensibilizar para a criação de uma cultura de reciclagem dentro da instituição, particularmente dentro do Lar de Infância e Juventude, dado que intervém junto de uma população jovem. No entanto, para esse tipo de mobilização, importa que os responsáveis máximos se sintam parte da resolução dos problemas ambientais, o que nem sempre acontece. Bem sei que nem sempre as coisas são fáceis de fazer, mas reafirmo quotidianamente aos jovens de cá, a importância da cidadania e a importância da cidadania ambiental.

Sim, são conceitos diferentes, mas estão interligados. Repare, representam em si conquistas que há muito se faziam necessárias nos campos da família, da saúde, da educação, da participação política, do meio ambiente e do consumo, diminuindo, na medida do possível, antigas desigualdades entre homens e mulheres, brancos e negros, ricos e pobres. São conceitos que pelo seu conteúdo beneficiam segmentos historicamente desrespeitados na sociedade como as crianças e os idosos e contribuem para lançar as bases de uma sociedade mais equilibrada, mais justa, ambientalmente consciente e democrática.

2. Exerce os seus deveres e direitos em função de uma cidadania participante?

- ❖ Tento exercer os meus deveres e direitos como cidadão activo, cumprindo com o exercício da cidadania estando atento às decisões que são tomadas em prol da comunidade sobretudo no meu quotidiano vivencial, embora assumo que poderia ter outro tipo de implicação em movimentos cívicos da comunidade mas a falta de tempo é um problema real. Contudo, procuro assumir a prática da Cidadania Ambiental na perspectiva de uma ética de serviço e não de mero exercício de poder. Participo com certeza, trabalho nesta Instituição e os serviços existem para servir as

peças e não o contrário. Sim, com certeza, participo responsabilmente na construção do futuro colectivo.

O meu trabalho aqui é com crianças e a minha maior preocupação é com a educação e o bem-estar delas. A educação é um direito humano fundamental em si mesmo, sendo essencial para o desenvolvimento humano e para garantir o gozo de outros direitos. Assim sendo, quando falamos de educação dos jovens vale a pena reflectirmos sobre a igualdade de oportunidades, educação de qualidade e educação para o pleno desenvolvimento humano.

Aqui na instituição as pessoas falam muito de solidariedade. Solidariedade é uma das qualidades das que se importam com o outro, com o próximo. A solidariedade não deve ser vista, só como uma qualidade, mas sim, como um dever, como um imperativo ético único, talvez, capaz de nos conduzir para saídas livres e individuais afastando-nos do egoísmo, do "jeitinho". Precisamos de encaixar num novo rumo, que nos coloca no rumo da construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

3. Conhece instituições públicas, ou privadas, que zelam pela “saúde” da natureza?

- ❖ A maior proximidade que tenho é com a empresa de reciclagem AMARSUL, muito pela divulgação que tem feito e pela proximidade com as escolas e com os agentes educativos.

Mas há muitas instituições que em Portugal cuidam do ambiente. Olha, um exemplo recente é o Projecto Limpar Portugal, um movimento civil sem fins lucrativos que visou remover no dia 20 de Março de 2010 grande parte do lixo depositado nas florestas e espaços urbanos portugueses, mobilizando milhares de pessoas.

Da nossa história recente conta a criação de inúmeras organizações da defesa do meio ambiente como a Naturlink, Liga para a Protecção da Natureza, Quercus, etc., e Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) de cariz nacionais, regionais e locais.

A institucionalização dos órgãos responsáveis pelas questões ambientais, remonta aos anos 80, à criação das associações ambientalistas o Geota, em 1981, e a Quercus, em 1985. È mais ou menos nesse período que os meios de comunicação social começam, a dar-lhes ênfase noticioso.

“O maior interesse dos *media* pelos problemas ambientais nacionais é contemporâneo do aparecimento de canais privados de televisão e da reorganização do sector da imprensa, onde alguns jornais dão voz a mobilizações ambientais, a denúncias ou queixas dos cidadãos” (Schmidt, 1999).

4. Manifesta a sua indignação sempre que observa alguém a desrespeitar o meio ambiente? De que forma?

- ❖ Confesso que não me é comum observar situações flagrantes de desrespeito grosseiro pelo meio ambiente. Penso que TODOS prejudicam o ambiente em muitas e pequenas acções que fazem, isto faz parte já da nossa cultura e sociedade (exemplo: utilização do carro em detrimento de outros transportes mais protectores do ambiente; poupança dos recursos energéticos; utilização excessiva de materiais não recicláveis; etc.). Penso no entanto que, caso me deparasse com uma situação de flagrante desrespeito tentaria sensibilizar para a sua interrupção ou chamava as autoridades.

Contudo, já presenciei uma situação em que cidadãos enfurecidos porque alguém queria cortar duas árvores da rua, chamarem a polícia. Algumas árvores ornamentais levam muito tempo a crescer e não é justo ceifá-las por questões de inveja, ambição ou ganância do ser humano, para mais quando estão desprovidos de qualquer autorização municipal para o fazer. Nota-se que há uma grande falta de informação e sensibilidade por parte da sociedade.

As árvores além do seu colorido natural dão uma outra vida, um novo encanto que embelezam as ruas, contribuem para a purificação e renovação do ar que respiramos, e para o equilíbrio da temperatura no planeta.

Um outro flagrante desrespeito com o meio ambiente que incomoda particularmente os cidadãos é o triste espectáculo dos sacos de lixo (resíduos) atirados pela berma da estrada no regresso da praia. Não custava nada deixá-lo num contentor de lixo. Mas, o que torna a situação verdadeiramente detestável é saber que às vezes, pessoas com responsabilidades ambientais são as que mais agriem o ambiente. As leis contra essas más práticas existem e são penalizadoras desse desrespeito, mas as pessoas não querem saber.

Quarta entrevista: Jovem de 15 anos, Semi-interno.

1. O que acontece com o lixo (resíduos) produzidos em sua casa?

- ❖ Os resíduos são separados e colocados em ecopontos específicos e apropriados para o efeito. Mas, os resíduos produzidos em casa são de várias ordens, parte desses resíduos podem ser reaproveitados, por exemplo: as latas, vidros, caixas de papelão, etc., com um pouco de criatividade e consciência ambiental são facilmente transformados em peças de arte. Muitos artistas, artesãos aqui no Barreiro, pessoas preocupadas com o meio ambiente transformam muitas das coisas que vão para o “lixo” em objectos verdadeiramente belos e com variadas utilidades. Além disso, os resíduos adequadamente separados, são fontes geradoras de emprego para a população. O “lixo” despejado indevidamente pelas bermas de estrada podem ser muito prejudicial para o solo, sem nenhuma medida de protecção contamina tudo a sua volta e traz inúmeros transtornos aos cidadãos. A falta de consciência sócio-ambiental coloca em risco a saúde e o meio ambiente.

2. Qual é a importância da reciclagem?

- ❖ A reciclagem é muito importante porque permite reaproveitar grande parte do ‘lixo’ resíduos material, que acabaria inevitavelmente nos aterros sem qualquer valor. Infelizmente, as pessoas atiram o lixo para o chão, sem qualquer respeito ainda não existe uma fórmula universal para a educação e consciencialização para as coisas do ambiente. A reciclagem portanto consiste na recuperação e transformação de qualquer desperdício, e é uma forma de poupar recursos naturais. A sua importância económica traduz-se na possibilidade de aquisição de materiais por preços mais favoráveis que o dos mesmos materiais antes da sua primeira utilização. O princípio da reciclagem é utilizado em todas as aplicações que impliquem conservação dos recursos naturais da Terra e na resolução de problemas de poluição ambiental. Com a reciclagem poupa-se o abate de centenas de eucaliptos e traz-se de volta ao ciclo produtivo o que se joga fora.

3. Que importância tem a prática da cidadania ambiental numa sala de aula?

- ❖ Bem, eu já sei o que é cidadania e acho que está interligada, relacionada com o conhecimento e com as regras, as normas, os regulamentos cívicos e as leis, que são do âmbito social, e com os valores da ética e das virtudes – e também com os afectos, que são do âmbito pessoal. É no quotidiano da vida que podemos encontrar o fundamento da cidadania, porque essa convivência é feita a partir dos valores em que todos acreditam.

A cidadania é importante porque relacionamos com outras pessoas todos os dias, e para que todos possam conviver bem, é preciso que sigamos as regras, respeitemos a natureza na medida que fazemos parte dela, e respeitar o outro porque exige também respeito de quem com ele partilha o mesmo espaço.

Numa sala de aulas é ainda mais importante porque os alunos têm que estar atentos às coisas que os professores explicam. Mas nas aulas, só de vez enquanto é que fazemos projectos que envolvem o meio ambiente, como aquele que fizemos da protecção do sapal do rio Coia.

A cidadania ambiental reflecte as acções e as condutas de cada um em tudo o que fazemos e devem estar voltadas para a melhoria e conservação do meio ambiente. Nesse sentido, penso que o ambiente escolar deve estar aberto para a adopção de práticas que contribuam para a construção desse conhecimento.

A escola está lá para ensinar e educar os jovens, para os preparar para as causas da cidadania e do ambiente, a portarem-se bem nas aulas, a não fazer fogueiras nas matas, de modo a proteger as plantas e os animais.

Acho bem que haja respeito, os professores fazem de tudo para ensinar a matéria aos alunos, para os preparar para a vida em sociedade, procurando tornar-lhes cidadãos respeitadores de todos, que participem dos trabalhos escolares e que sejam bons alunos e bons colegas.

Ensinam-nos também que os jovens devem ser organizados e cumpridores dos seus deveres, mas não devem abdicar de serem críticos e reflexivos sobre temáticas quotidianas e interferir positivamente no meio em que vivem, sobretudo, quando se tratar das suas vidas para transformá-la.

A educação ambiental ajuda a desenvolver a consciência ambiental dos alunos e possibilita a aprendizagem dos conhecimentos sobre cidadania ambiental numa sala de aula que nos conduz a repensar as acções transformadoras do meio em que vivemos.

4. Faz sentido educar para a cidadania? E porquê?

- ❖ Sim, faz sentido educar para a cidadania, uma vez que é através desta que iremos aprender a desenvolver hábitos de solidariedade, de partilha, de justiça, de verdade, de respeito por nós e pelos outros e pelo bem comum. Aprenderemos também a ouvir os outros e a expor as nossas ideias, desenvolvendo assim a capacidade de pensar por nós próprios. Veremos, desta forma, quais são as melhores acções para um mundo melhor.

Na verdade a educação para a cidadania faz cada vez mais sentido para todos no momento em que a União Europeia está a funcionar mal e as sociedades europeias estão a atravessar grandes dificuldades devido a essa crise mundial. Assim, a cidadania está na linha da frente das preocupações dos educadores e políticos portugueses e europeus em geral.

Esta crise também se alastrou às famílias de baixos recursos, muitos pais estão desempregados, as dificuldades diárias de sobrevivência são maiores e mais profunda, porque não há dinheiro para se adquirir as coisas básicas e necessárias, as pessoas perdem a paciência porque não conseguem controlar as suas vidas e às tantas acaba por instalar as discussões, os insultos e a violência quotidiana.

Infelizmente essa situação de descontrolo leva a que as famílias comecem a desligar das suas responsabilidades, ninguém quer saber de ninguém, não há partilhas de tarefas nem responsabilidades sociais e cívicas, os pais acabam por desistir da função de formar a consciência cívica das crianças, abandonando-as aos professores e à escola.

Porque se deseja um futuro mais humano, fraterno e justo e educar para a cidadania é um dever do Estado e dos governantes, preparem os jovens para os valores fundamentais da sociedade onde estão inseridos, e faze-los compreender a sua própria responsabilidade na condução dos rumos sociais das presentes e futuras gerações. Cabe aos pais, aos professores e à escola estimular a capacidade dos jovens desejarem um mundo melhor e, simultaneamente fazer com que contenham a vontade necessária para participar na sua construção.

Quinta entrevista: Jovem de 14 anos, Interno.

1. O que é ser amigo do ambiente?

- ❖ Ser amigo do ambiente é ajudar o planeta a sair dessa crise ambiental, pois, entramos numa fase crítica em que enfrentamos problemas ambientais desastrosos em muitos países. Amigo do ambiente é aquele que se preocupa com a poluição, com a redução dos níveis de ruído, com o stress diário, a poupança da água, que minimiza a produção de lixo, com menos embalagem, etc., ou por exemplo aquele que não se esquece de apagar a luz para não gastar energia desnecessariamente. Medidas simples como estas fazem com que preservemos o ambiente e possamos usufruir dos recursos da natureza equilibradamente.

Pensar que os jovens por serem menores de idade não podem contribuir para melhorar o ambiente é um erro que as pessoas adultas não devem cometer, porque se todos juntos decidirmos fazer alguma coisa de bom, mesmo que essa coisa não seja considerada de grande valor, no fim teremos um bom resultado. Além disso se todos os dias demonstrarmos o nosso empenho em contribuir para um mundo melhor, os outros colegas começarão a imitar-nos, e quanto maior for o grupo dos que protegem o ambiente melhor será para todos nós.

Penso que isso tudo não passa de uma questão de mentalidade, que as pessoas deveriam ter consciência que as nossas actividades quotidianas provocam impacto no Ambiente, e preocupar-se mais com os problemas ambientais procurando evitá-los porque se não o fizerem podem em breve extinguir toda a vida na Terra. Deste modo, é absolutamente urgente mudar de atitude e termos em atenção a protecção da Natureza porque só assim evitaremos os desastres que estão a acontecer um pouco por todo o mundo.

2. Acha que as pessoas estão bem informadas sobre os problemas ambientais?

Se a resposta for **não**, o que se deve fazer para as informar?

- ❖ Não, as pessoas não estão bem informadas. Elas sabem algumas coisas que vão ouvindo na TV, mas não têm informação sobre as coisas relevantes para as suas vidas. Às vezes a televisão fala do ambiente, mas penso que não há programas

televisivos para os jovens que expliquem os problemas ambientais. Também na escola não temos nenhuma disciplina sobre o ambiente, embora numa disciplina ou noutra a professora fala no assunto. Os jornais! Não sei, às vezes leio a Bola, o jornal do Barreiro, mas nunca li nada sobre esta questão, mas gostaria de aprender mais, é um assunto que diz respeito a todas as pessoas.

Se as escolas não ensinarem os jovens a respeitarem o ambiente, e educá-los no cumprimento das regras ambientais, eles vão continuar a não se importar e a atirar lixo para o chão, e a destruir a natureza. Amanhã quando forem adultos, continuarão a fazer a mesma coisa que aprenderam em criança.

Mas só informar não chega. A ideia como disse a minha professora uma vez, é informar os cidadãos e estimulá-los a pensar e a agir sobre os problemas ambientais com base em conhecimentos e dados científicos comprovados para não cometerem mais erros.

Acho que os jornalistas precisam de dar mais informações as pessoas para que elas fiquem a saber sobre o que está a acontecer com o planeta e o que pode ser feito para resolver esses problemas. As pessoas não sabem muita coisa porque não há comunicação e a Câmara, não sei, parece que tem falta de gente para isso.

Uma coisa que ensinaram-me ontem e que não vou esquecer, é a ter cuidado com as coisas que compro no mercado, isto é, ensinaram-me que é preciso fazer escolhas conscientes daquilo que compro, coisas que não poluem o ambiente e que não seja desperdício de dinheiro.

3. Ser um bom cidadão quer dizer respeitar a cidadania ambiental?

- ❖ Sim, porque o cidadão vive em sociedade e está consciente dos problemas que essa vivência encerra. Um bom cidadão é aquele que participa da vida da sua comunidade, da tomada das decisões e exerce os seus direitos cívicos. Cumpre com os compromissos que assume, tem atitudes pró activas e é um respeitador do meio ambiente e faz tudo para o proteger.

Mas cidadania é o que torna alguém num cidadão. É a relação de respeito que se estabelece com o meio em que vivemos e com as pessoas que fazem parte da nossa comunidade. No entanto, como não vivemos isolados no mundo, devemos demonstrar ser responsáveis fazendo a nossa parte, e dando o nosso contributo para o desenvolvimento da sociedade.

Como vivemos em comunidade, é nossa obrigação olharmos uns pelos outros, sim, cuidarmos daqueles que mais necessitam da nossa atenção. Temos que aprender a mostrar respeito e preocupação, não só por nós próprios como pelos outros e pelo ambiente. O bom cidadão pensa nas suas acções e procura contribuir para um mundo melhor evitando a violência, a discórdia e o conflito.

Mas a cidadania abrange um leque mais variado de coisas, porque engloba o exercício da conquista dos direitos e o cumprimento dos deveres que o cidadão utiliza e executa nas suas funções diárias, como o de exigir que os outros respeitem os seus direitos, que aceitem o bem comum como mais importante que os interesses individuais e que cumpram as obrigações que lhes são impostas pela lei.

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à igualdade. É ser capaz de zelar pelo bem público, respeitar as pessoas e o local onde frequenta, procurar melhorar a sua vida e das pessoas de família, sem nunca esquecer das pessoas que mais necessitam.

Um bom cidadão tenta defender e manter a Terra saudável para que ela continue a produzir os bens de que necessitamos no dia-a-dia para a sobrevivência. Para que isso aconteça é essencial que cada um de nós se disponibiliza a conservar a natureza e o ambiente, assumindo o compromisso de "lutar" pelas causas do ambiente, levando essa mensagem para junto dos nossos pais, amigos e comunidade. Às vezes um simples gesto é suficiente para mudarmos o rumo das coisas. Podemos começar por coisas simples como por exemplo separar o 'lixo', os resíduos, poupar a água e a energia, preservar a floresta, etc., para que o nosso futuro seja sustentável.

4. Porque é que a educação ambiental é importante?

- ❖ A Educação Ambiental é importante porque desenvolve em nós uma consciência que nos faz relacionar o que aprendemos sobre o meio ambiente com as nossas atitudes. Faz-nos perceber que tudo o que fazemos interfere no meio ambiente, desde o que comemos, o que vestimos, como nos relacionamos com plantas, animais, com os outros... As nossas atitudes mudam a favor da protecção do ambiente.

Mas a importância da educação ambiental reside no facto dela preparar os indivíduos para a vida ensinando-os a lidar com os sistemas ambientais de maneira satisfatória, e a saber gerir de melhor maneira as relações sociais e ambientais, com a intenção de aumentar a produtividade evitando desperdícios e danos à natureza.

A educação ambiental é de grande valia na sociedade actual, que neste momento se vê às voltas com problemas ambientais de difícil solução que ainda podem ser revertidos, bem como outros que pela sua complexidade não tem uma solução à vista, como é o caso da central nuclear no Japão.

Educação ambiental é um novo conceito de educação voltada para a sustentabilidade do ambiente e que procura promover a transformação dos conhecimentos dos educandos envolvidos no processo educacional, através da construção de novos conhecimentos teóricos e práticos, que os jovens necessitam para crescer com uma visão mais ampla sobre os recursos naturais, a sua utilização no dia-a-dia como matéria-prima e como forma de as preservar.

A incorporação do meio natural na educação formal é um processo contínuo de aprendizagem e é um factor relevante na formação dos indivíduos e da cidadania, pois a aprendizagem acontece de modo permanente durante a vida doméstica, escolar e social. Cabe à escola através do meio ambiente, proporcionar conhecimentos aos jovens sobre educação ambiental envolvendo-os em acções ambientais e sobre essa realidade social e mundial, para que possam também contribuir na prevenção do meio ambiente.

4.2.2. Conversa com os jovens

Uma vez identificados os dois jovens, julgou-se importante a realização de alguns encontros (2) para conhecimento mútuo, com o objectivo de facilitar a conversa entre as duas partes, antes da realização das entrevistas individuais. O Psicólogo da instituição acompanhou a conversa introdutória com os dois rapazes e autorizou que se fizesse as entrevistas após o final do ano lectivo.

Entregou-se então a cada um dos jovens uma lista com as possíveis perguntas que seriam colocadas na entrevista para que eles seleccionassem (4), aquelas que mais lhes agradassem comentar. Feitas as escolhas, elaborou-se dois guiões de entrevistas, com quatro questões cada, sendo um guião entregue a cada jovem, com perguntas simples da área da cidadania ambiental, educação ambiental e educação para a cidadania que pudessem ser abordados durante as entrevistas.

A instituição disponibilizou para a conversa um gabinete grande que funciona como sala de aulas, com uma mesa grande no centro e com seis cadeiras.

Com o consentimento dos jovens, a Direcção da instituição agendou as entrevistas para os dias quatro (4) e cinco (5) de Julho à tarde. Com a permissão da Directora, as entrevistas foram transcritas e analisadas, sendo garantido o anonimato das mesmas.

As entrevistas estavam programadas para uma duração média de quarenta e cinco minutos, mas em ambas ultrapassou-se o tempo limite.

As entrevistas decorreram normalmente e de forma positiva, os dois entrevistados participaram activamente da troca de ideias.

4.2.3. Análise de Conteúdo das Entrevistas

A análise de conteúdo é um método de análise de texto que envolve um conjunto de procedimentos que se utiliza em questões abertas como no caso de entrevistas e que tem como objectivo a produção de um texto analítico no qual se apresenta o corpo textual dos documentos recolhidos de um modo transformado.

Assim, (Berelson,1952) depois de inventariar e agrupar uma série de definições que ele próprio sujeitou à crítica, apresentou esta: “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação para a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”.

No âmbito das questões de entrevistas que a seguir são analisados e apresentados referem-se à análise das respostas assumidas pelos entrevistados, de acordo com os objectivos da investigação que se propôs fazer, no sentido de conhecer as suas opiniões acerca de temas variados como a cidadania ambiental, educação para a cidadania e sobre a própria IPSS, na perspectiva de uma aplicabilidade mais consentânea desses conteúdos na vida quotidiana da instituição, bem como, inteirar-se dos conhecimentos, atitudes e valores ambientais que esses elementos possuem dos temas propostos.

Concluída a transcrição das entrevistas, procurou-se compreender o conteúdo delas e proceder-se à sua análise e tratamento. Devo acrescentar que a transcrição de entrevistas é um processo complexo e demorado mas inevitável neste caso, para o cumprimento

dos objectivos determinados pela pesquisa. A metodologia que entendeu-se analisar e interpretar adequadamente os dados das entrevistas foi a abordagem qualitativa, por permitir articular vários elementos do material recolhido.

Foi seleccionado para análise apenas a informação que está directamente relacionada com os objectivos do estudo. Por isso não se efectuaram análises muito sofisticadas, uma vez que o estudo reveste de um carácter maioritariamente exploratório. Contudo, o investigador procurou interpretar os dados obtidos, com objectividade tentando não extrair do material empírico elementos que confirmem as suas hipóteses de trabalho.

A análise de conteúdo tenta compreender e dar um significado mais além dos conteúdos imediatos da entrevista, isto é, procura tratar os resultados dos dados recolhidos desocultando o que ficou subentendido, encoberto. O investigador neste aspecto funciona como um intermediário entre a recolha e a interpretação dos dados obtidos.

A análise de conteúdo é uma metodologia que incide sobre vários temas em discursos, sobretudo devido à forma “metódica com que trata as informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e complexidade” (Quivy & Campenhoudt, 1997: 227).

Na análise de conteúdo das entrevistas, optou-se pela metodologia dos procedimentos abertos ou exploratórios que são aqueles que não fazem intervir “categorias pré definidas”, tendo por isso um carácter puramente exploratório, “... os resultados são devidos unicamente à metodologia de análise, estando isenta de qualquer referência a um quadro teórico pré-estabelecido” (Ghiglione & Matalon, 1997, [1977]:210).

Nesse contexto, a descrição interpretativa deve começar por colocar em evidência as propriedades dos textos produzidos nas entrevistas, destacando os trechos que reforcem, esclareçam e definam as diferenças e as semelhanças que devem ser interpretadas de forma a permitir uma caracterização dos comportamentos observados, respeitando sempre os objectivos da investigação (Coutinho, Clara P. 2005).

Nesse sentido, o investigador começou por transcrever as frases e os parágrafos que contêm as afirmações consideradas como mais importantes sobre a temática em análise e que permitirá entender o sentido das respostas.

Análise de 1ª Entrevista:

1. É habitual a instituição desenvolver programas que facilitem a aprendizagem da Cidadania Ambiental?

A entrevistada confirma que “a instituição preocupa-se com as boas práticas ambientais e desenvolve, de facto, estratégias que facilitam a aprendizagem da cidadania ambiental”.

E dá “como exemplo, podemos referir a visita ao jardim Zoológico de Lisboa, que, além de muitas outras mais-valias, objectiva também a sensibilização dos visitantes para a necessidade de uma protecção ambiental organizada e para a protecção da vida selvagem e conservação de espécies ameaçadas”.

“Além desta actividade podemos ainda referir o Campo de Férias da Mata da Machada que os menores frequentam nas férias de Verão e que lhes permitem envolverem-se no compromisso social e ambiental”.

Ela salienta ainda que “a promoção e desenvolvimento da educação ambiental, a estimulação do conhecimento da biodiversidade da região e o desenvolvimento de diferentes actividades de temáticas ambientais (reciclagem, resíduos, floresta, conservação da natureza, poluição, etc.)”.

2. Cidadania participada e activa, que implicações têm na vida dos utentes?

A entrevistada afirma que “tem muitas implicações. No fundo é o exercício da cidadania a funcionar, a chamar a si o papel político da participação que cabe a cada um de nós, quer seja individual ou colectivo”.

E que “a participação activa pressupõe também respeito para com às pessoas, à comunidade, ao poder local, ao desenvolvimento sustentável, etc.”

A entrevistada destaca que “sabe, a cidadania não é algo de abstracto, é uma conquista e tem-se que batalhar por ela todos os dias”.

Além disso a “cidadania é acima de tudo um direito, como é, o direito de conviver em harmonia com todas as pessoas, novas ou mais velhas. São esses princípios que

defendemos cá na instituição. Para nós, convivência é uma palavra cara que significa respeito mútuo, segurança, solidariedade, amizade, protecção, autoridade, liberdade e, enfim, o direito de exercitar a democracia na sua plenitude”.

Reafirma que “para a instituição a participação activa dos indivíduos é fundamental na construção da democracia”.

E, refere um “exemplo mais prático, fazemos assembleias semanais para determinar os pratos da semana a serem servidos”.

3. Existe consciência crítica da IPSS para a mudança a favor da educação ambiental?

A entrevistada afirma que “vontade de mudar existe”. O que aqui acontece, não é que não queremos mudar, queremos mudar sim, mas como temos muita gente à nossa responsabilidade, essa mudança tem que ser pensada e repensada para as coisas puderem resultar.

Diz ainda que “condições económicas talvez não, mas condições físicas temos”.

Refere ainda a entrevistada que “a localização da instituição é na rua principal da cidade perto de tudo que os nossos utentes necessitam.” E que “são esses pormenores que transformam esta instituição na grande Casa que é”

Fala da aposta nas parcerias “temos parcerias celebradas com a Câmara, com as várias escolas do concelho, com o Instituto Politécnico do Barreiro e com a Universidade da Terceira Idade no sentido de criarmos um programa integrado de educação que sirva as diferentes faixas etárias de modo a desenvolvermos uma educação ambiental sustentada e que valorize os cidadãos que nos procurem e a cidade também.”

Admite que a “instituição tem condições de renovar muita coisa, mas claro está, essa renovação depende de muitos factores, não é algo que depende só da nossa vontade”.

Menciona planos em preparação que pode “surpreender as pessoas com o que tencionamos ofertá-las”

Diz ainda que o “desiderato da mudança implica uma série de atitudes que envolvem, antes de mais nada, os profissionais da instituição, o indivíduo, o seu grupo, a comunidade e os diversos segmentos da sociedade.”

Acrescenta que “essa mudança vai também representar um desafio, ela vai impor a cada pessoa o desafio de acreditar na possibilidade de avançar para a construção de uma sociedade justa e solidária”.

Afirma que “ter consciência crítica significa também saber analisar com realismo, as causas e os efeitos das situações que precisam ser enfrentadas, para, a partir dessa atitude, descobrir os melhores caminhos na procura da transformação social, política, económica e cultural.”

4. Pode a escola ajudar a mudar o comportamento ambiental dos jovens?

Acredita que sim “ah sim, a escola pode fazer muita coisa.” E que “a escola pode pois ajudar a formar para o amanhã cidadãos com conhecimentos e consciência das suas responsabilidades para com o meio ambiente”.

Explica qual é a função da instituição “a nossa função é passar para eles (utentes) estímulos positivos como conforto e segurança, necessários para o desempenho das suas actividades e, conseqüentemente, ajudá-los a resgatar o sentido de lugar, a conquista da autonomia e os valores de cidadania.”

Diz com orgulho que “temos aqui jovens atletas federados que disputam campeonatos em modalidades como o judo, futebol, e por aí fora.”

Análise da 2ª entrevista:

1. Como classificaria o comportamento da IPSS diante das mudanças ambientais ocorridas na actualidade?

A entrevistada diz que “o comportamento da instituição relativamente às mudanças ambientais actuais é de preocupação e sensibilização”.

Diz ainda que “são efectuadas, sempre que possível dinâmicas de grupo para a sensibilização e partilha de informações com vários utentes e profissionais da instituição.”

E que as “alterações climáticas, demonstram claramente que há uma necessidade urgente de se produzir mudanças no comportamento, nos hábitos ou nas atitudes das pessoas da instituição e dos gestores, em relação ao meio ambiente e ao uso dos recursos naturais.”

Constata que “as pessoas estão tão envolvidas nos seus afazeres que nem se apercebem do que se está a passar no mundo.”

2. Promover os valores de uma cidadania activa, deve ser uma das grandes preocupações da instituição. Em que moldes essa promoção é (ou deve ser) realizada?

A entrevistada diz que “os valores de uma cidadania activa devem e estão a ser passados junto dos profissionais da instituição e dos utentes da mesma através da partilha de informações em reuniões de equipa”.

E que “a cidadania activa é característica de uma sociedade dinâmica e, neste sentido, a instituição preocupa-se em dar o seu contributo.”

Diz também que “procuramos garantir a todos, os jovens e os menos jovens o acesso à educação e respeitamos os valores humanos das pessoas”.

Reconhece que “a educação escolar é a base constitutiva de uma cidadania activa e da formação do ser humano.”

E refere que “as pessoas mais velhas, muitas delas frequentam a Universidade da Terceira Idade, e os restantes atendem internamente actividades manuais desenvolvidas pelos colaboradores. ”

3. Com que visão a instituição ‘olha’ para a aplicação da cidadania ambiental?

A entrevistada diz que a visão da instituição é “uma visão claramente voltada para o futuro”.

E que “a instituição se preocupa com as questões de cidadania ambiental e tem feito o que está ao seu alcance para contribuir activamente, isto porque considera que o problema ambiental tem as suas raízes no desconhecimento das práticas que perigam o ambiente e na falta da informação.”

Refere ainda que “na instituição apostamos na educação ambiental pois esta é a principal prática responsável pela construção da Cidadania Ambiental.”

E “é a educação que forma indivíduos conscientes, capazes de formular opiniões e de tomar decisões sobre assuntos que os afectam”.

Diz que no “Centro, aplicamos a cidadania ambiental a toda a hora e a todo o momento.”

Declara que “a instituição rege-se com base em valores e atitudes conscientes que constituem a expressão da cidadania, mas como sabe, o peso da cidadania varia de lugar para lugar;”

“a nossa Casa é uma casa tolerante e solidária que respeita a dignidade dos outros, das minorias e dos valores ambientais, além disso, através dos nossos utentes participamos activamente da vida cívica da comunidade”.

Diz que “enquanto profissional da IPSS e com bastantes anos de serviço, sei que acontece inúmeros factos que, quando comparados com a realidade, nos levam a questionar a nós mesmos”.

Admite que “a sociedade evolui todos os dias e nós também temos que acompanhar as mudanças, temos consciência de que a única forma de gerar uma efectiva mudança de atitudes será através de um processo duradouro, cuidado e adaptado às atitudes e aos comportamentos que se deseja incutir nas equipas que diariamente levam o bem-estar à nossa população-alvo.”

Informa que “o nosso sector de formação interna, tem vindo a desenvolver programas de formação cívica e ambiental, com o objectivo de preparar cada vez mais os colaboradores”.

4 - Em que área a instituição tem vindo a desenvolver esforços no sentido de melhorar o seu desempenho ambiental?

Comenta a entrevistada que “é evidente que há sempre espaço para melhorias e temos reunido esforços para colmatar algumas deficiências que persistem”.

Diz que “a instituição tem conseguido manter-se actualizada no que concerne à execução de outras estratégias que possibilitam e contribuem para um melhor desempenho ambiental institucional.”

E admite que “procuramos sempre ajustar o nosso comportamento às boas práticas ambientais, de modo a atenuar o seu impacte na mãe natureza.”

Reconhece que “não é fácil mudar alguns gestos sem pôr em causa o conforto a que se está habituado”.

Afirma que “a realização desse seu trabalho cá, veio despertar a necessidade de conhecermos a situação real da instituição”.

Informa que “na reunião passada ficou determinado fazermos um levantamento de todas as deficiências da instituição no que respeita às práticas de gestão ambiental;”

“para além de irmos avaliar os impactes ambientais das nossas funções, iremos verificar junto das nossas parcerias quem nos pode ajudar na tarefa de planearmos o Sistema de Gestão Ambiental”.

Diz que é preciso “identificar outros pontos fortes e as deficiências em termos de desempenho ambiental de forma a eleger prioridades e estabelecer objectivos e metas de forma que a instituição no futuro possa, controlar os seus aspectos ambientais.”

Análise da 3.ª Entrevista:

1. Na (s) actividade (s) que desenvolve (no seu trabalho) identificou algo que poderia fazer (ou sugerir) em termos de melhoria das condições de participação em questões ambientais?

Diz o entrevistado que “já o fez sem grande sucesso. Tentei sensibilizar para a criação de uma cultura de reciclagem dentro da instituição, particularmente dentro do Lar de Infância e Juventude;”

“para esse tipo de mobilização, importa que os responsáveis máximos se sintam parte da resolução dos problemas ambientais”.

Diz que “reafirmo quotidianamente aos jovens de cá, a importância da cidadania e a importância da cidadania ambiental;”

“são conceitos que pelo seu conteúdo beneficiam segmentos historicamente desrespeitados na sociedade como as crianças e os idosos”.

2. Exerce os seus deveres e direitos em função de uma cidadania participante?

Afirma que “tento exercer os meus deveres e direitos como cidadão activo, cumprindo com o exercício da cidadania estando atento às decisões que são tomadas em prol da comunidade sobretudo no meu quotidiano vivencial;”

“contudo, procuro assumir a prática da Cidadania Ambiental na perspectiva de uma ética de serviço e não de mero exercício de poder.”

Diz que “quando falamos de educação dos jovens vale a pena reflectirmos sobre a igualdade de oportunidades, educação de qualidade e educação para o pleno desenvolvimento humano;”

“as pessoas falam muito de solidariedade. A solidariedade não deve ser vista, só como uma qualidade, mas sim, como um dever, como um imperativo ético único, talvez, capaz de nos conduzir para saídas livres e individuais”.

“Precisamos de encaixar num novo rumo, que nos coloca no rumo da construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.”

3. Conhece instituições públicas, ou privadas, que zelam pela “saúde” da natureza?

Diz que “a maior proximidade que tenho é com a empresa de reciclagem AMARSUL”.

Inúmeras algumas “instituições que em Portugal cuidam do ambiente como a Naturlink, Liga para a Protecção da Natureza, Quercus, etc., e Organizações não Governamentais de Ambiente de cariz nacionais, regionais e locais.”

Cita (Schmidt, 1999) “O maior interesse dos *media* pelos problemas ambientais nacionais é contemporâneo do aparecimento de canais privados de televisão e da reorganização do sector da imprensa, onde alguns jornais dão voz a mobilizações ambientais, a denúncias ou queixas dos cidadãos”.

4. Manifesta a sua indignação sempre que observa alguém a desrespeitar o meio ambiente? De que forma?

O entrevistado diz que “confesso que não me é comum observar situações flagrantes de desrespeito grosseiro pelo meio ambiente”.

“Penso no entanto que, caso me deparasse com uma situação de flagrante desrespeito tentaria sensibilizar para a sua interrupção ou chamava as autoridades.”

“Já presenciei uma situação em que cidadãos enfurecidos porque alguém queria cortar duas árvores da rua, chamarem a polícia.”

Reconhece o entrevistado que “há uma grande falta de informação e sensibilidade por parte da sociedade” acerca das questões ambientais.

Refere o “triste espectáculo dos sacos de lixo (resíduos) atirados pela berma da estrada no regresso da praia.”

“Mas, o que torna a situação verdadeiramente detestável é saber que às vezes, pessoas com responsabilidades ambientais são as que mais agridem o ambiente.”

Análise da 4.ª Entrevista:

1. O que acontece com o lixo (resíduos) produzidos em sua casa?

O jovem entrevistado afirma que “os resíduos são separados e colocados em ecopontos específicos e apropriados para o efeito.”

Os “resíduos podem ser reaproveitados, por exemplo: as latas, vidros, caixas de papelão, etc., com um pouco de criatividade e consciência ambiental são facilmente transformados em peças de arte.”

Afirma que os “artesãos aqui no Barreiro são pessoas preocupadas com o meio ambiente, transformam muitas das coisa que vão para o “lixo” em objectos verdadeiramente belos e com variadas utilidades.”

“Os resíduos adequadamente separados são fontes geradoras de emprego para a população.”

“a falta de consciência sócio-ambiental coloca em risco a saúde e o meio ambiente.”

2. Qual é a importância da reciclagem?

O entrevistado diz que “a reciclagem é muito importante porque permite reaproveitar grande parte do ‘lixo’ resíduos material, que acabaria inevitavelmente nos aterros sem qualquer valor.”

Lamenta que “as pessoas atiram o lixo para o chão, sem qualquer respeito”.

E afirma que “a reciclagem portanto consiste na recuperação e transformação de qualquer desperdício”.

“A sua importância económica traduz-se na possibilidade de aquisição de materiais por preços mais favoráveis”.

“Com a reciclagem poupa-se o abate de centenas de eucaliptos e traz-se de volta ao ciclo produtivo o que se joga fora.”

3. Que importância tem a prática da cidadania ambiental numa sala de aula?

O entrevistado refere que a “cidadania está interligada, relacionada com o conhecimento e com as regras, as normas, os regulamentos cívicos e as leis”.

“É no quotidiano da vida que podemos encontrar o fundamento da cidadania, porque essa convivência é feita a partir dos valores em que todos acreditam.”

Diz que “numa sala de aulas é ainda mais importante porque os alunos têm que estar atentos às coisas que os professores explicam.”

“A cidadania ambiental reflecte as acções e as condutas de cada um em tudo o que fazemos”

“A educação ambiental ajuda a desenvolver a consciência ambiental dos alunos e possibilita a aprendizagem dos conhecimentos sobre cidadania ambiental numa sala de aula”.

4. Faz sentido educar para a cidadania? E porquê?

Diz o entrevistado que sim “faz sentido educar para a cidadania, uma vez que é através desta que iremos aprender a desenvolver hábitos de solidariedade, de partilha, de justiça, de verdade, de respeito por nós e pelos outros e pelo bem comum.”

“Aprenderemos também a ouvir os outros e a expor as nossas ideias, desenvolvendo assim a capacidade de pensar por nós próprios.”

Refere que a “educação para a cidadania faz cada vez mais sentido para todos no momento em que a União Europeia está a funcionar mal e as sociedades europeias estão a atravessar grandes dificuldades devido a essa crise mundial.”

“Esta crise também se alastrou às famílias de baixos recursos, muitos pais estão desempregados”.

Diz ainda que “as pessoas perdem a paciência porque não conseguem controlar as suas vidas e às tantas acaba por instalar as discussões, os insultos e a violência quotidiana.”

“Infelizmente essa situação de descontrolo leva a que as famílias comecem a desligar das suas responsabilidades”.

“Os pais acabam por desistir da função de formar a consciência cívica das crianças, abandonando-as aos professores e à escola.”

Análise da 5ª Entrevista:

1. O que é ser amigo do ambiente?

Responde o entrevistado que “ser amigo do ambiente é ajudar o planeta a sair dessa crise ambiental”.

“Amigo do ambiente é aquele que se preocupa com a poluição, com a redução dos níveis de ruído, com o stress diário, a poupança da água, que minimiza a produção de lixo, com menos embalagem, etc.”

Diz que “pensar que os jovens por serem menores de idade não podem contribuir para melhorar o ambiente é um erro que as pessoas adultas não devem cometer”.

“Penso que isso tudo não passa de uma questão de mentalidade, que as pessoas deveriam ter consciência que as nossas actividades quotidianas provocam impacto no Ambiente”.

“Deste modo, é absolutamente urgente mudarmos de atitude e termos em atenção a protecção da Natureza porque só assim evitaremos os desastres que estão a acontecer um pouco por todo o mundo.”

2. Acha que as pessoas estão bem informadas sobre os problemas ambientais?

Se a resposta for **não**, o que se deve fazer para as informar?

Afirma o entrevistado que “não, as pessoas não estão bem informadas. Elas sabem algumas coisas que vão ouvindo na TV”.

“Também na escola não temos nenhuma disciplina sobre o ambiente, embora numa disciplina ou noutra a professora fala no assunto.”

Afirma ainda que “se as escolas não ensinarem os jovens a respeitarem o ambiente, e educá-los no cumprimento das regras ambientais, eles vão continuar a não se importar e a atirar lixo para o chão, e a destruir a natureza.”

Diz que “só informar não chega. A ideia como disse a minha professora uma vez, é informar os cidadãos e estimulá-los a pensar e a agir sobre os problemas ambientais com base em conhecimentos e dados científicos”.

“Acho que os jornalistas precisam de dar mais informações as pessoas para que elas fiquem a saber sobre o que está a acontecer com o planeta”.

“Que é preciso fazer escolhas conscientes daquilo que compro, coisas que não poluem o ambiente e que não seja desperdício de dinheiro.”

3. Ser um bom cidadão quer dizer respeitar a cidadania ambiental?

O entrevistado diz que “sim, porque o cidadão vive em sociedade e está consciente dos problemas que essa vivência encerra.”

“Um bom cidadão é aquele que participa da vida da sua comunidade, da tomada das decisões e exerce os seus direitos cívicos. Cumpre com os compromissos que assume, tem atitudes pró activas e é um respeitador do meio ambiente e faz tudo para o proteger.”

“Mas é a cidadania que torna alguém num cidadão.”

Afirma que “como não vivemos isolados no mundo, devemos demonstrar ser responsáveis fazendo a nossa parte, e dando o nosso contributo para o desenvolvimento da sociedade.”

“Temos que aprender a mostrar respeito e preocupação, não só por nós próprios como pelos outros e pelo ambiente”.

“A cidadania abrange um leque mais variado de coisas, porque engloba o exercício da conquista dos direitos e o cumprimento dos deveres”.

Reafirma que “ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à igualdade.”

“Um bom cidadão tenta defender e manter a Terra saudável para que ela continue a produzir os bens de que necessitamos no dia-a-dia para a sobrevivência.”

“É essencial que cada um de nós se disponibiliza a conservar a natureza e o ambiente, assumindo o compromisso de "lutar" pelas causas do ambiente, levando essa mensagem para junto dos nossos pais, amigos e comunidade.”

“Às vezes um simples gesto é suficiente para mudarmos o rumo das coisas.”

4. Porque é que a educação ambiental é importante?

O entrevistado diz que “a Educação Ambiental é importante porque desenvolve em nós uma consciência que nos faz relacionar o que aprendemos sobre o meio ambiente com as nossas atitudes.”

Diz ainda que EA faz “as nossas atitudes mudam a favor da protecção do ambiente.”

“A importância da educação ambiental reside no facto dela preparar os indivíduos para a vida ensinando-os a lidar com os sistemas ambientais de maneira satisfatória”.

Refere ainda aos “problemas ambientais de difícil solução que ainda podem ser revertidos”.

“Educação ambiental é um novo conceito de educação voltada para a sustentabilidade do ambiente”.

Reafirma que é “através da construção de novos conhecimentos teóricos e práticos, que os jovens necessitam para crescer com uma visão mais ampla sobre os recursos naturais”.

“A aprendizagem acontece de modo permanente durante a vida doméstica, escolar e social.” “Cabe à escola através do meio ambiente, proporcionar conhecimentos aos jovens sobre educação ambiental envolvendo-os em acções ambientais e sobre essa realidade social e mundial, para que possam também contribuir na prevenção do meio ambiente.”

O guião de entrevista elaborado, tem origem numa matriz, um roteiro-guia que dá cobertura ao interesse da investigação. Obedece à tipologia qualitativa e funcionou como uma ferramenta de apoio na recolha de dados dos entrevistados, tendo servido também como base à realização das entrevistas bem como ajudou a facilitar a sua condução. O guião é composto por poucas questões (quatro), mas suficientemente amplas para serem discutidas em profundidade sem que haja interferências entre elas ou redundâncias. Em grande medida a entrevista é conduzida pelo entrevistado, que aproveita para valorizar o seu conhecimento, mas ajustado ao guião do pesquisador.

Tabela 3 - Guião das entrevistas

Dimensões de análise	Tema 1	Tema 2	Tema 3	Tema 4
Entrevistados				
Directora	Costuma a instituição desenvolver programas que facilitem a aprendizagem da Cidadania Ambiental?	Cidadania participada e activa, que implicações tem na vida dos utentes?	Existe consciência crítica da IPSS para a mudança a favor da educação ambiental?	Pode a escola ajudar a mudar o comportamento ambiental dos jovens?
Coordenadora	Como classificaria o comportamento da IPSS diante das mudanças ambientais ocorridas na actualidade?	Promover os valores de uma cidadania activa, deve ser uma das grandes preocupações da instituição. Em que moldes essa promoção é (ou deve ser) realizada?	Com que visão a instituição ‘olha’ para a aplicação da cidadania ambiental?	Em que área a instituição tem vindo a desenvolver esforços no sentido de melhorar o seu desempenho ambiental?
Psicólogo	Na (s) actividade (s) que desenvolve (no seu trabalho) identificou algo que poderia fazer (ou sugerir) em termos de melhoria das condições de participação em questões ambientais?	Exerce os seus deveres e direitos em função de uma cidadania participante?	Conhece instituições públicas, ou privadas, que zelam pela “saúde” da natureza?	Manifesta a sua indignação sempre que observa alguém a desrespeitar o meio ambiente? De que forma?
Jovem semi-interno	O que acontece com o lixo (resíduos) produzidos em sua casa?	Qual é a importância da reciclagem?	Que importância tem a prática da cidadania ambiental numa sala de aula?	Faz sentido educar para a cidadania? E porquê?
Jovem interno	O que é ser amigo do ambiente?	Acha que as pessoas estão bem informadas sobre os problemas ambientais? Se a resposta for não, o que se deve fazer para as informar?	Ser um bom cidadão quer dizer respeitar a cidadania ambiental?	Porque é que a educação ambiental é importante?

Uma vez concluído o processo da extracção das frases e parágrafos mais importantes das entrevistas, passamos à análise de conteúdo das mesmas, o que pressupõe um

processo de redução de dados. Deste modo, a reflexão da entrevista será mais credível quantos mais elementos de informação se conseguir aproveitar.

Ao analisar o conteúdo das entrevistas é fundamental descobrir o discurso por detrás das palavras expressas, numa tarefa de “desocultação”, onde se é “agente duplo, detective, espião” (Bardin, 1977: 9), pois detrás de um qualquer texto, de uma qualquer opinião aparentemente clara esconde-se um significado, um sentido que é importante desvendar (Bardin, 1977: 14).

A análise de conteúdo consiste, então, num conjunto de “técnicas de análise das comunicações”, pois “não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos”. Assim, “não existe o pronto-a-vestir em análise de conteúdo, mas apenas algumas regras base” (Bardin, 1977: 31).

Nesta fase da investigação, que consistiu em fazer a descrição dos conteúdos mais importantes das entrevistas, ajustando-as adequadamente às narrativas dos entrevistados, agora, ir-se-á proceder à análise do **tratamento dos dados das entrevistas** caracterizando as mais relevantes do *corpus* (o conjunto dos documentos escolhidos) apresentados no contexto inerente ao discurso.

No que respeita aos recursos utilizados, os classificadores desenvolvidos para o tratamento de dados, apesar de necessitarem de reajustes variados, mostraram-se uma mais-valia nesta fase do projecto, uma vez que permitiram identificar no *corpus* as construções elaboradas a analisar, num conjunto de entrevistas.

4.2.4. Tratamento de dados

As técnicas da análise de conteúdo são métodos usados pelas ciências sociais para tratar informações que apresentam algum grau de profundidade e complexidade e analisa a frequência de ocorrência de determinados termos, construções e referências de um dado texto (Bardin, 1977).

A análise de conteúdo, como técnica de tratamento de dados aplica-se em variadas análises e tratamento de dados e a diversos casos concretos. Este estudo caracteriza-se pelo tipo de pesquisa essencialmente qualitativa o mais indicado para um estudo dessa

natureza, cujos elementos são pouco passíveis de mensuração (resumir, organizar, estruturar e apresentar as relações), nas palavras de (Van der Maren, 1987).

(Miles e Huberman, 1984: 24) definem esta fase de tratamento dos dados como a “estruturação de um conjunto de informações que vai permitir tirar conclusões e tomar decisões”. Segundo eles, a operação de apresentação de dados é, por vezes, negligenciada e é sem dúvida, de extrema utilidade na redacção do relatório final, uma vez que os textos narrativos são compostos por informações dispersas, vagamente estruturadas e difíceis de reter.

A classificação das informações é feita a partir de determinado critério, que estabelece e organiza grupos de temas comuns, como que as agrupando em "caixas" separadas para se dedicar individual e profundamente a cada uma. Esta estrutura geral assume a forma de esquema de análise e cada conjunto (caixa) é chamado categoria, uma unidade de análise completa e única em si mesma.

O objectivo nesta fase é descobrir padrões e, fazer a leitura dos dados da entrevista, através de:

- comparações das cinco entrevistas sobre cada assunto;
- examinar como cada entrevistado pensa os vários assuntos sobre os quais fala;
- relacionar as características sociais (idade, sexo, escolaridade) com os assuntos que cada elemento aborda;
- a intenção é encontrar padrões de conjunto compreensíveis.

O objecto em análise nestas entrevistas são as respostas construídas pelos entrevistados, cuja justificação e impacto iremos tentar perceber.

Uma vez que as entrevistas foram bastantes extensas, o investigador optou-se por seleccionar os conteúdos considerados mais representativos das opiniões dos entrevistados de modo a efectuar o tratamento de dados que mais abaixo se apresenta.

Assim, faremos uma “análise relativamente à primeira questão de modo a obtermos um resumo de cada entrevista para, sob uma forma mais cómoda, podermos comparar várias entrevistas; em relação à segunda questão, trata-se simples e aparentemente, de isolar em cada discurso o que nos interessa; e relativamente à terceira questão, ele

pressupõe a sistematização das diferenças e semelhanças e a postulação de hipóteses sobre as condições que originaram discursos diferentes nas entrevistas” (Coutinho, 2005).

A análise e interpretação dos conteúdos das entrevistas permitem dividir os discursos dos entrevistados por questões de modo a que o investigador possa construir um conhecimento analisando os “discursos”, a disposição e os termos utilizados sob uma forma mais fácil de abordagem.

Com esse método de investigação é assim possível estabelecer um conjunto de tarefas defendido por (Miles e Huberman, 1984: 23), que constituem o processo analítico básico de tratamento de dados. Esse modelo interactivo apresenta três componentes:

- Redução,
- Apresentação de dados,
- Conclusões.

Para a metodologia geral da análise de conteúdo, há a considerar dois tipos de questões que são fundamentais:

- Como codificar?
- E, como assegurar a fiabilidade do procedimento?

Para aplicar esses procedimentos, foi necessário criar as chamadas **categorias** de análise de forma a transformar a informação obtida junto dos participantes em algo que fosse interpretável. A construção de cada categoria segue um critério principal que é coerência interna, mas é possível estabelecer alguns princípios gerais. (Selltiz *et al.* 1985: 441-442) dizem que um conjunto de categorias deve: (a) ser derivado de um único princípio de classificação; (b) ser exaustivo, sendo possível colocar qualquer resposta em uma das categorias; (c) as categorias devem ser mutuamente exclusivas; não deve ser possível colocar determinada resposta em mais de uma categoria.

Tratar o material recolhido, é codificá-lo, é transformá-lo por agregação e enumeração, em algo que permite atingir uma representação do conteúdo capaz de esclarecer o analista acerca das características do texto.

A primeira fase, a **codificação**, consiste em fazer enquadrar num mesmo formato os dados expressos com maior ou menor liberdade e com maior ou menor idiossincrasia; na segunda fase trata-se de os fazer sair do formato utilizado no tratamento para o transpor e encontrar ou reencontrar um sentido. Assim, a interpretação é, primeiramente, redutora para, em seguida, ser criadora através da elaboração de explicações e de novas questões que transcendem a secura dos resultados. (Van der Maren, 1987: 48).

Para se poder efectuar a análise das entrevistas é necessário considerar três tipos de unidades: Unidade de registo, Unidade de contexto e Unidade de numeração.

As unidades de **registo** podem ser, por exemplo, as frases; as unidades de **contexto** correspondentes podem ser, os parágrafos. A unidade de **numeração** servirá para contar o número de vezes que se repete a unidade de registo (as frases) (Coutinho, 2005).

A proposição comum a todas as entrevistas no momento da interpretação, Van der Maren associa-lhes às funções de adivinhação e encenação. Esta última, integra uma forma de interpretação que efectua “uma transposição analógica, dinâmica, simultaneamente a vários níveis, de uma mensagem estática (escrita, linear e sem sobreposição)” (Van der Maren, 1987: 52).

Resumidamente o esquema que se configurou para a **análise de conteúdo** é composto pelos seguintes itens, conforme indica a *grelha* seguinte:

Tema – Entrevistados - Categorias – Subcategorias – Unidade de Registo – Unidades de Contexto – Validade – Fidelidade.

Tabela 4 - Grelha de Tratamento dos Dados das Entrevistas

Tema	Entrevistados	Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Unidades de Contexto	Fidelidade	Validade
<p>“Integra a IPSS no seu Projecto (s) a componente de Cidadania Ambiental?”</p>	<p>Directora</p>	<p>1. Costuma a instituição desenvolver programas que facilitem a aprendizagem da Cidadania Ambiental?</p>	<p>Cidadania Cidadania Ambiental Meio Ambiente Natureza Preservação da Natureza Conservação da Natureza Comportamentos Atitudes Ambientais Respeito pelo Ambiente Educação Ambiental</p>	<p>Preocupação com as atitudes/práticas ambientais; Preocupação com a educação; Preocupação com a educação; Preocupação com a educação; Preocupação com a educação; Preocupação com a educação devido à importância da conservação/preservação</p>	<p>“A Instituição preocupa-se pelas boas práticas ambientais...” “...estratégias que facilitam a aprendizagem da cidadania ambiental...” “...aprendizagem prática de matérias várias relacionadas com o ambiente e desenvolvimento sustentável...” “...estimulação do conhecimento da biodiversidade...” “...explicação dos tipos de resíduos que podem reciclar...” “...protecção ambiental organizada e para a protecção da vida selvagem e conservação de espécies ameaçadas”</p>		
		<p>2. Cidadania participada e activa, que implicações tem na vida dos utentes?</p>	<p>Educação para a Cidadania Instituição</p>	<p>Preocupação da participação; Preocupação da participação; Preocupação da participação devido à importância da cidadania</p>	<p>“...o papel político da participação que cabe a cada um de nós...” “...a participação activa dos indivíduos é fundamental...” “...importância do livre exercício da cidadania e da participação social da nossa população utente”</p>		

Coord. De Serviço	3. Existe consciência crítica da IPSS para a mudança a favor da educação ambiental?	Desejo de mudança; Desejo de mudança eficaz; Preocupação com a educação; Consciência da possibilidade de mudança	<p>“Há muita vontade de mudar...”</p> <p>“...não é que não queiramos mudar, queremos mudar sim, mas como temos muita gente à nossa responsabilidade, essa mudança tem que ser pensada...”</p> <p>“...melhorar as condições de educação...”</p> <p>“A instituição tem condições de renovar muita coisa...”</p>		
	4. Pode a escola ajudar a mudar o comportamento ambiental dos jovens?	Contribuição da escola na mudança comportamental; Efeito da aprendizagem escolar; Efeito da aprendizagem escolar; Preocupação com a educação devido à importância da cidadania	<p>“...está a contribuir para a mudança comportamental...”</p> <p>“...os jovens trazem esses ensinamentos para a casa...”</p> <p>“...cidadãos com conhecimentos e consciência...”</p> <p>“...capazes de tomar atitudes de protecção e melhoria em relação a ele”</p> <p>“...aposta séria na educação para a cidadania...”</p>		
	1. Como classificaria o comportamento da IPSS diante das mudanças ambientais ocorridas na actualidade?	Classificação positiva do comportamento da instituição; Preocupação da educação devido à importância da conservação/preservação; Preocupação com a educação; Preocupação com as mudanças de comportamento/atitude	<p>"O comportamento da instituição...é de preocupação e sensibilização..."</p> <p>"...estratégias que contribuem para a conservação do ambiente e é feita a sensibilização e ensinamento de boas práticas ambientais..."</p> <p>"...a sensibilização e partilha de informações com vários utentes..."</p> <p>"...produzir mudanças no</p>		

				comportamento, nos hábitos ou nas atitudes das pessoas da instituição e dos gestores..."		
		2. Promover os valores de uma cidadania activa, deve ser uma das grandes preocupações da instituição. Em que moldes essa promoção é (ou deve ser) realizada?	Preocupação com a educação a favor da participação e mudança de comportamento/atitude; Definição de educação escolar; Contribuição da educação escolar; Importância da participação para uma cidadania activa	"...preocupa-se em dar o seu contributo, sensibilizando, reforçando a participação e promovendo a tomada de consciência sobre questões cívicas..." "A educação escolar é a base constitutiva de uma cidadania activa e da formação do ser humano..." "...onde aprende a assumir o compromisso com o respeito pelos direitos de outras pessoas ou dos grupos" "...requer a participação dos utentes na vida comunitária local e pública..."		
		3. Com que visão a instituição 'olha' para a aplicação da cidadania ambiental?	Contribuição da instituição em relação aos comportamentos/atitude a favor da preservação/conservação; Importância da educação ambiental; Contribuição para a mudança comportamental; Medida em que os valores e atitudes para a aplicação da cidadania são utilizados; Consciência da importância do respeito de valores;	"...tem feito o que está ao seu alcance para contribuir activamente e positivamente no que diz respeito ao adoptar hábitos que preservam e conservam o meio ambiente..." "...apostamos na educação ambiental pois esta é a principal prática responsável pela construção da Cidadania Ambiental" "...Contribuímos todos os dias para		

			<p>Medida em que a cidadania é aplicada; Razão da aplicação da cidadania ambiental; Preocupação com as mudanças de comportamento/atitude</p>	<p>melhorar os comportamentos dos nossos utentes de muitas maneiras, nomeadamente através da educação e do conhecimento bem como da educação para a cidadania" "A instituição rege-se com base em valores e atitudes conscientes que constituem a expressão da cidadania..." "...casa tolerante e solidária que respeita a dignidade dos outros, das minorias e dos valores ambientais..." "...participamos activamente da vida cívica da comunidade, cumprindo com todas as regras, direitos e deveres que a sociedade nos impõe" "...gerar uma efectiva mudança de atitudes..." "...a começar por simples gestos e hábitos como fechar a torneira ao escovar os dentes..."</p>		
		<p>4 - Em que área a instituição tem vindo a desenvolver esforços no sentido de melhorar o seu</p>	<p>Preocupação com as mudanças de comportamento/atitude; Consciência da dificuldade no melhoramento do desempenho ambiental; Preocupação com as mudanças de comportamento/atitude</p>	<p>"Mas, procuramos sempre ajustar o nosso comportamento às boas práticas ambientais..." "...não é fácil mudar alguns gestos..." "...pretendemos reduzir os efeitos ambientais das</p>		

		desempenho ambiental?		de; Preocupação com o desempenho ambiental da instituição; Preocupação com o desempenho ambiental da instituição	nossas actividades..." "...procurando saber como o desempenho das nossas actividades afecta ou pode afectar o ambiente local e global" "...identificar outros pontos fortes e as deficiências em termos de desempenho ambiental de forma a eleger prioridades e estabelecer objectivos e metas de forma que a instituição no futuro possa, controlar os seus aspectos ambientais"		
Psicólogo		1. Na (s) actividade (s) que desenvolve (no seu trabalho) identificou algo que poderia fazer (ou sugerir) em termos de melhoria das condições de participação em questões ambientais?		Preocupação com a educação e mudanças de comportamento/atitude; Consciência da dificuldade na melhoria das condições de participação em questões ambientais; Importância dos segmentos apesar do desrespeito a estes	"Tentei sensibilizar para a criação de uma cultura de reciclagem..." "...para esse tipo de mobilização, importa que os responsáveis máximos se sintam parte da resolução dos problemas ambientais..." "...segmentos historicamente desrespeitados...e contribuem para lançar as bases de uma sociedade mais equilibrada, mais justa, ambientalmente consciente e democrática"		
		2. Exerce os seus deveres e direitos em função de uma cidadania		Contribuição para a cidadania participante; Preocupação com a participação; Preocupação com a	"...cumprindo com o exercício da cidadania estando atento às decisões que são tomadas em prol da comunidade		

	participante?		<p>educação; Importância da reflexão sobre educação e cidadania; Preocupação da mudança de comportamento/atitude</p>	<p>sobretudo no meu cotidiano vivencial..." "...participo responsabilmente na construção do futuro colectivo" "...a minha maior preocupação é com a educação e o bem-estar delas. A educação é um direito humano fundamental em si mesmo, sendo essencial para o desenvolvimento humano e para garantir o gozo de outros direitos" "...vale a pena reflectirmos sobre a igualdade de oportunidades, educação de qualidade e educação para o pleno desenvolvimento humano" "Precisamos de encaixar num novo rumo, que nos coloca no rumo da construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna"</p>		
	3. Conhece instituições públicas, ou privadas, que zelam pela “saúde” da natureza?		<p>Exemplo de uma instituição conhecida; Exemplo de uma instituição conhecida; Demonstração do conhecimento de organizações ambientais</p>	<p>"...muito conhecida pela divulgação que tem feito e pela proximidade com as escolas e com os agentes educativos" "...um movimento civil sem fins lucrativos que visou remover no dia 20 de Março de 2010 grande parte do lixo depositado nas florestas e espaços</p>		

				urbanos portugueses..." "Da nossa história recente conta a criação de inúmeras organizações da defesa do meio ambiente..."			
		4. Manifesta a sua indignação sempre que observa alguém a desrespeitar o meio ambiente? De que forma?		Consciência da dimensão do prejuízo ambiental; Preocupação com a educação e mudança de comportamento/atitude e consciência do infringimento da lei; Preocupação com a educação; Consciência da existência de leis ambientais e do seu desrespeito	"...TODOS prejudicam o ambiente em muitas e pequenas acções que fazem..." "...caso me deparasse com uma situação de flagrante desrespeito tentaria sensibilizar para a sua interrupção ou chamava as autoridades" "Nota-se que há uma grande falta de informação e sensibilidade por parte da sociedade" " As leis contra essas más práticas existem e são penalizadoras desse desrespeito, mas as pessoas não querem saber"		
	Jovem Semi-Interno	1. O que acontece com o lixo (resíduos) produzidos em sua casa?		Preocupação com as atitudes/práticas ambientais; Efeito da reciclagem; Preocupação com a educação e mudança de comportamento/attitudes	"Os resíduos são separados e colocados em ecopontos específicos e apropriados para o efeito" "...resíduos podem ser reaproveitados, por exemplo: as latas, vidros, caixas de papelão, etc., com um pouco de criatividade e consciência ambiental são facilmente transformados em		

					peças de arte" "A falta de consciência sócio-ambiental coloca em risco a saúde e o meio ambiente"		
		2. Qual é a importância da reciclagem?		Preocupação da educação e mudança de comportamento/atitude; Definição de reciclagem; Importância do uso da reciclagem	"...as pessoas atiram o lixo para o chão, sem qualquer respeito e ainda não existe uma fórmula universal para a educação e conscientização para as coisas do ambiente" "...consiste na recuperação e transformação de qualquer desperdício, e é uma forma de poupar recursos naturais" "O princípio da reciclagem é utilizado em todas as aplicações que impliquem conservação dos recursos naturais da Terra e na resolução de problemas de poluição ambiental"		
		3. Que importância tem a prática da cidadania ambiental numa sala de aula?		Preocupação com a cidadania; Definição de cidadania ambiental e preocupação da educação; Definição de educação ambiental e importância para a prática da cidadania ambiental	"...é preciso que sigamos as regras, respeitemos a natureza na medida que fazemos parte dela, e respeitar o outro porque exige também respeito de quem com ele compartilha o mesmo espaço" "A cidadania ambiental reflecte as acções e as condutas de cada um em tudo o que fazemos e devem estar voltadas		

					para a melhoria e conservação do meio ambiente. Nesse sentido, penso que o ambiente escolar deve estar aberto para a adoção de práticas que contribuam para a construção desse conhecimento" "A educação ambiental ajuda a desenvolver a consciência ambiental dos alunos e possibilita a aprendizagem dos conhecimentos sobre cidadania ambiental numa sala de aula que nos conduz a repensar as acções transformadoras do meio em que vivemos"		
		4. Faz sentido educar para a cidadania? E porquê?		Definição de cidadania; Importância da educação para a cidadania	"...é através desta que iremos aprender a desenvolver hábitos de solidariedade, de partilha, de justiça, de verdade, de respeito por nós e pelos outros e pelo bem comum" "Veremos, desta forma, quais são as melhores acções para um mundo melhor"		
	Jovem Interno	1. O que é ser amigo do ambiente?		Definição de amigo do ambiente; Preocupação com a mudança de comportamento/actitudes e preservação/conservação; Preocupação com a mudança de comportamento/actitudes e educação; Preocupação com a	"...aquele que se preocupa com a poluição, com a redução dos níveis de ruído, com o stress diário, a poupança da água, que minimiza a produção de lixo, com menos embalagem, etc..." "Medidas simples como estas fazem		

			<p>educação; Preocupação com a mudança de comportamento/atitude e preservação/conservação</p>	<p>com que preservemos o ambiente e possamos usufruir dos recursos da natureza equilibradamente" "...se todos os dias demonstrarmos o nosso empenho em contribuir para um mundo melhor, os outros colegas começarão a imitar-nos, e quanto maior for o grupo dos que protegem o ambiente melhor será para todos nós" "...as pessoas deveriam ter consciência que as nossas actividades quotidianas provocam impacte no Ambiente, e preocupar-se mais com os problemas ambientais procurando evitá-los..." "...é absolutamente urgente mudarmos de atitude e termos em atenção a protecção da Natureza..."</p>		
		<p>2. Acha que as pessoas estão bem informadas sobre os problemas ambientais?</p>	<p>Preocupação com a educação; Preocupação com a educação; Preocupação com a educação e mudança de comportamento/atitude; Preocupação com a educação e mudança de comportamento/atitude</p>	<p>"...não têm informação sobre as coisas relevantes para as suas vidas" "...gostaria de aprender mais, é um assunto que diz respeito a todas as pessoas" "Se as escolas não ensinarem os jovens a respeitarem o ambiente, e educá-los no cumprimento das regras ambientais,</p>		

					<p>eles vão continuar a não se importar e a atirar lixo para o chão, e a destruir a natureza"</p> <p>"...informar os cidadãos e estimulá-los a pensar e a agir sobre os problemas ambientais com base em conhecimentos e dados científicos comprovados para não cometerem mais erros"</p>		
		<p>3. Ser um bom cidadão quer dizer respeitar a cidadania ambiental?</p>		<p>Definição de um bom cidadão; Preocupação com a mudança de comportamento/atitude; Preocupação com a mudança de comportamento/atitude; Preocupação com a mudança de comportamento/atitude; Preocupação com a mudança de comportamento/atitude; Preocupação com a mudança de comportamento/atitude; Preocupação com a educação e preservação/conservação</p>	<p>"Um bom cidadão é aquele que participa da vida da sua comunidade, da tomada das decisões e exerce os seus direitos cívicos. Cumpre com os compromissos que assume, tem atitudes pró activas e é um respeitador do meio ambiente e faz tudo para o proteger"</p> <p>"É a relação de respeito que se estabelece com o meio..."</p> <p>"...devemos demonstrar ser responsáveis fazendo a nossa parte..."</p> <p>"...aprender a mostrar respeito e preocupação..."</p> <p>"Um bom cidadão tenta defender e manter a Terra saudável..."</p> <p>"Para que isso aconteça é essencial que cada um de nós se disponibiliza a conservar a natureza e o</p>		

					ambiente...levando essa mensagem para junto dos nossos pais, amigos e comunidade"		
		4. Porque é que a educação ambiental é importante?		<p>Importância da educação ambiental; Preocupação com a mudança de comportamento/atitude; Contribuição da educação ambiental;</p> <p>Contribuição da educação ambiental a favor da mudança de comportamento/atitude; Preocupação com a educação e mudança de comportamento/atitude</p>	<p>"A Educação Ambiental é importante porque desenvolve em nós uma consciência que nos faz relacionar o que aprendemos sobre o meio ambiente com as nossas atitudes"</p> <p>"As nossas atitudes mudam a favor da protecção do ambiente"</p> <p>"...preparar os indivíduos para a vida ensinando-os a lidar com os sistemas ambientais de maneira satisfatória..."</p> <p>"...procura promover a transformação dos conhecimentos dos educandos envolvidos no processo educacional..."</p> <p>"...proporcionar conhecimentos aos jovens sobre educação ambiental...para que possam também contribuir na prevenção do meio ambiente"</p>		

O conceito de **Validade** é um processo ético resultante da triangulação e surge da necessidade de confirmar ou não a credibilidade das interpretações realizadas.

O conceito de **fidelidade** é a qualidade de preservar com rigor as mesmas conclusões originais a que se chega (Coutinho, 2005).

Interpretação dos resultados obtidos

Este resumo agrupa o conjunto das perguntas pela sua numeração, isto é, faz o agrupamento de todas as perguntas nº 1, de todas as perguntas nº 2 e assim sucessivamente, num total de 4 grupo de perguntas pela ordem seguinte:

Directora – Coordenadora – Psicólogo – Jovem Semi-Interno – Jovem Interno.

Grupo de perguntas 1

A instituição costuma desenvolver estratégias que facilitam a aprendizagem da cidadania ambiental. Os utentes são envolvidos em actividades sociais e ambientais que estimulam o processo de educação ambiental e possibilitam a aprendizagem prática de várias matérias relacionadas com o ambiente e desenvolvimento sustentável.

Há uma clara preocupação da instituição relativamente às mudanças ambientais ocorridas na actualidade, frequentemente recorre à exemplificação de fenómenos ocorridos para sensibilizar e alertar para o ensinamento de boas práticas ambientais. Desta forma, mostra também a consciência da necessidade de mudanças urgentes nas atitudes e comportamentos ambientais das pessoas.

Houve uma tentativa de sensibilização para a criação de uma cultura de reciclagem dentro da instituição. No entanto, não houve sucesso uma vez que ocorrem as comuns dificuldades na mudança de mentalidade dos responsáveis. É necessário fazê-los sentir parte da resolução dos problemas ambientais, e isso é difícil de conseguir espontaneamente.

Os jovens mostram ter conhecimentos suficientes sobre as boas práticas ambientais. Sabem tratar os resíduos adequadamente e as supostas consequências desta acção em relação ao ambiente. Como o jovem semi-interno refere “A falta de consciência sócio-ambiental coloca em risco a saúde e o meio ambiente”

Podemos concluir que ser amigo do ambiente é uma questão de mentalidade. Aquele que tem consciência das boas e das más práticas ambientais e se preocupa com o impacte negativo das actividades quotidianas procurando evitá-lo, é amigo do ambiente.

Grupo de perguntas 2

A instituição procura despertar e esclarecer a consciência das pessoas para a importância da cidadania e da participação social. Demonstra-se a importância das opiniões dos utentes nos processos de decisão através de, por exemplo, assembleias semanais para determinar os pratos da semana a serem servidos. É importante, para a instituição, fazer com que as pessoas sintam "que têm voz activa na matéria".

A instituição procura contribuir para uma sociedade dinâmica "...sensibilizando, reforçando a participação e promovendo a tomada de consciência sobre questões cívicas, quer de profissionais quer de utentes" através da partilha de informações e actividades específicas. A educação e o respeito pelos valores humanos vão permitir a participação efectiva dos utentes na vida comunitária local e pública.

"Tento exercer os meus deveres e direitos como cidadão activo, cumprindo com o exercício da cidadania estando atento às decisões que são tomadas em prol da comunidade sobretudo no meu quotidiano vivencial, embora assumo que poderia ter outro tipo de implicação em movimentos cívicos da comunidade mas a falta de tempo é um problema real. Contudo procuro assumir a prática da Cidadania Ambiental na perspectiva de uma ética de serviço e não de mero exercício de poder. Participo com certeza, trabalho nesta Instituição e os serviços existem para servir as pessoas e não o contrário. Sim, com certeza, participo responsabilmente na construção do futuro colectivo"

Mais uma vez, o jovem mostra ter conhecimentos suficientes sobre a reciclagem. Tem consciência da importância deste processo e as consequências no meio onde vive. Mostra-se, portanto, preocupado com a conservação dos recursos naturais e a redução da poluição ambiental.

A informação transmitida pela televisão e pelos jornais não é suficiente. O jovem acredita que os jornalistas deveriam dar mais informações sobre o ambiente para que as pessoas estejam a par do que está a acontecer com o planeta e como devemos agir para resolver os problemas. Deve-se também apostar mais na educação ambiental escolar de forma a influenciar os alunos às boas práticas ambientais e fazê-los pensar e agir segundo elas.

Grupo de perguntas 3

A instituição está aberta a novas mudanças e tem condições para que estas se concretizem. No entanto, há muitas pessoas envolvidas neste processo e é preciso fazer com que estas valorizem as condutas de respeito pelo ambiente e adotem diferentes formas de vida. Para que tal suceda, é preciso que este processo de mudança seja pensando e repensado para que possa resultar. É possível verificar o empenho da instituição, apesar dos obstáculos, devido ao desenvolvimento de programas de sensibilização para questões de âmbito moral e ambiental.

A instituição aposta na educação ambiental, na qual acredita ser a prática responsável pela construção da cidadania ambiental. São desenvolvidos programas de formação cívica e ambiental procurando inculcar novos conhecimentos e valores, melhorando o comportamento dos utentes a nível ambiental e permitindo a participação activa destes na comunidade. Mostra assim preocupação com as questões de cidadania ambiental e afirma que a aplica "a toda a hora e a todo o momento".

Demonstra conhecer várias organizações ambientais e dá exemplos.

O jovem mostra conhecer o conceito de cidadania e a importância da aplicação desta na sua vida. O que aprende na sala de aula fá-lo reflectir sobre as suas acções, pois é esse o objectivo dos professores – ensinar e preparar os alunos para a vida em sociedade, tornando-o um cidadão com valores, respeitador e cumpridor dos seus deveres.

“Um bom cidadão tenta defender e manter a Terra saudável para que ela continue a produzir os bens de que necessitamos no dia-a-dia para a sobrevivência. Para que isso aconteça é essencial que cada um de nós se disponibiliza a conservar a natureza e o ambiente, assumindo o compromisso de "lutar" pelas causas do ambiente, levando essa mensagem para junto dos nossos pais, amigos e comunidade”

Grupo de perguntas 4

A escola sensibiliza os jovens para a importância da cidadania ambiental e estes passam a preocupar-se mais com os valores ambientais do meio onde vivem. O seu comportamento altera-se mostrando o quão conscientes estão das suas responsabilidades para com o meio ambiente. O conhecimento transmitido vai enriquecê-los como cidadãos do amanhã.

Procura-se melhorar o tratamento dos resíduos alimentares. Não foi possível realizar algumas estratégias idealizadas inicialmente mas procura sempre ajustar o comportamento às boas práticas ambientais. Nota-se a preocupação na redução dos efeitos ambientais das actividades institucionais e em "...manter-se actualizada no que concerne à execução de outras estratégias que possibilitam e contribuem para um melhor desempenho ambiental institucional"

O entrevistado conhece as raízes do desrespeito para com o ambiente, referindo que este deve-se à grande falta de informação e sensibilidade da sociedade. Nunca presenciou uma situação destas, no entanto, agiria correctamente caso se deparasse com uma situação de flagrante desrespeito, pois tentaria sensibilizar para a sua interrupção ou chamava as autoridades.

O jovem afirma que a cidadania vai permitir o desenvolvimento de "...hábitos de solidariedade, de partilha, de justiça, de verdade, de respeito por nós e pelos outros e pelo bem comum" e sabe dar exemplos de onde esta pode ser aplicada actualmente.

"...é um factor relevante na formação dos indivíduos e da cidadania, pois a aprendizagem acontece de modo permanente durante a vida doméstica, escolar e social. Cabe à escola através do meio ambiente, proporcionar conhecimentos aos jovens sobre educação ambiental envolvendo-os em acções ambientais e sobre essa realidade social e mundial, para que possam também contribuir na prevenção do meio ambiente."

Resumo de agrupamento de perguntas das entrevistas

Resumindo, o grupo de perguntas 1 vão no sentido de responder à questão inicial e demonstra que a instituição possui sensibilidades na aplicação de cidadania ambiental, apesar das dificuldades sentidas com o surgir de novas mudanças frente a situações novas. A mudança de mentalidade nem sempre é fácil. Outros factores contribuíram para a impossibilidade da introdução da reciclagem na instituição.

As perguntas 2 vão no mesmo sentido da questão um, nota-se que há uma grande preocupação da instituição em inculcar nos utentes uma cidadania activa e participada e isso demonstra-se através das intervenções dos entrevistados. As pessoas sentem que a sua voz é ouvida dentro da instituição e que há uma consciência cívica, quer dos funcionários quer dos utentes, sobre a necessidade de maior partilha de informação sobre as causas ambientais. Tudo se consegue através de uma educação para a cidadania ambiental preocupada com os valores humanos, tanto na vida interna da instituição como na vida da comunidade local. É a opinião da maioria das pessoas entrevistadas.

As perguntas 3 também vão no sentido de responder à questão inicial, pois, a instituição demonstra uma forte vontade de mudar e procura fazer mudanças valorizando o meio ambiente e respeitando as diversas formas de vida, e tudo isso se faz através da educação para o ambiente e da participação comunitária. Os funcionários demonstram serem conhecedores de instituições de defesa do ambiente e os jovens conhecem bem as boas práticas de cidadania ambiental.

As perguntas 4 de igual modo vão no sentido de responder à questão inicial. As questões da cidadania e do ambiente são tratadas no âmbito escolar uma vez que elas são consideradas muito importantes para a sociedade pois desse relacionamento (homem/natureza) depende o futuro da humanidade, além disso muito contribuem para alterar o comportamento dos jovens. Essa aprendizagem que trazem da escola é aplicada na prática no dia-a-dia da instituição que já interiorizou esta consciência e tem vindo a desenvolver iniciativas no sentido de as levar a todos os utentes.

4.2.5. Relatório de pesquisa

Apesar das dificuldades e dos riscos que escrever o relatório impõe, devido à natureza indutor que revela, é um desafio e uma tarefa agradável, elaborou-se o relatório de pesquisa apoiando-se em instrumentos que utilizamos e na interpretação dos resultados a que o uso dos instrumentos permitiu chegar.

Tendo em conta que as entrevistas semi-estruturadas de cunho qualitativo são quase sempre longas, interferem directamente com a qualidade das informações que à partida são utilizadas para construir a análise de modo a aproximar-se da compreensão mais ampla da questão que se pretende responder.

Com isso, organizou-se um conjunto de dados com referências a todas as questões colocadas aos entrevistados que fizeram parte da investigação.

Um facto que despertou a curiosidade do investigador é que, à medida que se vai avançando na análise dos depoimentos das entrevistas, as informações relativas ao objecto da investigação vão-se tornando cada vez mais consistentes conforme a qualidade delas, mas também, mais difíceis de analisar, como é apanágio do método qualitativo.

Para quem não dispõe de um aplicativo informático (Folio Views ou o NUD*IST) os mais conhecidos na Net, para ajudar na realização dessa tarefa que envolve essa etapa da análise de dados recolhidos a dificuldade é ainda maior, como é o caso actual.

Com a classificação do material recolhido organizado e esquematizado, chegamos à última etapa do processo de investigação, isto é, ao momento de procurar analisar toda a informação, de forma a (obter) produzir interpretações e explicações que de alguma maneira vão de encontro às questões que motivaram a investigação.

Segundo (Van der Maren, Dez.1987: 51), um dos primeiros problemas que se apresentam ao investigador quando redige um relatório de investigação é o de ele “ter de traduzir, de modo linear, aquilo que foi, na maioria dos casos, um processo bastante circular.”

Numa investigação qualitativa, o investigador deverá expor no seu relatório “provas” não do tipo causal mas sim uma demonstração da plausibilidade dos resultados encontrados. Para além das funções de exposição e de argumentação, o relatório pode

ter uma função didáctica, no sentido em que se pode tornar num “processo de ensinamento de resultados” (Erickson, 1986: 149-156).

5. Considerações Finais

Com este trabalho procurou-se responder à questão levantada "Integra a IPSS no seu Projecto a componente de Cidadania Ambiental", e contribuir para o estudo de cidadania ambiental, indissociável da educação ambiental e educação para a cidadania, com o intuito de provocar mudanças de percepção e de metas nos funcionários da instituição.

Procurou-se também enquadrar melhor os conhecimentos, a qualidade ambiental e os níveis de bem-estar social e educacional da comunidade servida pela IPSS. Isso no momento em que o país e as instâncias comunitárias da União Europeia promovem a cidadania ambiental através de estratégias de informação e comunicação, concretizadas por exposições, campanhas de sensibilização, acções de apoio a projectos e a todas as formas de divulgação e, quando se evidenciam as questões de educação e da defesa do ambiente, como um dos grandes desafios actuais colocados à sociedade moderna.

Fez-se a caracterização da instituição e destacou-se a colaboração das parcerias locais e regionais, nomeadamente com escolas do ensino regular, centros de saúde e hospital do Barreiro, casas comerciais, etc., isso só para enumerar algumas. Para a concretização dos objectivos, procurou-se definir os principais conceitos associados a temas como IPSS, cidadania ambiental, educação para a cidadania e educação ambiental.

O estudo baseou-se em dados recolhidos através de observação não participante e de entrevistas semi-estruturadas, realizadas a cinco elementos da IPSS (Centro Social e Paroquial de Santo André, conhecido como a "Casa dos Rapazes" do Barreiro) à: Directora Técnica, Coordenadora dos serviços, Psicólogo educacional e dois jovens interno e semi-interno; com o objectivo de apreciar no local, até que ponto está instituição aplica na prática os componentes de cidadania ambiental, nas suas diversas valências e actividades e, analisá-las de acordo com a informação recolhida.

A selecção do tema obedeceu a dois motivos fundamentais: responder à questão inicial e o desejo de contribuir para a difusão e dinamização da cidadania ambiental na IPSS.

Por conseguinte, a iniciativa de realização deste estudo deve-se à constatação de que este tema social é ainda pouco conhecido e debatido, o que lhe atribui uma pertinência cada vez maior na sociedade actual. Escolheu-se a "Casa dos Rapazes" do Barreiro para

levar a cabo essa actividade, por ela ser um pólo de referência na cidade e na região de Setúbal, mas também pela integração da educação na comunidade e educação permanente voltada para o futuro ambiental.

Esta abordagem temática procura ressaltar a importância cívica de educação para a cidadania numa sociedade democrática onde a escola é um *locus* fundamental de educação para a cidadania, e a cidadania ambiental constitui-se numa forma abrangente de educação ambiental dos cidadãos ao disseminar conhecimentos sobre o ambiente. Esse conhecimento reflecte-se através de uma participação activa e de justiça social, que procura incutir nas pessoas uma consciência cívica e crítica sobre a problemática ambiental, bem como o dever de preservar o ambiente.

Assim, numa era em que se discute, numa base diária, as situações sócio-ambientais e éticas, é urgente ter conhecimento de como lida a IPSS com estas novas temáticas, em resposta aos requisitos de defesa cívica e ambiental que devem ser reflectidas no âmbito da gestão institucional. Sabendo-se das dificuldades que a instituição atravessa para desempenhar o seu nobre papel de ajuda a quem dela realmente precisa, com certeza que algumas das respostas institucionais terão tido um desfecho menos conseguido. Contudo, existe a vontade de mudar e continuar a evoluir para padrões de maior exigência. Esta continua a ser, sem dúvidas, um dos desafios com que neste momento a IPSS confronta.

A degradação ambiental é encarada como um problema universal que afecta todas as pessoas, estejam elas onde estiverem. É um problema normalmente associado à acção de poluição com causas humanas e impacte ambiental em muitos casos irreversíveis, sendo necessária uma mudança comportamental dos cidadãos, que exige uma nova postura e compromisso com o meio ambiente nesse novo desafio para a sociedade contemporânea que parece anunciar a emergência das causas ligadas ao ambiente que se quer deixar para as gerações futuras e a própria natureza.

A cultura institucional da IPSS é caracterizada por uma grande identificação entre os trabalhadores e a organização, vínculos laborais estáveis, ligações afectivas fortes entre os trabalhadores e solidariedade. O clima organizacional é influenciado pela motivação e comportamento dos colaboradores e pelo contexto social envolvente, que ajudam a avaliar os resultados das práticas que têm sido implementadas.

Na sequência do trabalho de pesquisa foi preciso delimitar o tema e estabeleceu-se alguns critérios segundo este. Foram então utilizados os parâmetros precisos para a pesquisa daquilo que se pretendia abordar. Por se tratar de uma pesquisa eminentemente empírica, procurou-se ter em conta os critérios referentes a espaço e tempo de observação, e o local onde o fenómeno em estudo ocorreu.

Ao longo da dissertação procurou-se destacar o papel da educação como base principal da estrutura da sociedade que permeia a ética e a cidadania. Nesse capítulo, gostaria de salientar o desempenho da IPSS pela sua função filantrópica de auxiliar a educação. Esta instituição tem uma escola que funciona como complemento de ensino para os jovens, após o ensino formal nas escolas públicas.

Conclui-se que a IPSS é uma organização criada por iniciativa privada de cidadãos (igreja) com o objectivo de prestar serviços ao público sem fins lucrativos (educação e cultura, habitação, direitos civis, apoios a jovens e idosos, desenvolvimento do ser humano, protecção ao meio ambiente), tendo em vista a melhoria da qualidade de vida de seus utentes, a partir da formação consciente e da participação local, no contexto de conservação ambiental.

Apesar da gestão da instituição ter vindo a profissionalizar-se, continua a imperar alguma ineficiência e a dependência das prestações estatais. Este facto leva a que o Governo olhe para as IPSS numa óptica de meros fornecedores de serviços, pagando o menos possível, regulamentando e exigindo a estas metas e objectivos mais próprios de uma contratualização livre e aberta, isto, nos dizeres das “Misericórdias”.

Recordo que, às IPSS cabe um papel supletivo no Estado-Providência e não um papel de substituição do Estado nas suas obrigações constitucionais.

Definiu-se os conceitos de cidadania, cidadania ambiental, educação ambiental e educação para a cidadania. Debruçou-se sobre a cultura de cidadania no quotidiano da IPSS como forma de participar na vida em comunidade, nas pequenas e nas grandes coisas, dos direitos e deveres e de igualdade de direitos e de liberdade entre as pessoas. Ou seja, a cidadania é, acima de tudo, referência de consciência social, individual ou colectiva e, de inclusão na própria humanidade.

Direccionaram-se os objectivos da pesquisa como forma de tomar consciência do ponto de partida, da identificação do problema, do desenvolvimento do plano de pesquisa e interpretação dos resultados.

Na caracterização da IPSS, falou-se do período do Estado Novo em que praticamente não existia qualquer compromisso político e financeiro com a protecção social da população. Falou-se do pós 25 de Abril de 1974, como período em que começa uma nova era, com o incremento das prestações e apoios sociais, e em que o envelhecimento e o risco de crescente exclusão social de alguns grupos da população passaram a assumir um papel mais relevante na descentralização desses apoios. É nesse período que emerge o primado da responsabilidade pública e da redefinição de papéis, ao mesmo tempo que nasciam, com base nas comissões das paróquias e na sociedade civil, inúmeras instituições particulares de solidariedade social que têm como terreno comum o voluntariado, as virtudes cristãs e as boas práticas de civilidade.

Referiu-se a solidariedade da instituição em relação às carências da população portuguesa em matéria de assistência social, que remontam aos primórdios da nacionalidade e que deram origem a uma multiplicidade de iniciativas de cariz social. Deu-se ênfase à esta instituição paroquial que há mais de meio século desenvolve actividades de solidariedade social no concelho do Barreiro, e que desempenha um papel muito relevante ao responder às dificuldades por que passam muitas famílias barreirenses.

A pesquisa teve em conta a abordagem metodológica de investigação que se prefigurou adequada para esta dissertação ter sido a investigação qualitativa que privilegia a análise de estudo de caso, indicada quando se procura compreender, explorar ou descrever acontecimentos detalhados de uma entidade bem definida - 'o caso'. Este tipo de investigação é indutivo e descritivo, na medida em que o investigador está pessoalmente implicado no estudo e depende fortemente do trabalho de (observação) campo.

Para a realização das observações, elaborou-se uma grelha de recolha de dados e guiões de entrevistas para uma correcta orientação da conversa entre o entrevistado e o entrevistador.

Foram apresentados os dados empíricos da pesquisa obtidos através da observação não participante, bem como do registo rigoroso dos factos observados nas entrevistas realizada, especificando as informações recolhidas na IPSS.

Durante este trabalho, procurou-se obter confirmações de várias fontes de dados (observação e entrevistas, troca de ideias, anotações), como forma de aumentar a confiança nas interpretações, a pertinência dos critérios, a eficácia e eficiência, no tratamento de toda a informação recolhida.

No desenrolar da dissertação fez-se a transcrição do conteúdo das grelhas de observação e os comentários do observador, seguindo-se a transcrição e a descrição das entrevistas, cuja análise permitirá responder à ‘questão inicial’.

A análise e interpretação dos dados da observação e da entrevista foram feitas a seguir à descrição das entrevistas e análise de conteúdos. Os dados recolhidos foram tratados de forma qualitativa, em função uma vez mais do que se pretendeu estudar ou qualificar.

Como refere (Stake, R. 2009), “o estudo qualitativo tira partido de maneiras comuns de compreender. A tarefa de análise de dados qualitativa não é linear, por vezes encontra-se algo de novo que nos leva a reflectir e possivelmente a criar uma nova classe de coisas”.

A conclusão final deste trabalho procura reflectir os dados obtidos na pesquisa documental, na observação e nas entrevistas que se realizaram, a pesquisa foi feita com muita determinação e com bastante atenção, no entanto, o investigador tem consciência de que as dificuldades de percurso que se experienciou, por certo terão limitado as conclusões a que se chegou.

Em termos gerais e, como principal conclusão deste trabalho, salienta-se que a cidadania ambiental está sempre presente nos discursos cívicos que se faz nas manifestações culturais e no quotidiano das pessoas da IPSS, alicerçada na prática que se vem consolidando como uma das principais medidas sócio-ambientais internas e de defesa do ambiente que permitem avaliar o cumprimento dos objectivos formulados, como:

- Com o desenvolvimento do trabalho de pesquisa chegou-se à conclusão que a IPSS procura sensibilizar o seu público-alvo para a necessidade de preservar e

proteger a floresta e os ecossistemas florestais - visita a Mata da Machada - como elementos essenciais à vida na terra;

- Realizam actividades lúdicas que, simultaneamente, abordem questões ambientais;
- Procuram consciencializar o público-alvo jovem e menos jovem, para os problemas da cidadania ambiental, através de palestras com convidados exteriores;
- Participam das actividades municipais, onde são dados a conhecer o património natural do concelho e alertam para os problemas da poluição ambiental com a finalidade de envolver as relações de cada ser humano com o ambiente;
- Promovem o conhecimento do meio local, nomeadamente, os ecossistemas florestais e sua biodiversidade – ilustrado pela zona protegida, “o sapal do Rio Coina” – através de visitas e trabalhos escolares dos jovens;
- Promovem convívios - efemérides - vivências que estimulem, nos seus utentes, atitudes de cidadania responsável.

Não sendo possível estabelecer relações causais, entre as diferentes variáveis consideradas nesta investigação poderá, no entanto, de forma descritiva, apreciar-se a maior ou menor e eventual ligação entre elas, tomadas quer no seu conjunto, quer individualmente.

Assim, a formulação da resposta à questão inicial consubstancia em "função" de um sentido não avaliativo, mas antes indagativo, aberto e plural, de uma grande variedade de factores considerados.

A finalizar a pesquisa, apresentou-se as conclusões finais deste estudo de caso, que serve apenas para fechar o trabalho.

O trabalho não teve a pretensão de abordar o tema de forma conclusiva, porque o tema não se esgota, de modo nenhum, nesta pequena análise (o tema ambiental está em plena evolução), antes sim, ele pretendeu (focar) apontar em linhas muito gerais, os problemas

desta área social complexa, sensível às realidades específicas, que requer dos profissionais que nela trabalha competências muito específicas e uma atenção apurada que pode ajudar a prever ou a definir o papel que a instituição em cada momento deve desempenhar.

É ainda necessário incluir o modo como a instituição pensa, as relações de poder entre os diversos actores sociais, os espaços de participação real, que advêm de como se tomam decisões, dentro e fora da IPSS (Parcerias) e, finalmente, do impacto que tudo isto tem na vida quotidiana da Instituição e dos seus funcionários.

Na IPSS a cultura de aprendizagem promovidas e praticadas (escola pública e universidade de 3ª idade) são indissociáveis da definição da própria cultura institucional, uma vez que são parte integrante dela, na medida em que encontra-se aí a sua vocação, razão de ser e de contribuir, para o desenvolvimento social e, porque são elementos determinantes no perfil institucional.

As linhas mestras que foram identificadas nas respostas dos entrevistados nesta pesquisa passam pela convicção que as suas concepções de cidadania ambiental não resultam apenas da influência dos conhecimentos apreendidos ao longo da vida, mas, em muitos casos, de práticas individuais que se assumem como o padrão comum e normal.

Como instituição com longa história no distrito de Setúbal, a IPSS precisa também deste tipo de reflexão para poder melhorar, porque, também por aí, pode passar a sua construção e crescimento específico, face à rápida evolução das coisas e, embora sendo referência forte e polarizadora, nem sempre tem sido ou pode ser o melhor "modelo" a seguir.

Em jeito de conclusão, torna-se à melhor opção para fundamentar a argumentação presente neste estudo, que demonstra que a IPSS, potencializa, aponta para o desenvolvimento sustentável por conter na dinâmica de sua organização variáveis das dimensões sócio-ambientais, políticas, culturais e económicas amigas do ambiente.

Pensa-se ainda, que esta dissertação contribuiu para alertar a IPSS para a imprescindibilidade do respeito pelas causas ambientais e que estas devem realizar-se primeiramente pela educação ambiental dos indivíduos que compõem a instituição e pela colectividade local onde está inserida.

Contudo, apesar de a IPSS estar no rumo certo, ainda há muita coisa a melhorar. Ademais, os colaboradores da instituição demonstraram possuírem potencial necessário à mudança e estarem disponíveis para novos desafios. Aos cidadãos, no entanto, cabe-lhes escolher o modo de desenvolvimento que desejam; só necessitam que lhes dêem a oportunidade em função de valores que evoluem no curso de suas vidas.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Carlos Drummond (cit in Fénix, 2008); *Revista de História e Estudos Culturais*, Abril/Maio/Junho de 2008, Vol.5 AnoV n.º2. Brasil
[http://www.revistafenix.pro.br/PDF15/Artigo_09_ABRIL-MAIO JUNHO 2008 Maria Elena Bernardes.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF15/Artigo_09_ABRIL-MAIO_JUNHO_2008_Maria_Elena_Bernardes.pdf)

- ANTÓNIO da Silva Leal, in *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89), 1985,3.º,4.º-5.º, 925-943 - *As políticas sociais no Portugal de hoje* - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223479193I9kKF4jx8Yk14UL2.pdf>

- ARAÚJO, 1997: 449 cite in Almeida, António J. P. S. (2008:71) - Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar sobre “*A Pessoa Idosa institucionalizada em Lares*” - Universidade do Porto.

- ARAÚJO, 1997: 449 cite in Jacinto, Berta Pereira (2010 17:18). “*Qualidade de Vida e Espiritualidade do Idoso Institucionalizado*”; Dissertação do grau de Mestre – Universidade de Aveiro. (Consultado em 15/10/11).
<http://ria.ua.pt/bitstream/10773/3308/1/2010001269.pdf>

- ARAÚJO, 1997: 449 cite in Jacob, L. (2004). Tese de Mestrado em Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos – ISCTE, com a dissertação sobre “*Ajudantes de Seniores: Uma proposta de perfil profissional para as IPSS*”.

- ARAÚJO, 1997: 449 cite in A Partilha, jornal online (2007). “*A História das IPSS’s em Portugal*” (*Instituições Particulares de Solidariedade Social*) (Consultado em 10/08 /2011) <http://jornalpartilha.blogspot.pt/2007/10/histria-das-ipsss-em-portugal.html>

- ARENDT, H. – ‘*Biografias in Educação*’. *Filósofa política alemã* (Consult. 31/08/2011). <http://educacao.uol.com.br/biografias/hannah-arendt.jhtm>

- ARENDT, H. *O Sistema Totalitário*. Tradução de Roberto Raposo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978a.

- ASHLEY, Patrícia Almeida. *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*. Editora Saraiva, 2003
- BARBALET, J.M. (1989). *A Cidadania*. Lisboa: Ed. Estampa.
- BARBIER, René. *Pesquisa-Ação*. Brasília: Líber Livros, 2002. (Série Pesquisa em Educação).
- BARDIN. L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BELL, Judith (1989). *Doing your research project: a guide for the first-time researchers in education and social science*. 2. reimpr. Milton Keynes, England: Open University Press, pp. 145
- BENAVENTE, Ana (coord.); ROSA, Alexandre; COSTA, António Firmino; ÁVILA, Patrícia. 1996. *A Literacia em Portugal – Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Conselho Nacional de Educação.
- BERELSON, B., «Content Analysis», in Gardner LINDSEY, ed., *Handbook of Social Psychology*, vol. i, Harvard University Press, 1954, pp. 488-522.
- BERNOUX, Philippe (s.d. 1985). *La Sociologie des Organisations – Initiation*. 3^eme édition, Paris, Éditions du Seuil.
- BILHIM, João Abreu de Faria (1996). *Teoria Organizacional – Estruturas e Pessoas*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- BISQUERA, R. (1989). *Métodos de Investigação Educativa: Guia Prática*. Barcelona: Ediciones CEAC, S. A.
- BOGDAN, R. e BIKLEN, S., (1994), *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto, Porto Editora.
- CARAPETO, C. (1998) – *Educação Ambiental*, Universidade Aberta, Lisboa.
- CARREIRA, H. Medina (1996), *Políticas Sociais em Portugal*, Lisboa: Gradiva
- CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela Malheiro (1998), *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-aprendizagem*, Universidade Aberta, Lisboa

- CARVALHO, Maria Irene Lopes B.- “*Uma Abordagem do Serviço Social à Política de Cuidados na Velhice em Portugal*”. Lisboa: CPIHTS. <http://www.cpihts.com>
- CLARA, Coutinho & JOSÉ, Chaves (2002). *O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal*. Revista Portuguesa de Educação, 15(1), pp. 221-244. CIED - Universidade do Minho.
- CLAVERO, F. H., Salguero, M. I. R., Venegas, J. M. R. & Ramirez, M. I. H. (2006). *Programa de Desarrollo Personal*. Madrid: Piramide.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Os novos paradigmas: como as mudanças estão mexendo com as empresas*. São Paulo: Atlas, 1996.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (2000). Coimbra: Almedina, de *Acordo com a Lei Constitucional nº 1/97 de 20/09*.
- COSTA, Bruto da (1996). *Reflexões Sobre o Estado de Bem-estar: Welfare State*. Working Papers. Mimeo. Lisboa
- COSTA, Bruto da (1999). *Direitos Sociais e Políticas Sociais*. In Módulos PROFISSS. Lisboa: IEFP e IGFSS/MTS e SEEF.
- COSTA, Luciano Rodrigues (2007) “*A crise do fordismo e o embate entre qualificação e competência: conceitos que se excluem ou que se complementam?*” in *Revista de Ciências Sociais*, nº. 26, pp. 127-142.
- COUTINHO, Clara P. (2005). *Percursos da Investigação em Tecnologia Educativa em Portugal: uma abordagem temática e metodológica a publicações científicas (1985-2000)*. Braga: Universidade do Minho, Série “Monografias em Educação”, CIED. 177-197.
- DAMIÃO, Maria Helena (2005). «*Educação para a cidadania no Ensino Básico: Análise de documentos curriculares vigentes*». in C. Vieira, A. Seixas, A. Matos, M. Lima, M.Vilar e M. R. Pinheiro (eds.), *Ensaio sobre o comportamento humano*. Coimbra: Almedina.

- DELORS, Jacques (1996). *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Porto: Edições ASA.
- DEMO, Pedro. *Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos*. Campinas: Papirus, 2001.
- DENZIN, N.K., Lincoln, Y.S., (1994). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks (CA): Sage Publications.
- DIAS, G. F. *Educação Ambiental: Princípios e práticas*. 5ª edição. São Paulo: Global, 1998.
- DIAS, Mário Caldeira (2005), “Economia social e o Estado Providência”, *Revista Sociedade e Trabalho*, Lisboa, MSST, n.º 25, 39-51. Nb: a. pres. do Observ.º do Emprego e Formação Profissional.
- DIRECÇÃO-GERAL de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC), Ministério da Educação. Lisboa.
- DOOLEY, L. M. (2002). Case Study Research and Theory Building. *Advances in Developing Human Resources* (4), 335-354.
- DUARTE, T. (2009), *A possibilidade de investigação a 3: reflexões sobre triangulação* (metodológica), CIES e-Working Papers http://cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP60_Duarte_003.pdf
- ERASMIC, T. & Lima, L. (1989). *Investigação e Projectos de Desenvolvimento em Educação*. Braga: Universidade do Minho.
- ERICKSON, F. (1987) – “*Conceptions of School Culture – an overview*”, *Educational Administration Quarterly*, vol. 2, n.º 4, November, pp. 11-24.
- ESPINGA-Andersen, Gøsta (1990), *The Three Worlds Of Welfare Capitalism*. Cambridge: Polity Press.
- ESPINGA-Andersen, Gøsta (1996), “*After the Golden Age? Welfare State Dilemmas in a Global Economy*”, in Gosta Esping-Andersen (org.), *Welfare States in Transition: National Adaptations in Global Economies*. Londres: Sage.

- FERRERA, Maurizio (1996), "*The 'Southern Model' of Welfare in Social Europe*", *Journal of European Social Policy*, 6 (1), 17-37.
- FIELDING, N., e M. Schreier (2001), "*Introduction: On the Compatibility between Qualitative and Quantitative Research Methods*", em *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research* (revista on-line), 2: 1 (54 parágrafos). <http://qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm>.
- FLICK, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- FLICK, U. (2005a), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, 2.^a ed., Ed. Monitor.
- FLICK, U. (2005b), "Triangulation in Qualitative Research", em Flick, U., E. V. Kardorff, e I. Steinke (eds.), *A Companion to Qualitative Research*, Sage, pp. 178-183.
- FLICK, U. (2005c), "*Qualitative Research in Sociology in Germany and the US – State of the Art, Differences and Developments*", em *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research* (revista on-line), 6: 3 (47 parágrafos). Disponível em: <http://qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm>
- FLORES, J. (1994). *Análisis de datos cualitativos - Aplicaciones a la investigación educativa*. Barcelona: PPU
- GAY, L.R. (1986). *Educational Research – Competencies for Analysis and Application*. 3^a Edição. Columbus: Merrill Publishing Company.
- GLADWELL, Malcolm. *O Ponto de Desequilíbrio: a forma como as grandes mudanças na sociedade acontece*. Livro publicado em 2000 nos EUA.
- GHIGLIONE, Rodolphe & MATALON, Benjamin (1997) *O Inquérito: Teoria e Prática*. 3^a Ed. (Trad Portuguesa). Oeiras: Celta Editora.
- GRAWITZ, M., *Méthodes des sciences sociales*, Paris, Dalloz, 1996, pp. 315-442.
- GROVER, R. & Glazier, J. Implications for application of qualitative methods to library and Information Science research. *Library and Information Science Research*, 7(3):247-60, Jul./Sept., 1985.

- HAMEL, J., DUFOUR, S. & FORTIN, D. (1993). *Case Study Methods*. Sage publications.
- HESPANHA, Pedro (2000), *Entre o Estado e o Mercado*. As fragilidades das Instituições de Protecção Social em Portugal. Coimbra: Quarteto.
- HILL, Michael (1990). *Understanding social policy*. Oxford: Basil Blackwell. 3rd ed.
- IGEA, D.; Agustin, J.; Beltrán, A.; & Martín, A. (1995). *Técnicas de investigación en ciencias sociales*. Madrid: Dykinson.
- JARDIM, J. & Pereira, A. (2006). *Competências pessoais e sociais – guia prático para a mudança positiva*. Porto: Edicoes Asa.
- JACOB, Luis, (2004) *Tese de Dissertação de Mestrado*, ISCTE, Lisboa. Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos, sobre "Ajudantes de Seniores: Uma proposta de perfil profissional para as IPSS".
- KAPLAN, A. *A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento*. São Paulo: Herder/EDUSP, 1969.
- KETELE, Jean-Marie De & Roegiers, Xavier (1999). *Metodologia da recolha de dados*. Lisboa: Instituto Piaget.
- KYMLICKA, W. (1995) *Multicultural Citizenship*, Oxford: Oxford University Press.
- KYMLICKA, Will: Tradução de Desidério Murcho. "Citizenship", in E. Craig (org.), *Routledge Encyclopedia of Philosophy* (London: Routledge, 1998).
- KIRSCH, Irwin S.; JANGEBLUT. 1993. *Adult Literacy in America: A First Look at the Results of the National Adult Literacy Survey*. Washington: National Center for Education Statistics.
- KNAPPER, Christopher (1980). *Evaluating Instructional Technology*. New York: John Wiley & Sons.
- LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos: Um diálogo com o Pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 406 p.

- LAROUSSE, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Editora Ática, 1ª edição, São Paulo, 2001.
- LATORRE, A., Rincón, D. d., & Arnal, J. (2003). *Bases metodológicas de la investigación educativa*. Barcelona: Ediciones experiencia.
- LESSARD-Hebert, M., Goyette, G. e Boutin, G. (1990). *Investigação Qualitativa - Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LETRIA, José Jorge (2000), *A Cidadania explicada aos Jovens e aos outros*- Edição/reimpressão: 2000; Páginas: 88; Editor: Terramar, Lisboa; ISBN: 9789727102709.
- LIMA, Marinús Pires de (1981), *Inquérito Sociológico – Problemas de Metodologia*, Lisboa, Editorial Presença, Lda.
- LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, EPU, 1986.
- MARCONI, Marina A. & Lakatos, Eva M. (2002). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. (5ª ed.). São Paulo: Editora Atlas
- MASON, Emmanuel; BRAMBLE, William (1997). *Research in Education and the Behavioral Sciences: Concepts and Methods*. Madison, WI: Brown & Benchmark.
- MERRIAN, S. B., *Qualitative Research and Case Study Applications in Education*, San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1988.
- MILES, Mathew & HUBERMAN, A Michael (1994). *Qualitative data analysis*. (2ª Ed). Thousand Oaks: SAGE Publications.
- MINTZBERG, Henry, (1995), *Estrutura e Dinâmica das Organizações*, Lisboa: Publicações Dom Quixote (Trabalho original em inglês publicado em 1979).
- MOGARRO, Maria João e Martins, Maria José D. (2008). «Valores, educação e cidadania: rupturas e continuidades em manuais escolares portugueses», in F. Sousa e

C. Carvalho (orgs.). *Actas da Iberian Conference on Citizenship Education*. (cd-rom). Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

- MORESI, E. (2003). *Metodologia de Pesquisa*. Programa de Pós-graduação stricto sensu em gestão do conhecimento e da tecnologia da informação da Universidade Católica: Brasília.

- MORGAN, D. L. (1988). *Focus Group as qualitative research*. Newbury park, CA:Sage.

- MORIN, Edgar. *O Método I: a natureza da natureza*. 2ª ed. Tradução: M. G. de Bragança. Portugal, Europa – América, 1977.

- MOYA, Juan Sandoval (2003), “*Ciudadanía y juventud: el dilema entre la integración social y la diversidad cultural*”, *Última Década*, 19, Viña del Mar, Novembro.

- NAVE, Joaquim Gil e FONSECA, Susana (2004). “*Entre a cultura ambiental e o efeito NIMBY. As Várias faces de uma cidadania para o ambiente*” in Ferreira de Almeida, João (Org.), em *Os Portugueses e o Ambiente: II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta Editora.

- NOGUEIRA, Conceição e Silva, Isabel, *Cidadania. Construção de novas práticas em contexto educativo*, Porto, Edições Asa, 2001.

- OLIVEIRA-Martins, G. (1992). Europa – *Unidade e diversidade, educação e cidadania*. Colóquio: Educação e Sociedade, 1:41-60.

- OLIVEIRA, Rui (1977) *Misericórdias Portuguesas* – Revista de Assistência Particular em Portugal – Revista de OUT/NOV/DEZ

- PAIXÃO, Mª de Lourdes Ludovice (2000) *Educar para a cidadania*. Lisboa Editora.

- PARDAL, L.; Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal.

- PEDROSO, Paulo (1999), “*Estados providência na Europa: depois da retórica da crise*”, em *Janus 99-2000: Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e UAL, pp. 196-97.

- PEPPER, Gerald L. (1995). *Communicating in Organizations – a Cultural Approach*. Singapore, McGraw-Hill.
- PIMENTA, Manuel (1992), *Os Sem-Abrigo na cidade de Lisboa*, Coleção Cáritas, n.º 14, Lisboa, Editores Centro de Estudos para a Intervenção Social. Aflorada em estudos anteriores (Pimenta, 1992; LNEC, 2000).
- (PIMENTEL, Irene Flunser 1999) *Análise Social*, vol. XXXIV (151-152), 1999 (2.º-3.º), 477-508 - A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40. Dissertação de mestrado em História Contemporânea (Século XX) defendida em Julho de 1997 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Título: As Organizações Femininas do Estado Novo: a Obra das Mães pela Educação Nacional e a Mocidade Portuguesa Feminina (1936-1966).
- PINTO, Carla, “*Empowerment, uma Prática de Serviço Social*”, 1988, in BARATA, O (coord), *Política Social – Lisboa: ISCSP*
- PINTO, Maria da Graça. 2002. “*Da literacia ou de uma narrativa sempre imperfeita de outra identidade pessoal*” In Rui Vieira de Castro (org.). *Revista Portuguesa de Educação*, 12 (2). Braga: Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho.
- PONTE, João Pedro (2006). *Estudos de caso em educação matemática*. *Bolema*, 25, 105-132. Este artigo é uma versão revista e actualizada de um artigo anterior: Ponte, J. P. (1994). O estudo de caso na investigação em educação matemática. *Quadrante*, 3(1), pp3-18. (re-publicado com autorização).
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van(1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, 2ª Edição.
- REIS, J. (1995), “*Estado, instituições e economia: a despesa pública em Portugal*”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 44, pp. 25-58.
- REIS, João (2002) – “*Cidadania na Escola: desafio e compromisso*”. In *Inforgeo*, nº 15 - Educação Geográfica. Associação Portuguesa de Geógrafos.
- REVISTA Ibero Americana de Educação. *A educação para a cidadania no século XXI*. <http://www.rioei.org/rie53a08.htm>

- RHODES, Martin (1997b), "The welfare state: internal challenges, external constraints", em M. Rhodes, Heywood e V. Wright (orgs.), *Developments in West European Politics*, Londres, Macmillan Press, pp. 57-74.
- RHODES, Martin (1998), "Defending the social contract: the EU between global constraints and domestic imperatives", in Hine, D.; Kassim, H. (eds), *Beyond the market; the European Union and national social policy*, Londres, Routledge.
- ROSS, Alister (2004). «*Desiderius Erasmus and the Experience of Citizenship Today*», in A. Ross (ed.), *Proceedings of the Sixth Conference (Kraków, 2004) of Children's Identity and Citizenship in Europe Thematic Network*. London: a CiCe publication.
- ROSS , Alister (2008). «*Education for Citizenship Society and Identity: Europe and its Regions*», in F. Sousa e C. Carvalho (orgs.). *Actas da Iberian Conference on Citizenship Education*. (cd-rom). Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- SACRISTÁN, J. G. (2003). *Educar e Conviver na cultura global*, Lisboa: Edições Asa.
- SALAMON, L M e Anheier, H K (1998), "Social Origins of Civil Society: Explaining the Nonprofit Sector Cross-Nationaly", *Voluntas*, 9(3), 213-248.
- SANTOS, B DE S, e FERREIRA, S. (2001) "A reforma do Estado-providência entre globalizações conflituantes". In P. Hespanha e G. Carapinheiro (eds.), *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social Recuar Mais?*, Porto, Afrontamento, pp. 177-225.
- SANTOS, M.E. (2005a,b). *Que Educação? Para que Cidadania? Em que Escola?* (Tomos I e II). Lisboa: Santos-Edu.
- SERRANO, G. (2004). *Investigación cualitativa. Retos e interrogantes – I.Métodos*. Madrid: Ed. La Muralla.
- SCHARL, Arno (Ed.) (2004), *Environmental online communication*, London, Springer; 1st Edition. Edition (March 13, 2004).
- SCHMIDT, L. (1999). *Ambiente e natureza no ecran: Emissões televisivas, remissões culturais*. Tese de doutoramento não publicada, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

- SCHMIDT, Luísa (2003), *O Ambiente no Ecrã – Emissões e demissões no serviço público televisivo*, Lisboa, ICS.
- SELLTIZ, Claire; WHRIGHTSMAN, Lawrence S.; COOK, Stuart Wellford. *Métodos de pesquisas nas relações sociais*. São Paulo: EPU, 1987.
- SMITH, Joe (2000), *The daily globe: Environmental change, the public and the media*, London, Earthscan.
- SINGH, Mohini (2004), *E-Business Innovation and Change Management*, Idea Group Publishing.
- STAKE, R. E. (1999). *Investigación con estudio de casos*. Madrid: Morata.
- STAKE, R. (2009). *A arte da investigação com estudos de caso*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- STENHOUSE, L. Using case study in library research. *Social Science Information Studies*, 1(4):221-30, July, 1981.
- TASHAKKORI, A., e C. Teddlie (1998), Mixed methodology. Combining qualitative and quantitative approaches (Applied Social Research Methods Series, vol. 46), Londres, Sage.
- TUCKMAN, B. (2002). *Manual de investigação em educação - Como conceber e realizar o processo de investigação em educação (2ª ed.)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VAN DER MAREN, Jean Marie (1996) *Méthodes de Recherche pour l'Éducation*. Collection Méthodes en Sciences Humaines. Bruxelles. DeBoeck Université. 2ª Ed.
- VARIZ, Paulo Eurico (1998). *Fundamentos Económicos e Sociológicos das Instituições Particulares de Solidariedade Social*. Lisboa. Vulgata, ed.
- WEISS, Carol (1975) *Investigación Evaluativa: Métodos para determinar da eficiencia de los programas de acción*. (Trad espanhola). México: Editorial Trillas.
- YIN, Robert K. (1986) *Case Study Research Design and Methods*, volume 5, Sage Publications, London, New Deli, Beverly Hills.

- YIN, Robert K. *Case Study Research*. London: SAGE PUB, 1994.
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: planeamento e métodos*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- YIN, R. (2005). *Estudo de Caso. Planeamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.

..... //

- **Tabelas n.º A5 e A6** – *Poupança de energia*: trabalho disponibilizado pela ENERGAIA – Agência Municipal de Energia de Gaia (consultado em 11/8/2011) www.energaia.pt
- **Figura n.º A4** - *Poupança da água*: publicada por Educação Para Práticas Sustentáveis - Escola Secundária de Serpa (consultado em 11/8/2011) <http://eppraticassustentaveis.blogspot.com/>

Legislação:

- Constituição da República Portuguesa de 1976 (AR: Assembleia da República) <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- Decreto-Lei n.º 519-G2/79, de 29/12 - Estatuto das IPSS
- Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro – Aprova os estatutos das IPSS
- Lei n.º 28/84, de 24/8 - Lei Orgânica da Segurança Social
- Decreto-lei nº 402/85, de 11 de Outubro - Altera o Estatuto das IPSS
- Lei n.º 10/87 de 4 de Abril - Lei das Associações de Defesa do Ambiente
- Lei n.º 11/87 de 7 de Abril - Lei de Bases do Ambiente
- Despacho Normativo do MTSS nº 75/92 de 20/5 – Estabelece as regras da cooperação entre Estado e IPSS

- Decreto-Lei n.º 152/96, de 30 de Agosto – Refere as competências para o reconhecimento das fundações de solidariedade social

- Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto - Lei de Bases do Sistema Educativo

Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro – Estabelece a Lei das Bases Gerais do Sistema de Segurança Social

E as Portarias n.º 139/2007, de 29 de Janeiro – o Regulamento do Registo das IPSS do Âmbito da Acção Social do Sistema de Segurança Social; Participações do Estado para as IPSS - Portaria n.º 881/2007 de 8 de Agosto (CRP).

Referências Internet (Sítios):

- AICEP, Portugal Global (consultado em 10/7/2011) - <http://www.portugalglobal.pt/>

- APA - Promoção de Cidadania Ambiental (consultado em 1/7/2011)
<http://www.apambiente.pt/POLITICASAMBIENTE/PROMOCAOCIDADANIAAMBIENTAL/Paginas/default.aspx>

- APÁTRIDA (ACNUR) - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.
(Consultado em 2011-12-20) *1954 Convenção Sobre o Estatuto dos Apátridas. 1961 Convenção para Redução dos Casos de Apátrida.*
<http://www.acnur.org/t3/portugues/a-quem-ajudamos/apatridas/>

- APOEMA - <http://www.apoema.com.br/geral.htm> (consult. em 18/8/2011)

- CAVACO Silva, (2010). Publicado em 12 de Março de 2010, in *jornal i online* (consultado em 16/7/2011) <http://www.ionline.pt/>

- CIDADANIA. In *Infopédia* [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2011. (Consult. 2011-08-20). Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$cidadania](http://www.infopedia.pt/$cidadania)>.

- CITIZENSHIP Foundation (Consult. 2011-08-21).
<http://www.citizenshipfoundation.org.uk/main/page.php?286>

- CONCEITO de *cidadania* (consultado em 17/7/2011)
http://www.netprof.pt/netprof/servlet/getDocumento?TemaID=NPL070102&id_versao=11873

- DA *Economia Social ao Estado-Providência* (Consultado em 20/8/2010).
http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_social

- E-DICIONÁRIO *de Termos Literários* (Consultado em 20/08/2011)
<http://www.fcsh.unl.pt/invest/edtl/verbetes/M/metodo.htm>

- EDUCAÇÃO *Ambiental* (consultado em 9/7/2011)
<http://portaldoambiente.apambiente.pt:8080/maissobre/edambiental/Paginas/default.aspx>

- EDUCAÇÃO *Ambiental* (consultado em 18//2011).
<http://www.estv.ipv.pt/dep/amb/P%C3%A1gina%20do%20Nucleo%20de%20Alunos/Ficheiros/EngAmbiente/index.htm>

- EDUCAÇÃO para a Cidadania - DGIDC - Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (Consult. em 20/12/2011).
<http://www.dgicd.min-edu.pt/educacaocidadania/>

- EDUCACIONAL. Revista de educação Páginas Abertas - Paulus Editora. Educar com arte e a arte de educar. (Consultado em 11-09-2011).
http://www.educacional.com.br/articulas/outrosEducacao_lista.asp?artigo=artigo0047

- ESTADO Novo http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_social (Consultado em 20/8/2010)

- ESTADO-*providência liberal*
Infopédia [http://www.infopedia.pt/\\$estado-providencia](http://www.infopedia.pt/$estado-providencia) (Consultado em 20/8/2010)

- *INSTITUIÇÕES sociais*. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. [Consult. 2012-06-11]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$instituicao-social](http://www.infopedia.pt/$instituicao-social)>.

- LAW & Your Environment <http://www.environmentlaw.org.uk/rte.asp?id=199> (consult. em 21/7/2011).

- MANUEL Villaverde Cabral (1/10/2009), *Jornal online DN* – (consultado em Julho de 2011). <http://www.dn.pt/>

- METODOLOGIAS *qualitativas/quantitativas* (cit in ics.ul.pt). Consult. em 20/7/2011
http://www.ibope.com.br/calandraWeb/BDarquivos/sobre_pesquisas/tipos_pesquisa.html

- MULHERES e cidadania- por Regina Tavares da Silva (Consult. em 2011-12-20)

<http://www.arquivopintasilgo.pt/MLP/Dossiers/Dossier1/1/Default.aspx?IdSubDossier=1>

- ORIGEM das IPSS. In ADIC [Consult. 2011-06-15] <http://www.adic.pt/index.php?id=ipss>

- PROF. Dr. Jorge Orlando Cuéllar Noguera - Universidade Federal de Santa Maria

<http://jararaca.ufsm.br/websites/unidadedeapoio/b6077b39de5aa181375df9342e63c72d.htm>

(Consultado em 2011-07-30).

- PUBLICADO no website do Projecto Apoema - *Educação Ambiental* em 05/06/2005.

<http://www.apoema.com.br/definicoes.htm> (consultado em 18/6/2011).

- REIS, João (s.d.), *O sentido da Educação para a Cidadania Democrática*,

<http://apei.no.sapo.pt/novo/sabados/sentidoECD.doc> (consult. em 28/6/2011).

- RESÍDUOS *Urbanos* (RU) (consultado em 30/6/2011) - <http://www.apambiente.pt/>

- SEGURANÇA *Social* (consultado em 10/7/2011)

<http://www2.seg-social.pt/left.asp?01.03>

- SEGURANÇA *Social*. Guia Prático "*Subsidio de Doença*". Legislação. (Consultado em 05-07-2011).

http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=25529&m=PDF

- SUSTENTABILIDADE *das IPSS* (Misericórdias) [http://www.scma.pt/scma/editoriais/A-](http://www.scma.pt/scma/editoriais/A-sustentabilidade-das-Instituicoes-de-Solidariedade-Social-e-o-Estado-Providencia/14/)

[sustentabilidade-das-Instituicoes-de-Solidariedade-Social-e-o-Estado-Providencia/14/](http://www.scma.pt/scma/editoriais/A-sustentabilidade-das-Instituicoes-de-Solidariedade-Social-e-o-Estado-Providencia/14/) (consultado em 19/6/2011).

ANEXOS

- Anexo I -

Guiões de Entrevista:

- Aplicada à Directora Técnica
- Aplicada à Coordenadora Técnica
- Aplicada ao Psicólogo Educacional
- Aplicada ao Jovem interno
- Aplicada ao Jovem semi-interno

- Anexo II -

Guião de Entrevista: Directora e Assistente Social

Uma breve apresentação do “entrevistado”:

Nome : _____

Idade: -- _____

Departamento onde trabalho: Centro Social e Paroquial de Santo André _____

Cargos/funções que desempenha: Directora e Assistente Social _____

Habilitações académicas: Licenciada com Mestrado _____

- **OBS: Os dados dos entrevistados não serão publicados**

Perguntas

- 1. Costuma a instituição desenvolver programas que facilitem a aprendizagem da Cidadania Ambiental?**
- 2. Cidadania participada e activa, que implicações têm na vida dos utentes?**
- 3. Existe consciência crítica da IPSS para a mudança a favor da educação ambiental?**
- 4. Pode a escola ajudar a mudar o comportamento ambiental dos jovens?**

- Anexo III -

Guião de Entrevista: Coordenadora Técnica e Serviço Social

Uma breve apresentação do “entrevistado”:

Nome : _____

Idade: -- _____

Departamento onde trabalho: Centro Social e Paroquial de Santo André _____

Cargos/funções que desempenha: Coordenadora Técnica e Serviço Social _____

Habilitações académicas: Licenciada em Serviço Social _____

- **OBS: Os dados dos entrevistados não serão publicados**

Perguntas/Respostas

1. Como classificaria o comportamento da IPSS diante das mudanças ambientais ocorridas na actualidade?

2. Promover os valores de uma cidadania activa, deve ser uma das grandes preocupações da instituição. Em que moldes essa promoção é (ou deve ser) realizada?

3. Com que visão a instituição ‘olha’ para a aplicação da cidadania ambiental?

4 - Em que área a instituição tem vindo a desenvolver esforços no sentido de melhorar o seu desempenho ambiental?

- Anexo IV -

Guião de Entrevista: Psicólogo Educacional

Uma breve apresentação do “entrevistado”:

Nome : _____

Idade: -- _____

Departamento onde trabalho: Lar de Infância e Juventude - Casa dos Rapazes do Barreiro

Cargos/funções que desempenha: Psicólogo _____

Habilitações académicas: Licenciatura em Psicologia Educacional _____

- **OBS: Os dados dos entrevistados não serão publicados**

Perguntas

- 1. Na (s) actividade (s) que desenvolve (no seu trabalho) identificou algo que poderia fazer (ou sugerir) em termos de melhoria das condições de participação em questões ambientais?**
- 2. Exerce os seus deveres e direitos em função de uma cidadania participante?**
- 3. Conhece instituições públicas, ou privadas, que zelam pela “saúde” da natureza?**
- 4. Manifesta a sua indignação sempre que observa alguém a desrespeitar o meio ambiente? De que forma?**

- Anexo V -

Guião de Entrevista: (Jovem 15 anos, semi-interno)

Uma breve apresentação do “entrevistado”:

Nome : ____ (nome fictício) _____

Idade: 15 _____

Departamento onde reside: Centro Social e Paroquial de Santo André _____

Cargos/funções que desempenha: Estudante _____

Habilitações académicas: 8.^a Ano _____

- **OBS: Os dados dos entrevistados não serão publicados**

Perguntas/Respostas

- 1. O que acontece com o lixo (resíduos) produzidos em sua casa?**
- 2. Qual é a importância da reciclagem?**
- 3. Que importância tem a prática da cidadania ambiental numa sala de aula?**
- 4. Faz sentido educar para a cidadania? E porquê?**

- Anexo VI -

Guião de Entrevista: (Jovem 14 anos, interno)

Uma breve apresentação do “entrevistado”:

Nome : _____ (nome fictício) _____

Idade: 14 _____

Instituição onde reside: Centro Social e Paroquial de Santo André _____

Cargos/funções que desempenha: Estudante _____

Habilitações académicas: 7.º Ano _____

- **OBS: Os dados dos entrevistados não serão publicados**

Perguntas/Respostas

1. O que é ser amigo do ambiente?

2. Acha que as pessoas estão bem informadas sobre os problemas ambientais?

Se a resposta for **não**, o que se deve fazer para as informar?

3. Ser um bom cidadão quer dizer respeitar a cidadania ambiental?

4. Porque é que a educação ambiental é importante?

- Anexo VII -

Guião de entrevista - (Perguntas)

Dimensões de análise	Tema 1	Tema 2	Tema 3	Tema 4
Entrevistados				
Directora	Costuma a instituição desenvolver programas que facilitem a aprendizagem da Cidadania Ambiental?	Cidadania participada e activa, que implicações tem na vida dos utentes?	Existe consciência crítica da IPSS para a mudança a favor da educação ambiental?	Pode a escola ajudar a mudar o comportamento ambiental dos jovens?
Coordenadora	Como classificaria o comportamento da IPSS diante das mudanças ambientais ocorridas na actualidade?	Promover os valores de uma cidadania activa, deve ser uma das grandes preocupações da instituição. Em que moldes essa promoção é (ou deve ser) realizada?	Com que visão a instituição ‘olha’ para a aplicação da cidadania ambiental?	Em que área a instituição tem vindo a desenvolver esforços no sentido de melhorar o seu desempenho ambiental?
Psicólogo	Na (s) actividade (s) que desenvolve (no seu trabalho) identificou algo que poderia fazer (ou sugerir) em termos de melhoria das condições de participação em questões ambientais?	Exerce os seus deveres e direitos em função de uma cidadania participante?	Conhece instituições públicas, ou privadas, que zelam pela “saúde” da natureza?	Manifesta a sua indignação sempre que observa alguém a desrespeitar o meio ambiente? De que forma?
Jovem semi-interno	O que acontece com o lixo (resíduos) produzidos em sua casa?	Qual é a importância da reciclagem?	Que importância tem a prática da cidadania ambiental numa sala de aula?	Faz sentido educar para a cidadania? E porquê?
Jovem interno	O que é ser amigo do ambiente?	Acha que as pessoas estão bem informadas sobre os problemas ambientais? Se a resposta for não, o que se deve fazer para as informar?	Ser um bom cidadão quer dizer respeitar a cidadania ambiental?	Porque é que a educação ambiental é importante?

Vista exterior do Centro Social e Comunitário de Santo André

Barreiro



Figura 3- Centro Social e Comunitário de Santo André

Tabela A1

Perfil dos entrevistados

Especialista	Sexo	Formação	Nível de Formação	Área de Actuação
Técnico	Feminino	Licenciada	Mestrado – Assistente Social	Directora Técnica
Técnico	Feminino	Licenciada	Serviço Social	Coordenadora
Técnico	Masculino	Licenciado	Mestrado – Área Educacional	Psicólogo
Jovem Interno	Masculino	Estudante	8.º Ano	Ensino Básico
Jovem Externo	Masculino	Estudante	7.º Ano	Ensino Básico

Tabela A2

Tabela de funções dos funcionários do Centro Social e Comunitário de Santo André

Categoria Profissional	Trabalhadores
Ajudante Acção Educativa	12
Ajudante Acção Directa	8
Ajudante Cozinha	3
Animador Sócio Cultural	1
Auxiliar Educação	2
Auxiliar Serviços Gerais	5
Cozinheira	2
Despenseira	1
Directora Técnica	1
Escriturária	2
Educadora Infância	2
Psicólogo	1
Recepcionista	2
Roupeira	3
Técnico Serviço Social	1
Técnico Superior Serviço Social	1

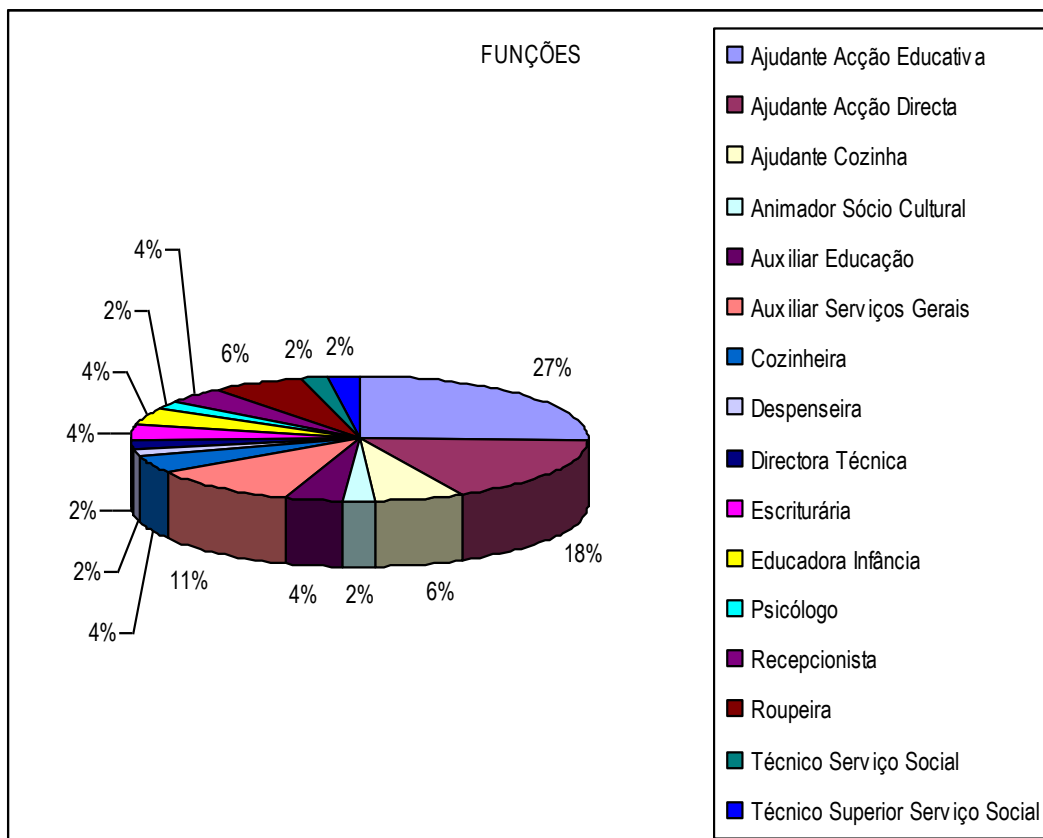


Figura A1 - Funções dos funcionários do Centro Social e Comunitário de Santo André

Tabela A3

Idade dos funcionários do Centro Social e Comunitário de Santo André

Idades	Nº de pessoas	Feminino	Masculino
Menos de 20	0	0	0
21-35	8	6	2
36-50	24	24	0
51-65	15	15	0
Mais de 66	0	0	0

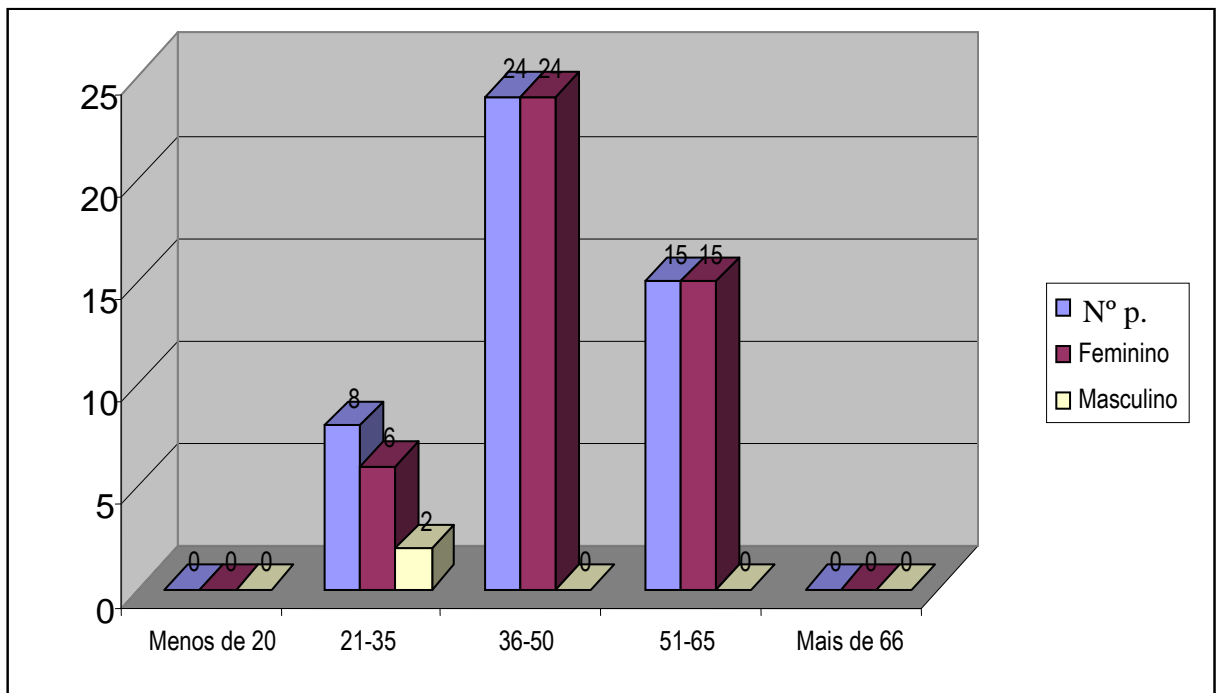


Figura A2- Idade dos funcionários do Centro Social e Comunitário de Santo André

Tabela A4

Habilitações dos funcionários do Centro Social e Comunitário de Santo André

Habilitações Literárias	
1º Ciclo Ensino Básico	13
2º Ciclo Ensino Básico	8
3º Ciclo Ensino Básico	8
Ensino Secundário	9
Ensino Superior	6
Não sabe/Não responde	1

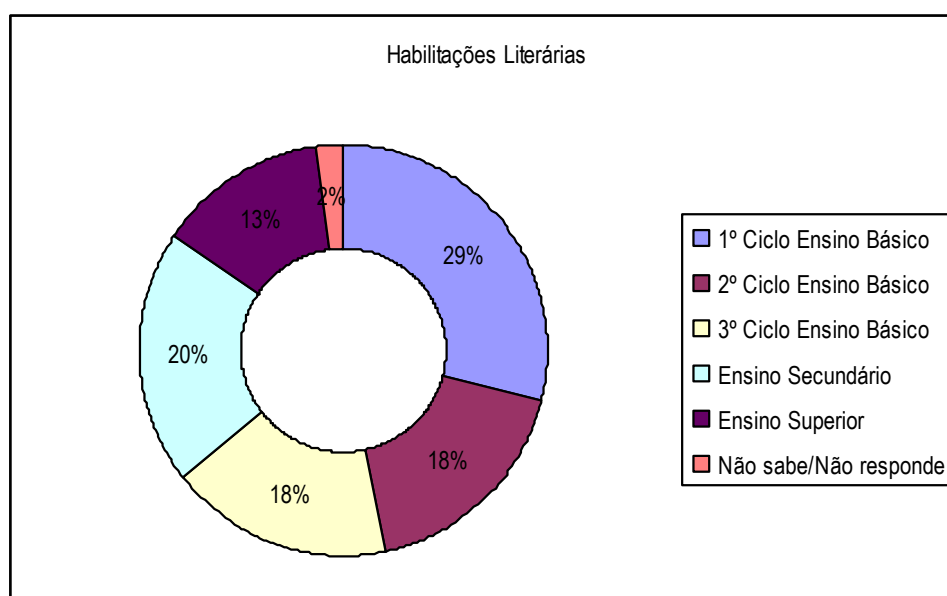


Figura A3 - Habilitações dos funcionários do Centro Social e Comunitário de Santo André

Poupança de energia

Trabalho disponibilizado pela ENERGAIA – Agência Municipal de Energia de Gaia

As tabelas A5 e A6 são apenas **ilustrativas** de quanto se pode poupar em energia e água.

Tabela A5

Equipamento	Standby	Equipamento	Standby
Televisão	0,1 a 13 W	Vídeo	5 a 19 W
Áudio compacto	0 a 18 W	Caixa de TV cabo	8 a 14 W
Relógio com rádio	1 a 3 W	Microondas	2 a 6 W
Carregador de bateria	2 a 4 W	Atendedor automático	2 a 4 W
Fax	5 a 30 W	Telefone sem fios	2 a 5 W
Telemóvel	2 a 7 W	Caixa de antena parabólica	14 a 20 W
Computador	0 a 4 W	Sistema de som	0 a 18 W
Amplificador Hi-fi	0 a 12 W	Gravador de cassetes	0 a 8 W

Tabela A6

Equipamento		Consumo numa “Família Standard” por ano		Consumo numa “Família ECO” por ano	
		Electricidade (kWh)	Água (m ³)	Electricidade (kWh)	Água (m ³)
Cozinha	Frigorífico	380		140	
	Congelador	625		225	
	Máquina de lavar loiça	396	5,7	264	3,3
	Máquina de lavar roupa	240	14,0	180	10,0
	Forno eléctrico	306		250	
	Computador	200		95	
Escritório	Audiovisual	335		220	
Sala	Iluminação	500		160	
Outros	Total	2982	19,7	1534	13,3

A figura n.º A4 – tem apenas a função de **exemplificar** a poupança da água

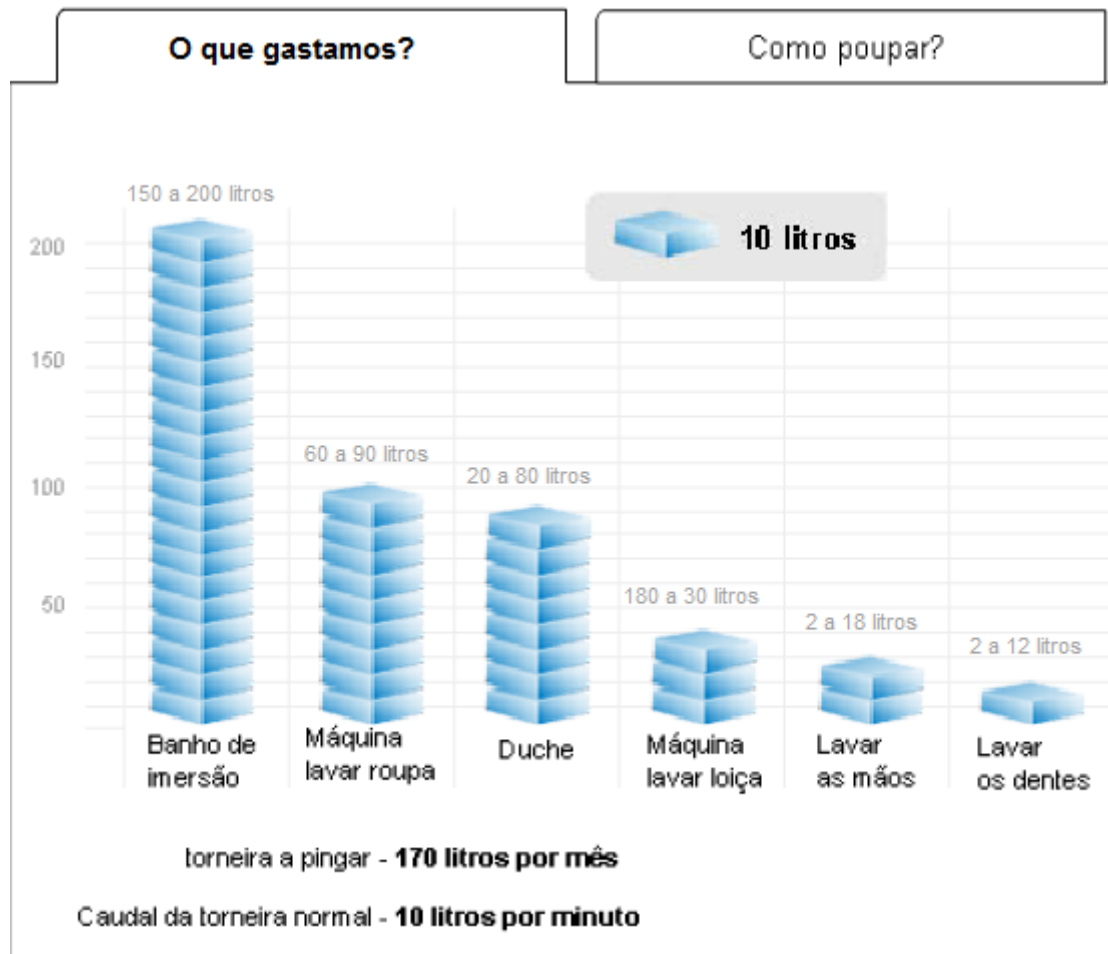


Figura A4 – Poupança da água

Publicada por Educação Para Práticas Sustentáveis - Escola Secundária de Serpa